# RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

2004



Feira de Santana-Bahia



# RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 204



Feira de Santana - Bahia

# Índice

APRESENTAÇÃO	05
REFLEXÃO INICIAL	06
NOSSA AÇÃO FORMADORA RELATADA POR PROGRAM	PAN
PROGRAMA DE GÊNERO	
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL	26
PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	52
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	92
PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO	118
PROJETOS ESPECIAIS	130
PESQUISA ENQUANTO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS	137
ANEXOS	
ENCONTROS E EVENTOS PARTICIPADOS	154
PESSOAL	160
RECURSOS FINANCEIROS	162
O RECONHECIMENTO PÚBLICO AO NOSSO TRABALHO	163
GLOSSÁRIO	171



ais um ano de trabalbos, lutas, conquistas, desafios, na construção do um mundo de justiça com que todos sonbamos.

Este relatório traz à luz muito do que se conseguiu fazer na luta das mulberes, na assistência técnica, na educação, no PETI, na mobilização das pessoas e entidades, numa comunicação voltada para a democracia.

Éclaro que aqui estão os processos mais visíveis. Os reais resultados estão na mudança de vida das pessoas, na qualidade maior da educação, em políticas diferentes e mais justas.

Aqui, por conseguinte, cabem as palavras sábias de Exupèry, no livro "O Pequeno Príncipe", quando diz assim: "O mais importante a gente não vê. O essencial é invisível para os olbos".

Acreditamos, efetivamente, que o mais importante não está aqui impresso e esta parte invisível é que vai, pouco a pouco, transformando o mundo.

Ao prestarmos contas a todos e todas, reiteramos nossa afirmação de que tudo isso é mais fruto dos grupos que do MOC e agradecemos a todos e todas que, nos apoiando técnica e financeiramente, são conosco, responsáveis pelo que aqui apresentamos.

Naidison de Quintella Baptista Secretário Executivo

# Reflexão Inicial

Num processo de resgate e reflexão de sua prática, o MOC coloca como tema central de seu relatório anual, 2004, a questão da interferência/construção de políticas públicas.

Efetivamente, em vários de seus documentos, o MOC tem afirmado que "de nada adiantam os projetos espalhados pela sua área de ação, se eles ficarem fechados em si mesmos e não se transformarem em escolas e trampolim para a interferência e construção de políticas que venham em beneficio dos mais pobres e excluídos". Ou seja: os projetos adiantam muito pouco, se eles não servirem para que os grupos com que trabalhamos aprendam o que deve ser feito, como, com que objetivos, princípios e metodologia, para que público, com que custo. Mais ainda: a partir desta aprendizagem é fundamental que os grupos possam exercitar a negociação de políticas, as mais variadas: de educação, de geração de renda, de água, de acesso à terra, de comercialização.

Alguns avaliadores de nosso trabalho registram que, quando começamos a refletir nesta perspectiva, nossa ação saiu do simples entorno das comunidades e do concreto ali desenvolvido, para uma dimensão mais ampla e formulada em que, a partir das aprendizagens feitas e concluídas em e a partir das ações realizadas em nível comunitário, buscamos interferir em orçamentos, querer fazer funcionar os Conselhos, negociar políticas as mais variadas, ocupar as múltiplas instâncias de elaboração e fiscalização de políticas. Em outras palavras: a aprendizagem exercida em nível micro nos projeta para a ousadia de trabalhar o macro, porque descobrimos ser esta a porta, através da qual, pode passar, para nossa região, o desenvolvimento sustentável. De fato, por mais interessante que seja nossa proposta de educação do campo, ela apenas poderá gerar impactos quando for assumida como tal pelos poderes públicos; por melhor que seja nossa assistência técnica não é nossa missão e não teremos possibilidade e governança para oferecê-la a todos os rincões do país enquanto execução nossa. Mas... podemos fazê-lo enquanto proposta de política.

Olhando um pouco a nossa história, vamos encontrar a raiz deste processo em nossa participação nos debates, mobilizações para a construção da Constituinte Federal; posteriormente, da Estadual. E, um pouco mais tarde, da construção das Leis Orgânicas Municipais. Após estes ricos momentos da história do nosso país, ao nos defrontarmos com um conjunto de leis que favoreciam e oportunizavam a participação efetiva da população nas políticas - coisa impensável anteriormente - surgiu-nos o grande desafio: como fazer estas coisas funcionarem e saírem do papel. E resolvermos encampar a luta.

Foi a busca da resposta a esta questão que nos impulsionou para o

campo da capacitação dos grupos, na linha de criar interferências em políticas públicas, sabedores que estávamos trilhando um caminho não fácil, dado que implicava em estabelecer relacionamentos com o poder público, sentar á mesa para diálogos com grupos considerados inimigos, abrir nossos projetos e suas concepções para um debate público, superar preconceitos e tabus de nossa parte e daquela do Poder Público, especialmente o municipal.

Hoje, anos depois, refletindo o caminho que trilhamos, vemos que os resultados, se bem que não sejam aqueles com os quais sonhamos, são bastante interessantes.

Continuamos, assim, com mais clareza, a nos empenhar em algumas frentes:

# 1. PROPOR POLÍTICAS

Uma certeza grande tem nos acompanhado em todos estes anos de trabalho: não basta ser contra alguma coisa. É fundamental saber o que se quer e, conseqüentemente, ter propostas que sejam coerentes com nossa concepção política, de sociedade e de mundo. Por esta razão:

- continuamos com nossos projetos e nos dedicamos a eles com seriedade, profundidade e afeto. Fazemos, no entanto, um grande esforço para sistematizá-los, quer coletivamente, com outras entidades que trabalham projetos e áreas afins, quer, apenas, enquanto experiência de entidade individualizada; avaliamos ser este um instrumento fundamental para desenvolver segurança e clareza nos grupos para a formulação de propostas e argumentos em horas de debates e confrontos. Neste caso, sistematizar significa desnudar princípios, metodologias de trabalho, processos do projeto, resultados, custos envolvidos. Ao fazer isso, nos capacitamos para entrar no debate da Universalização da experiência, algo essencial em políticas públicas;
- a sistematização sempre a queremos publicada, porque gera debates, fundamenta propostas, ajuda outros grupos a refletir o que fazem e a interferir melhor, assim como nos ajuda com os questionamentos que recebemos. Avaliamos que o conhecimento produzido é patrimônio da humanidade e queremos, assim, disponibilizar nosso conhecimento para que outros o assumam, utilizem, questionem, complementem. Este é o caminho que garante o progresso;
- socializar com os grupos os resultados das sistematizações, num processo pedagógico de devolução dos conhecimentos construídos coletivamente, porque isso os ajuda e a nós a entender os processos e nos fortalecer na proposição de políticas.

# 2. EXECUTAR POLÍTICAS

A experiência do MOC tem se identificado também com a execução concreta de algumas políticas: assistência técnica, crédito, educação do campo e outras, em cuja criação nós mesmos influenciamos.

No nosso caso, buscamos executá-las dentro de um ambiente democrático envolvendo as entidades representativas dos agricultores familiares fazendo, assim, da execução, um processo crítico de aprendizagem, avaliação e recriação das políticas.

Como nosso perfil não é aquele de entidade apenas formuladora, avaliamos que a execução é importante e fundamental em nossa estratégia. É ela que, devidamente refletida, vai nos indicar elementos para uma possível recriação da própria política.

O desafio que enfrentamos é o equilíbrio entre a execução e a reflexão, para que não nos tornemos fazedores de coisas e abandonemos nossa missão de refletir, criar e recriar políticas e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da região.

# 3. CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Esse é um papel preponderante e essencial da sociedade civil. Fiscalizar a aplicação dos recursos e das políticas. Significa exercer um crescente processo de controle social daquilo que acontece e deveria acontecer nas mesmas:

- de um lado, fiscalizar, debater, propor em relação ao próprio conteúdo dos processos e das políticas, o público a que elas se dirigem, qual a concepção de desenvolvimento, de agricultura, de educação de que partilham;
- · de outro, como se dá sua dimensão participativa;
- de outro, ainda, como são aplicados os recursos e os reais resultados que se obtêm.

Denúncias, ações judiciais e medidas várias de controle social são aplicáveis neste campo. Temos, em nossa história, agido bastante nesta perspectiva.

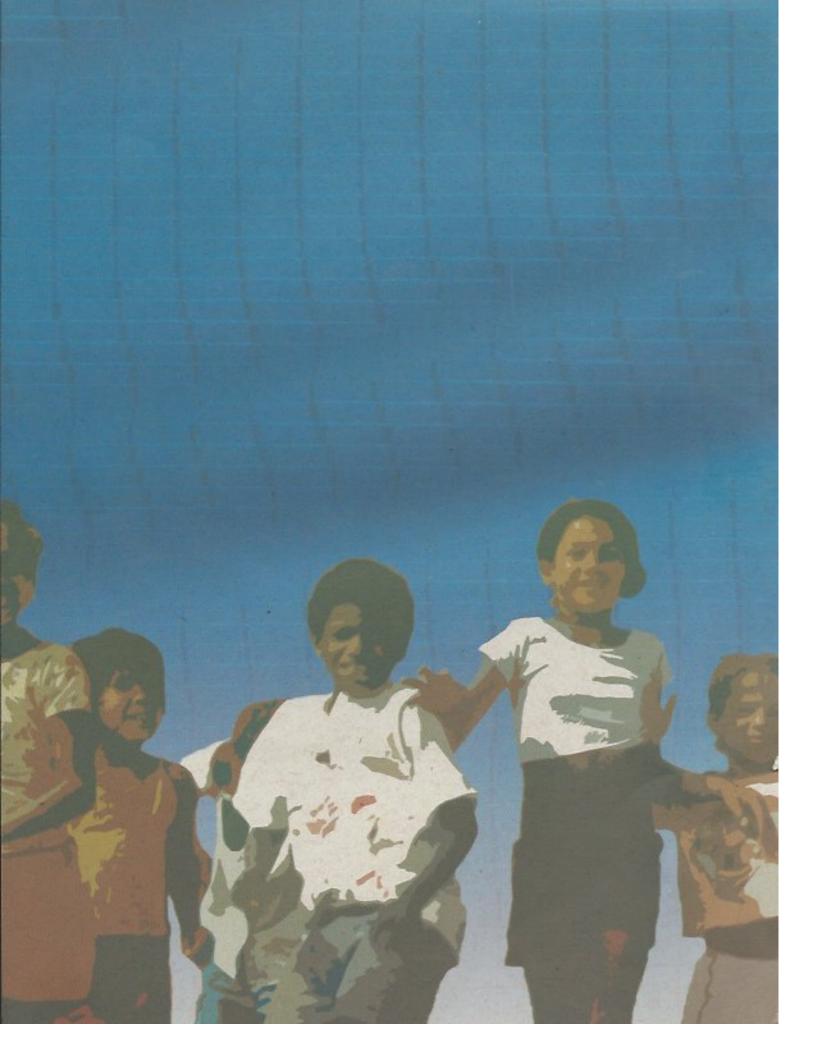
A nosso ver, estas três dimensões não são excludentes, mas complementares. O relato dos nossos trabalhos explicitará um pouco esta problemática.

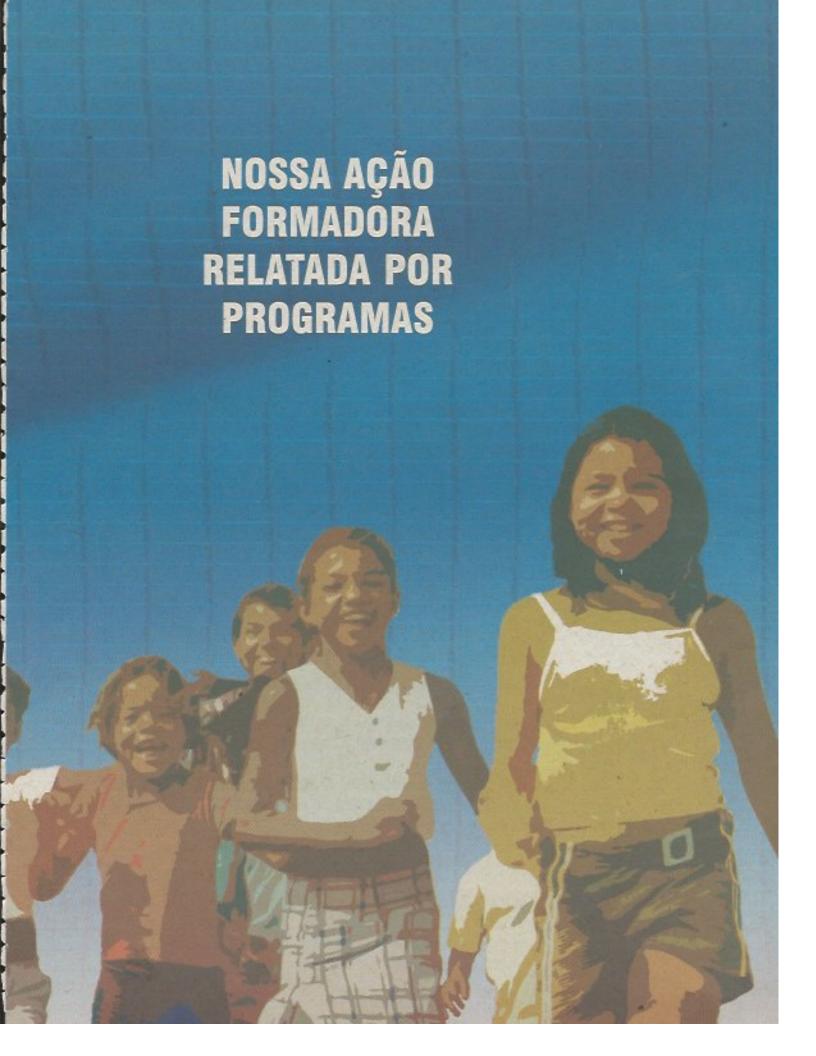
Finalmente, todas estas práticas levam ao aprofundamento/esclarecimento de questões básicas, hoje em dia subjacentes a muitos dos processos sociais de que participamos:

- a relação sociedade civil e Poder Público na construção de políticas (cooptação, política partidária, parcerias etc).
- a construção, por parte da sociedade civil organizada, de sua própria identidade, seu projeto político, com clareza do que é negociável ou não;
- aprender a negociar sem abrir mão da nossa história e de nosso jeito de ser e de trabalhar.

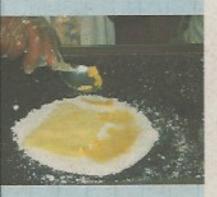
Os relatos que se seguem trarão a lume estas reflexões, estes dilemas, estas contradições. Sobretudo esta vontade de ser cidadão, de interferir, de construir, executar e fiscalizar políticas que redundem em melhores condições de vida para os excluídos com quem trabalhamos e que são a razão de nossa existência.







# Programa de Gênero



# 1. INTRODUÇÃO

O Programa de Gênero tem como propósito contribuir para a mudança das relações sociais de gênero nos territórios onde atuamos. Entendemos importante fomentar o empoderamento das mulheres trabalhadoras, em especial as rurais, provocando reflexões que façam surgir o desejo de reconstruir suas histórias com sonhos, emoções, esperanças e principalmente ações próprias, fazendo aparecer, assim, elementos que as configurem como sujeitos sociais autônomos. Esta é uma das contribuições que podemos dar, na perspectiva de mudança do cenário onde, historicamente, as mulheres enfrentam o medo de participação efetiva nos espaços públicos, vez que a elas sempre foi destinado o âmbito doméstico.

O trabalho desenvolvido com as organizações de mulheres se configurou como o principal do programa. Mas nossas ações perpassam também pelos outros programas da instituição.

Nessa perspectiva, no ano de 2004, o Programa desenvolveu dois eixos centrais: Fortalecimento Político, Financeiro e Institucional das Organizações Regionais de Mulheres (Rede de Mulheres Produtoras e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais) e o Incentivo à Transversalidade de Gênero junto aos outros espaços públicos e do MOC.

As atividades e resultados transcritos abaixo são reflexos destas ações.

Este ano, porém, tendo assumido o tema - políticas públicas - como norteador das reflexões de nosso relatório, queremos ressaltar as contribuições, os dilemas e as lacunas existentes no nosso trabalho naquilo que se refere à construção das políticas.

# 2. AÇÕES ESTRATÉGICAS E ATIVIDADES REALIZADAS

- 2.1. AS AÇÕES ESTRATÉGICAS, ABAIXO RELACIONADAS, FORAM DESEN-VOLVIDAS NO ANO DE 2004 PELO PROGRAMA DE GÊNERO
- 2.1.1. Resultado 1: Organizações de mulheres fortalecidas para influenciar nas políticas públicas visando melhores oportunidades de inserção das mulheres nos mercados locais
- A) Sobre o Fortalecimento Institucional do MMTR

# a) Situação Final:

Organizações femininas juridicamente oficializadas, com projeto político e planejamento estratégico definidos e implementados.

# b) Atividades Realizadas:

# QUADRO I

ATMONDES	PPENSTAS	PEALIZADAS	MESADE PARTICIPANTES PORATIVIDADE
Oficinas sub-regionais (1dia) para definição, elaboração e monitorimento do Projeto Político e Planejamento Estadégico.	œ	2	35
Encontros regionais (2 dias) of detarição, elaboração e monitoramento de Identidade Jundica, do Projetu Potitico e Phinejamento Estratégico do Forum Regional de Organizações Fernicinas – MMTR Regional	Œ	Œ	30
Dia de Estudos municípais au comunitarios (1 dia) para implementação do Projeto Político e Planejamento Estrategico	08	-0	30
Apoiss às assemblétes municipais (1dia) p/ legalização das organizações ferniranas e para definição dos espaços de apresentação	05	10	50
Reunides da Courdenação Estaduar Inter-regional do MMTR		IB.	15
Apoio a Realização da Assemblé la Inter-regional do MMTR		ÚI.	60



# c) Resultados Alcançados:

O fortalecimento político e institucional das organizações de mulheres se configura como um instrumento estratégico para a construção, monitoramento e controle das políticas e serviços públicos.

Nesse sentido, o programa de gênero deu continuidade à ação centrada na construção do projeto político e planejamento estratégico das Organizações das mulheres. E já podemos apontar elementos de mudança na prática dos grupos. São eles:

- Os MMTR 's das regiões de Feira e Sisal estão sensibilizados quanto à importância e necessidade de construção e implementação do Planejamento Estratégico em consonância com seu Projeto Político;
- As organizações femininas, em especial, nos municípios de Teofilândia, Retirolândia e Santa Bárbara desenvolvem ações de construção e monitoramento do planejamento estratégico com independência da assessoria do programa de gênero;
- O diagnóstico das relações interpessoais e de poder com os MMTR´s serviu como subsidio para construção do novo planejamento operacional do movimento e para a redefinição dos papéis dentro da organização feminina de cada município;
- MMTR's oficializados realizaram assembléias de prestação de contas e de adequação dos estatutos, conforme orientação do Novo Código Civil;
- Os movimentos oficializados aprimoram a auto-gestão da sua organização.
   As coordenadoras aos poucos exercem com segurança suas funções;

- Aparticipação na construção e monitoramento das políticas e serviços públicos vem obtendo melhores resultados, uma vez que as mesmas estão sendo previamente refletidas e planejadas.
- B) Sobre a participação das mulheres nos espaços de construção/monitoramento de Políticas Públicas

# a) Situação Final:

MMTR da região de Feira e Sisal conhece e participa dos espaços constitucionais de participação e controle social de maneira articulada, potencializando a atuação das jovens lideranças femininas.

MMTR's municipais e regional com representação nos Conselbos, Comissões e Fórams locais/regionais (CODES e PETI);

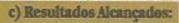
MMTR Regional participa de forma articulada do Fórum da Sociedade Civil do PETI e acompanham os municípios para estimular e monitorar a participação das mães no programa.



# b) Atividades Realizadas:

# QUADRO 02

ATMENDES ->	PREVISTAS	REALIZADAS	MEDIADE PARTICIPANTES PORATIMOADE
Cursos regionais (2 das) p/lideranças termininas s/lespaços de " participação e controle social	02	IB	0
Encontros Regionais (1 dia) de monitoramento e se-platejamento disintenenção	02	On _	0
Encontros Plegionais de articultição política e mutilização no ne- vel estadual e de nordeste	Œ	œ	30
Dias de fistudo stunicipole (fida) p/leventamento, sistematica- ção de demandas de POLPUB	B	13	30
Días de Estudo municípido (1 día) apresentação e negociação de propostas a LDO e LOA ao Poder Público Local	*	74.	30
Dias de Estudo municipais pi/monitoramento do andamento das propostas apresentadas ao Podes Público Local	. 4		
Rauniões Comunitárias sobre Politicos Públicos e para sistemos Zação de demandas a serem apresentadas ao logislativo municipal		22	20
Participações ras sumões dos Féruns de Cidedanis dos muni- cipios de Adacie Teofilânda		20	
Reunides du Fónum de Mulheres da Régião de Feira de Santarra e Santipaia construção da Conferência Regional de Políticas para as Mulheres		O9	20
Participações ras sessões das câmaras de vienadoras e venadoras		28	
Reunião com UEFS MULEPHRUS de negociação para construção da Confesional Regional de Políticas para as Murheres		DI	G.
Confesencia Regional de Potiticas Publicas para Mutheres		C1	135
Participação Corderência Estadual de Políticas Públicas pura Mulheres		01	T
Participação Confesência Nacional de Políticas Publicas para Multeres		in	OF .
Seminado segional (1-dia) para traçar interferência do MMTR no PETI	Or .	0	30
Encontro regional (1dia) paramonituramento disparticipação do MMTR no PETI	α	a	30
Dias de Estudos municipais de Coord/Comissão para planeja- mento e monitoriamento da participação do MMTR no PETI	14	Q	3)



O MMTR das regiões de Feira e Sisal durante o ano de 2004, focou a discussão de políticas públicas na nova concepção de desenvolvimento sustentável, a partir da discussão da territorialidade. O Programa desenvolveu o papel de incentivar a participação efetiva e representação institucional do movimento nos espaços de construção e monitoramento das políticas públicas.

Como primeiros resultados dessa ação podemos destacar:





- Articulação territorial das organizações de mulheres com o intuito de construir e participar das Conferências Regional, Estadual e Nacional de Políticas Públicas para Mulheres;
- Mobilização das mulheres rurais para participar do Conselho de Desenvolvimento Rural do Território Sisaleiro;
- Negociação, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Rural do Território Sisaleiro, de políticas territoriais em atenção às mulheres rurais;
- O controle social feito no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, através da representação institucional do MMTR nos Grupos Gestores Municipais, bem como no Fórum da Sociedade Civil.
- Nas comissões municipais e regional do Programa 1 Milhão de Cisternas, as representantes do MMTR articuladas com outras mulheres pautam constantemente a questão de gênero e a situação da mulher, o que resulta na orientação de diretrizes que contemplem a equidade de gênero no âmbito do processo de construção das cisternas de placas;
- o MMTR participa do Fórum de Educação no Campo, com a perspectiva de pautar a questão da mulher rural no processo de construção da Política de Educação Formal do Campo.

# C) Sobre a formação e participação das jovens lideranças femininas no cooperativismo de crédito

# a) Situação Final:

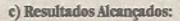
Lideranças femininas de 21 municípios motivadas para participar do cooperativismo de crédito, e mobilizando as mulberes rurais visando sua inserção nos espaços de participação e decisões políticas.



# b) Atividades Realizadas:

# QUADRO 03

The state of the s			
ATMENDES	PREMISTRE	REALIZAÇÃS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POBLATIVEMOS
Beerlas inglonais (2 dias) crinovas lideranças potre a participação e direitos das mulheres no Cooperativismo de Credito Runs	12	02	35
Ouesos de 2 módulos (2 das) de formação sobre Cooperativismo de Cristito, Deservolvimento Tentorial e PROMIE	05	01-	35
Oficina regional sobre relações sociais de género		(m	30
Encontros regionais (1dia) para elaboração do plano de multiplicação emorilo camerio de inserção de genero nas expesi- das cooperativas de midito.	æ	œ.	35
Encontros regionais (1 da) para avaliação do formação	08	0	35
Reunião (1 da) para elaboração da cartificación processos de trabalho de motheres e cooperativismo de crédito	On .	α	35
Elaboração de caráfina sobre processos de trabalho do mathenes o cooperativismo de crecito	Œ	Of	2000
Grecottos manicipais/comunitário (1 da) paramelfiplicação das ternáticas de Cooperativismo de Credito, Desenvolumento Territorial e PROMAF com perspectiva de gânero	60	140	30
Encontros municipais com Cooperativas de Credito e Entidades de ATR para decutir a participação da muther no Credito Rural	22	22	30
Visita de intercentivo pera conheces expeniências da perhapeção da mulher no cividato rural	a	α	-6
Lewartements, Clargeristico des Grupos de Produção Organizados por Michenes		108	7,1 pergrupo



Entendendo ser o crédito um instrumento que contribui na construção e consolidação da autonomia e empoderamento político e financeiro das mulheres o programa optou por montar um processo de sensibilização das mulheres para incentivar a participação das agricultoras nas cooperativas de crédito.

Ao mesmo tempo tem-se fortalecido a participação das jovens nas organizações de mulheres da Região do Sisal o que tem se configurado como um necessário fôlego à organização das atividades, bem como da renovação das reflexões entre os grupos. Neste sentido, as jovens têm conseguido introduzir novos elementos nas culturas dos municípios e das comunidades, conseguindo impulsionar as organizações femininas em seus trabalhos de articulação, uma vez que foram essenciais para algumas conquistas inovadoras:

 96 Jovens Lideranças Femininas Rurais participam do processo de formação em Gênero e Cooperativismo de Crédito Rural; destas, 06 estão participando do Coletivo Regional de Educação Cooperativista;





- Muitas mulheres integraram-se a processos de formação cooperativista nos municípios, trabalhando em parceria com os Departamentos de Educação Cooperativista das cooperativas. 1
- Participação das jovens lideranças nos NUDEC´s (Núcleo de Educação Cooperativista) dos Sicoob´s e em alguns casos em Conselhos e Administração;
- O trabalho das jovens foi capaz de estimular o surgimento/animação de grupos de mulheres rurais no âmbito da geração de renda, destes, 03 já elaboraram projetos coletivos que estão sendo negociados com os Sicoob´s [Feira, Araci e Credite], envolvendo o total de 90 mulheres;
- A ação das jovens estimulou o acesso e retirada do PRONAF Mulher, pelas primeiras mulheres, na região.
- 60 mulheres com acesso aos recursos do Pronaf B (R\$ 1.000,00 cada) a partir dos trabalhos dos MMTR se das Jovens Lideranças.

2.1.2. Resultado 2. Fortalecer e articular os grupos de produção femininos para inserção da produção nos mercados locais numa perspectiva de desenvolvimento solidário sustentável

A)Sobre o fortalecimento da articulação de mulheres produtoras

# a) Situação Final:

Identidade política, estrutura organizacional e gerencial da Rede de Produtoras construídos de forma participativa e planejamento estratégico definido;

Grupos de Interesses da Rede de Produtoras formados e fortalecidos, acessando mercados no campo da alimentação e artesanato.



# b) Atividades Realizadas:

# **QUADRO 04**

ATMOADES	PREVISIAS	REALIZADAS	MEDIADE PARTICIPANTES PORATIVIADE
Seminários Regionais (2 dias) pridefinição de identidade política e planejamento estratégico da Réde de produtoras	Q. W	Q.	, 20
Reunides (1 dia) de montovamento do plano de ação da Rede de Produtoras	04	σ	30
Permiões da Coordenação Executivo da Reda de Produtorias da Bahra		12	CR.
Reunides do Grupo de Infanesse da Alimentação		06	5
Reunides da Coordenação da Rade de Produtoras do Nordeste		6	20
Res de Estudo municipais (1 dia) o' grupos de produção integrantes da Rede de Produtiras si planej. Establigado, estadara organizacional e gestão de pequendo negorido.	Œ	10	30
Encontros regionais (2 dias) a/ renda familiar na perspectiva de ginero	Q	Œ	30
Mobilizações locais (1dia) dos grupos de produção pilorganiz do numerositazeos e dividiação de Pede de Produtina (Feira Serni-Ando, ExpoFesia, Fennear), Feira de Produção da Agricultura Familiar.	03	H	
Contentações do Buffet Alternativo, com produtos regionais da agricultura tamelas:		46	

# c) Resultados Alcançados:

Entendemos ser este acima descrito como estratégico, insistimos nele. Por constatar a existência de duas identidades já internalizadas nas agricultoras familiares do território sisaleiro, pois as mesmas costumam se identificar como "mulberes trabalbadoras", explicitando duas dimensões importantes de sua identidade, a de gênero e a de classe, o programa lançou mão do desafio de refletir a questão da geração de renda como sendo mais um dos elementos que contribuem no empoderamento das mesmas.

Aqui, iremos citar alguns elementos que demonstram os passos iniciais dados pela Rede de Mulheres Produtoras, no sentido de tornar visíveis as demandas das mulheres trabalhadoras, ao mesmo tempo de intermediar a troca de experiências vividas no campo da produção, gestão e comercialização.

- Atualmente participam dessa articulação 15 empreendimentos solidários organizados por mulheres, sendo alguns juridicamente reconhecidos, e outros informais;
- Ainserção de novos empreendimentos na Rede se dá, observando os critérios definidos no Regimento Interno e carta de princípios.
- Apesar de se configurar como uma articulação informal, a organização vem

dando passos iniciais que demonstram organicidade, com destaque para: A Coordenação Executiva Provisória desempenhando sua função com maior autonomia [convoca, preside reuniões, faz contatos e contratos, visita grupos integrantes da Rede, gerencia os recursos, identificando e negociando capacitações...];

- Outro papel, que a Rede vem desenvolvendo, é o de interlocutor das demandas dos empreendimentos solidários nos espaços de construção de políticas públicas;
- No campo da visibilização dos empreendimentos no mercado, no ano de 2004 a Rede funcionou como intermediadora de contratos para os grupos afiliados, totalizando 48 contratos firmados;
- O fundo de reserva vem sendo alimentado com os recursos provenientes dos contratos intermediados pela Rede, sendo ele utilizado para custear despesas como participação em feiras e eventos, representação institucional, divulgação...
- A Rede de Mulheres Produtoras começa a ser percebida como uma articulação estratégica e importante, fato este comprovado através do convite e a
  participação da organização em Feiras e Eventos Nacionais e Internacionais, a exemplo do Encontro entre as comunidades do alimento Terra
  Madre que aconteceu na Itália, sendo a Rede uma das comunidades citadas
  no livro que relata as experiências dos grupos constituídos à luz da filosofia
  do alimento artesanal.

2.1.3. Resultado 3: Promover a transversalidade de gênero nas ações programáticas das equipes de Políticas Públicas, Educação Rural e Fortalecimento da Agricultura Familiar com vistas ao desenvolvimento local justo e solidário.

# A) Sobre a transversalidade Na Educação Rural

# a) Situação Final:

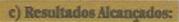
Professoras e Coordenadoras do CAT incentivando novas práticas de equidade de gênero na perspectiva do desenvolvimento justo e solidário;

Coordenadoras de monitoras discutindo, elaborando e monitorando junto aos as monitoras, ações estratégicas de equidade de gênero a partir da orientação da equipe de assessoria da jornada ampliada.

# b) Atividades Realizadas:

# **QUADRO 05**

ATROUES	PREVISTAS	PEALIZADAS	MEDIA DE PARTICIPANTES POR ATMONDE
Houseautopeau ci equipe do projeto CAT para planejamento a monitorimento de projecta pedegógico (eclasias	œ	Œ	Œ
Curso modelin trimestral (2/das) para formação continuada da oquipa de Educação Runal sobre metodologias	on on		
Paundes tierreas (Idal con ET de Gineros, innels Ampliede para planejamento e monitoramento des capacitações.	al		
Ohors sobre reloções sociais de plavare se edecação nurel para professores de CAT		a	30
Capacitações sobre relações sociais de gánero sa edispigio rund para redeltarios do porsada empliada		04	6
Uniona sobre misções de gânero sa edicesção ruma com educadoras leitores do Bab de Leitura		05	-0



O intuito foi contribuir na construção e identificação de elementos que sirvam para o monitoramento da inserção de gênero nas ações estratégicas desenvolvidas pelo programa de educação.

Podemos destacar como ações e resultados trabalhados no âmbito da educação rural formal:

- A sensibilização feita aos educadores e educadoras que fazem parte do CAT, Baú de Leitura e Jornada Ampliada;
- As reflexões de gênero sendo trabalhadas transversalmente em todas as práticas do programa.
- Realização de oficinas temáticas sobre gênero e sexualidade na ocasião da Mostra de Artes;





- Priorização de livros que refletem a questão da identidade de gênero, de classe e de raça/etnia na composição dos Baús de Leitura;
- Utilização do calendário de lutas do MMTR e dos Movimentos Feministas nas comemorações escolares, a exemplo do 8 de março, que passou a ser trabalhado não somente como um dia comemorativo, mas como um momento de reflexão da situação da mulher nos diversos espaços da sociedade.

# B) Sobre a transversalidade em Organizações Mistas

# a) Situação Final:

Organizações da SC promovendo ações estratégicas institucionais de equidade e justiça;

# b) Atividades Realizadas:

# QUADRO 06

ATMIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	MEDIADE PARTICIPANTES PORATIMIDADE
Reunides térmicas (1 dis) para montagamie manitoramento do processo de sensibilização e insenção da dimensão de gânero nas organizações da SC	œ	Œ	03
Oficias regionalo - Polos Sizal e Jacube - (Z dias) sobra concepção de gênero, genção e desenvolvmento	w .	œ	25
Oficines regionales para construção e monitoramento do plantigamento establigão do colotivo regional de mulheres do Polo Sindical do Sisal		05	25
Encontros municipais pará construção dos planejamentos estratigicas das secretarias colétivos municipais de mulhores		и	20

# c) Resultados Alcançados:

O propósito do programa tem sido pautar as questões de gênero no âmbito do movimento sindical rural, mais especificamente junto ao Pólo Sindical do Território Sisaleiro. Sua contribuição tem sido refletir com a diretoria do Pólo a questão de gênero, bem como traçar estratégias de atuação que contribuam com a equidade na organização. Assim foi adotada a estratégia de formar o Coletivo regional de Mulheres do Pólo, o qual é constituído pelas Secretarias de Mulheres dos Sindicatos afins.

# 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MOC entende que a construção de um mundo justo, com equidade de direitos para homens e mulheres perpassa, necessariamente, pela rede-

finição das políticas públicas, no sentido de reverter o quadro das assimetrias de gênero. Assim, as ações do Programa de Gênero tiveram como perspectiva o fortalecimento da intervenção das mulheres no campo das políticas públicas.

Aatuação do Programa foi determinante para a articulação e a organização das Conferências de Mulheres, tanto no plano municipal, quanto no regional e estadual, que culminou com a realização da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília, permitindo assim, a inclusão de demandas de políticas públicas das mulheres trabalhadoras rurais, do território, no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

A reflexão a seguir tenta visualizar, ainda mais, a presença das mulheres e do programa na construção de políticas:

# No Plano Municipal

As mulheres trabalhadoras rurais e suas organizações têm exercitado seu poder de interferência na realidade dos municípios onde cada uma está inserida e vão pouco a pouco aprendendo a perceber e a refletir sobre o local, entendendo-se como sujeitos responsáveis por ele. A partir do local, as condições nascem para pensar o global. Dessa forma, as organizações de mulheres, têm aprimorado seu poder de formulação de propostas, reivindicação e cobrança nos espaços públicos e melhorado sua intervenção, tal como a capacidade de controle social dos programas e políticas públicas. Eis alguns exemplos que ilustram esse processo:

A participação das mulheres durante as eleições municipais, interferindo e procurando influenciar na formação de opinião do eleitorado, principalmente no que tange à importância do voto consciente;

A contribuição dada através da atuação nas organizações locais fez surgir a preocupação destas com este público que representa 51% da população. As mulheres passaram a ser vistas não somente como um público beneficiário, mas como um segmento que tem demandas claras e concretas a serem discutidas e implementadas..

A mobilização das mulheres rurais, no intuito de participar ativamente na construção das políticas municipais, busca entender como são constituídos os orçamentos públicos dos municípios, e paralelamente identifica e articula suas demandas historicamente construídas. Nesse sentido, as organizações de mulheres se articularam com outras entidades parceiras e apresentaram propostas de emenda orçamentária nas LDO dos municípios de Araci, Conceição do Coité, Santa Bárbara, Serrinha e Teofilândia. Das emendas apresentadas destacam-se: Incentivo à Produção das Mulheres Agricultoras Familiares; A Construção e Implementação de Bibliotecas Públicas Municipais e Forma-



ção das Professoras da Rede Pública Municipal sobre a Concepção Pedagógica da Educação no Campo.

# No Plano Regional/Territorial

As Cooperativas de Crédito Rural gradualmente começam a formular e desenvolver propostas de ações conjuntas com as Mulheres. Os MMTR´s e a Rede de Mulheres Produtoras fazem parte das organizações que compõem os NUDEC´s¹. As Jovens Lideranças Femininas vêm participando do CORECO-OP². A indicação das mulheres dirigentes, principalmente aquelas ligadas à agricultura familiar, vem sendo feita a partir da reflexão das organizações do segmento. Como resultado dessa mobilização, as mulheres começam a acessar o crédito rural: em Valente estão as primeiras trabalhadoras do Território Sisaleiro que receberam recurso do PRONAF Mulher.

O Fórum Regional de Mulheres tem funcionado, por sua vez, como a rede que articula estes anseios.

As demandas sistematizadas nas Conferências de Políticas para as Mulheres dos Territórios de Feira de Santana e Sisal foram também apresentadas, em forma de emenda orçamentária ao Legislativo Estadual.

Outro destaque cabe às propostas encaminhadas ao CODES<sup>3</sup>, a fim de que este as apresentasse como reivindicação territorial durante o "Diálogo da Concertação Ministerial", e, ao mesmo tempo, a organização de mulheres propunha que essas propostas fossem incorporadas ao Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território:

- Realizar Amplo Diagnóstico sobre a Situação do Trabalho e Renda das Mulheres do Território (com o objetivo de identificar ações políticas apropriadas para a intervenção no problema);
- Hospital Referência em Saúde da Mulher, carência latente da região e reivindicação nacional, expressivamente salientada durante a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

### No Plano Nacional

Como fruto das Conferências Regional e Estadual e, posteriormente da Conferência NACIONAL, foi elaborado o **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres — PNPM.** 

Entre as proposições apresentadas pela Conferência Regional, que cons-

Nucleo de Educação Cooperativista. Cada município termum NUDEC. Esse é o espaço de pareair e propor os exos estratégicos de atuação de Cooperativa de Crédite Local.

Coletivo Regional de Estudação Cooperativista. Coletivo que persavestada os carrielhos nontredores da educação de taute cooperativista.

Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sisaleiro.

tam no PNPM como orientações às três instâncias de governo (municipal, estadual e federal) e seus respectivos órgãos, destacamos:

- O Ministério de Desenvolvimento Agrário deverá, em 2006, apoiar técnica e financeiramente projetos de cooperativismo protagonizados por mulheres.
   O mesmo ministério deverá elaborar sub-programa de cooperativismo e gênero no âmbito do Departamento de Cooperativismo.
- Os Ministérios da Educação e o do Desenvolvimento Social, ambos deverão apoiar os estados e municípios na construção de equipamentos sociais, para facilitar a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho (creches, restaurantes e lavanderias públicas).
- O Ministério da Saúde estimulará e implantará ações para atenção integral à saúde da mulher que atendam às necessidades específicas das mulheres nas diferentes fases do ciclo vital, abrangendo as mulheres negras, e às trabalhadoras rurais e urbanas.

É notório que as organizações se fortaleçam por meio dos espaços de aprendizagem e construção coletiva de conhecimento. Muitos passos precisam ser dados nesta estrada e três deles merecem destaque pela emergência em implementá-los:

- A qualificação das mulheres, para que elas possam interferir melhor nos espaços de construção, fiscalização e controle social das políticas públicas;
- A viabilização dos empreendimentos solidários organizados por mulheres, qualificando-as desde a sensibilização quanto ao papel estratégico do seu empreendimento, como um instrumento de empoderamento das mulheres, até as técnicas específicas necessárias ao negócio;
- Potencializar o papel da mulher na agricultura familiar, incentivando-a a
  participar de todas as etapas de organização da propriedade familiar, desde
  o planejamento da mesma até a definição e implementação do projeto técnico e o gerenciamento dos resultados.



# Programa de Educação Rural



"A educação, concebida não como escolarização, pode e deve ter um peso na luta pela sustentabilidade econômica, política e social". (Moacir Gadotti, Pedagogia da Terra, 2000).

# 1. INTRODUÇÃO

O Programa de Educação do Campo tem como principal objetivo contribuir na implementação, execução e controle de políticas públicas de educação de qualidade voltadas para a realidade, especificamente do campo, numa perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável.

Durante o ano de 2004, o Programa de Educação continuou suas ações, em três sub-programas específicos: **Projeto CAT** — Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo; **Jornada Ampliada do PETI** — Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (ações complementares à escola) e **Projeto Baú de Leitura**. Atuou, em 2004, buscando integrar as ações destes sub-programas, em três linhas de ações:

- Integração dos atores educacionais e sociais em âmbito municipal/regional (ações educativas integradas);
- · Participação em espaços políticos: regionais, estadual e nacional;
- · Formação de Educadores/as:
  - Coordenadores/as e Professores/as do Campo Projeto CAT;
  - Coordenadores/as e Monitores/as da Jornada Ampliada do PETI;
  - Coordenadores/as e educadores-leitores/as para atuação no Projeto Baú de Leitura.

Dentro destas linhas, o trabalho atentou especialmente para os seguintes temas e eixos: Preservação e Recomposição Ambiental, Fortalecimento da Agricultura Familiar, Fortalecimento da Sociedade Civil Organizada e, como temas transversais: Comunicação, Gênero e mobilização para construção de uma política de Educação Integral do Campo.

Todo o trabalho e os resultados alcançados, somente foram possíveis devido às diversas parcerias e apoios, especialmente UNICEF, Universidade Estadual de Feira de Santana, SETRAS (Comissão Estadual do PETI), Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Projeto Axé, Prefeituras Municipais, Sociedade Civil organizada, dentre muitas outras.

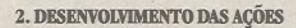
O Programa atua em 46 municípios, envolvendo as regiões da Bahia:

Sisaleira - Pólos Sisal e Jacuípe; Região Piemonte; parte do Recôncavo e região de Feira de Santana.

As atividades foram realizadas mais diretamente com Coordenadores/as dos três sub-programas, e esporadicamente com os professores e educadores. Os Coordenadores atuam como multiplicadores nos diversos municípios, num processo sistemático de planejamento, avaliação e monitoramento com encontros, dias de estudos, reuniões, etc.

Nos três sub-programas (CAT, Jornada Ampliada e Baú de Leitura) trabalha-se com a mesma metodologia de conhecer (pesquisa sobre a realidade), analisar (reflexão sobre os dados colhidos) e transformar - busca de soluções para a melhoria da realidade pesquisada e da qualidade de vida das pessoas, colocando a educação a serviço do desenvolvimento sustentável e contribuindo na construção de políticas públicas.

No CAT, por se tratar da escola "formal", os conteúdos e análises das pesquisas são desenvolvidos nas diversas disciplinas, dentro da proposta dos Parâmetros Curriculares (Nacional).



Integração dos Atores Educacionais e Sociais a Nível Municipal/ Regional (Ações Educativas Integradas):

Para integrar as ações educativas nos municípios da região, desenvolveram-se diversas atividades e, a partir delas, os grupos nos municípios realizaram outras.

No quadro a seguir, juntamos três situações finais que pretendemos atingir com as ações integradas realizadas. São elas:

# Situação Final 1:

Coordenadores/as municipais atuando e desenvolvendo atividades locais de forma articulada, contribuindo para o desenvolvimento territorial.

# Situação Final 2:

Coordenadores/as dos 03 sub-projetos, professores, monitores e outros agentes sociais, trabalbando mais articulados e divulgando mais os trabalbos das crianças e adolescentes do PETI, na dimensão cultural e contribuindo para o desenvolvimento territorial





# Situação Final 3:

Coordenadores/as municipais e Equipe de Educação do MOC conbecendo a proposta de Educação do MOC e desenvolvendo ações com outros atores.

QUADRO 01

ATTACADES	RANEJADAS	REALEXADAS	TOTAL DE PARTICIPANTES
Encontro de aprofundamento sobre desenvolvimento tembrial com 25 municípios e planejamento de ações conjuntas a serem desenvolvidas nos municípios.	m	(II	90 pessoas (Coorde- nadores dos bés sub- programas)
Encontros com Coordenactores, las das 03 sub-projetos	12	æ	90 pessoas em cada Encontra
Sentinario Regional de Integração entre os agentes educacionais	Cf .	O1 Seminário Regional re- alizado em parceria MOC- FEEG - Fórium Estadusi de Educação do Campio e US- Seminários realizados em diversos municípios."	145 pessous MOC- HEC     850 pessous no total
fi Mostra de Artis e Cultura - Encontro de Intercâmbio de Educação do Campo e Deservolvimento Sentonal Sustentivel	ât	Il Mostra de Arte e Cultura- Educação do Campo e De- senvolvimento Territorial Sustentivel.	230 pessoas
Estudo de aprofunciormento aobre Educação Integral pera Equipe de Educação do MOC e outros alores da região.	01	11 reunides da Equipe de Educação.	10 pessoas
Reuniões pedagógicas de planejamento e avaliação das ações da equipe.	10		

Apesar de ter apenas iniciado as discussões sobre educação integral, as ações acima citadas contribuíram para que os municípios e a própria região sisaleira desenvolvessem algumas iniciativas integradas de cultura e educação, a exemplo das discussões sobre a implementação das Diretrizes Operacionais para Educação do Campo, nos Planos Municipais de Educação, com planejamento conjunto, contribuindo na construção de políticas públicas na elaboração de uma proposta do Plano de Educação do Campo do CODES — Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável.

Outra atividade de integração foi a II Mostra de Arte e Cultura — Encontro de Intercâmbio e Troca de Saberes, que se constituiu num importante espaço de divulgação de arte das crianças, das famílias e dos próprios educadores.

# Ações Específicas dos Sub-Programas de Educação

Além de buscar integrar as ações educativas, houve diversas outras específicas dos sub-programas, conforme descreveremos a seguir:

Municipios der Concesção do Cate, Nova Fétras, Retrolànda, Serolánda, Rachão do Jacuipe, Valente, Serrima, Teafilândia, Capin. Gressa, dentre outros.

# 2.1. SUB-PROGRAMA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DO CAMPO - CAT

O sub-programa CAT — Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo - vem trabalhando, desde o seu surgimento em 1994, na busca de uma política pública de educação adequada à população do campo.

Tem em vista a formação de professores municipais que atuam em escolas do campo, a fim de eles trabalharem com a realidade de seus alunos e, a partir dela, chegar à construção de conhecimentos que ajudem a fortalecer a agricultura familiar e a melhoria de vida das pessoas. Deste modo, o CAT é uma ação concreta na construção, definição e implementação de políticas públicas para as escolas do campo.

Como proposta desenvolvida em parceria entre o MOC (uma ONG), a Universidade Estadual de Feira de Santana, as Prefeituras Municipais (órgãos públicos), e, em alguns espaços, com organizações da sociedade civil, é uma experiência que se caracteriza e projeta como Política Pública de Educação.

# 2.1.1. Abrangência em 2004

# **QUADRO 02**

	FPda professives/as envolvidos/se		N°de escelas envolvidas	Minde ekinositet utingidositet	M/de coordenadores municipais	Amessons MOGUEES	të de estagiaros
71	SE	302	-301	11933	15	05	07

### 2.1.2. Atividades realizadas

Neste ano de 2004, buscando atingir os objetivos e a situação final desejada, foram realizadas as seguintes atividades, dentro do planejado:





# a) Na linha de formação de professores

# Situação final 01:

Proposta pedagógica de formação de professores/as do campo - CAT, experimentada por novos municípios.

# **QUADRO 03**

ATMOADES	PLANEURDAS	REALIZADAS	PARTICIPANTES.
· Reunido com Secretários/as dos municípios novos.	.08	OT .	Or .
Encontro de Sensibilização a Formação de professores/las rovas/ as em municípios movos.	B	12	65

# Situação final 02/03:

Professores/as atuando em uma proposta de valorização do campo -CAT- e contribuindo de forma efetiva para o Desenvolvimento Local e Territorial:

Professores/as e Coordenadores/as desenvolvendo atividades de forma mais articulada com outros agentes locais, contribuindo para: a valorização da agricultura familiar; a construção do Desenvolvimento Local e Territorial Sustentável e de políticas públicas para o campo;

Todos/as os/as professores/as dos quatro municípios (Araci, Conceição do Coité, Retirolândia e Valente) atuando na proposta pedagógica de valorização da vida no campo desenvolvida pelo CAT.

# **QUADRO 04**

ADMINIS	PLANEADAS	REALIZADAS	TOTAL DE PARTICIPANTES
É reportos Intermunicipais de Avaliação e Planejamento de uniciade Tetiva	05	Œ	50 (média)
Encontro de Avaliação Anual	UI UI	OT	44
Seminários Municipais de Aprotunciamento da Metodología	IB	04	234
Reunião de Coordenação Geral	0	B	25 (media)
Seminario pera discussás de releções sociais de gânero	09.	α	-5

# Situação final 04:

Poder público de 04 municípios da região assumindo a proposta de educação rural enquanto política pública para as escolas do campo.

# QUADRO 05

ATMONDES	PLANEIADAS	PEALIZADAS	TRIVALDE PARTICIPANTES
Encontro de aprolundamento e discussão da nova linha de aplar do projeto.	α	α	65 (
Reunido qui oscretarios as de Educação dos quatro municípios que incluiram todos os professores no projeto CAT.	æ	α	09
12 Encontros municipais e/au días de estudo com todos os professores destes municipais para aprofundamento da metodologia daproposta.	P	12	235
Piesrisio com os secretários onde o CAT atua para socializar as experiências e refletir sobre o papei de cada parceiro.	œ	(ri	10

Além destas ações, juntamente com a UEFS foram realizadas 28 reuniões de assessoria para estudo, avaliação e planejamento de atividades, 09 visitas a escolas de vários municípios, para conhecimento "in loco" da realidade e diálogo direto com o professor; e 17 oficinas temáticas assim distribuídas:

# QUADRO 06

Alidetização	Chinossi	Ecucação Fraça	Geografia	Lingua Possuguesa	Matemática
03	Ol	. 01	02	(5	(B

b) Na linha de integração dos atores educacionais e sociais do município e região (desencadeadas pelos grupos nos municípios)

# Situação final 05:

Sociedade civil e poder público discutindo e elaborando políticas públicas para as escolas dos municípios e da região.

### Atividades

Foram realizados seminários municipais, em 5 municípios, para discussão das Diretrizes Operacionais de Educação Básica para as Escolas do Campo e elaboração do Plano Municipal de Educação e seminários de Devolução dos conhecimentos produzidos a partir da ficha pedagógica sobre censo agropecuário (2 municipais e vários em escolas ou núcleos dos municípios).

# c) Participação em atividades de intercâmbio e divulgação

No campo da divulgação do CAT, 03 momentos marcaram o trabalho da equipe no MOC:



Apresentação do CAT na UNEB de Serrinha, em maio; no II Congresso de Educação, em Vitória da Conquista e na UNEB de Santo Antonio de Jesus, em setembro.

Tudo isto se constituiu em contribuição para definição de políticas públicas, pois trata-se de órgãos públicos interessados por conhecer e estudar a Educação do Campo.

# 2.1.3. Temas Trabalhados e a Construção de Políticas Públicas

Este sub-programa objetiva, através da formação de professores e de sua atuação com os alunos e a comunidade, construir conhecimentos, a partir da realidade, que contribuam para a mudança da mesma, o fortalecimento da agricultura familiar, a melhoria de vida da população do campo, construindo o Desenvolvimento Local/regional/territorial sustentável e políticas públicas para o campo. Simultaneamente se trabalham os conteúdos programáticos.

Na metodologia de agir, refletir, agir, teve-se, então, como temas norteadores do trabalho pedagógico, deste ano, "Família, Escola e Comunidade e o "Censo Agropecuário da comunidade e do município". Foram, assim, distribuídos na Ficha Pedagógica:

# QUADRO 07

DISTRIBUTOADDOS TRAAS NOANGCETIVO	TEMIS
Fevereiro a abril	Familia, escola e comunidade  identidade pessoal, familiar elocal. Relações sociais de género. Valores humanos.
Maio a novembro	Canso Agropecusido do comunidade e domunicípio, buscando o fortalecimento da agricultura formán.  Flora - fruterias adequadas ao semi-ásido x Plantio - Meio - Ambiente Seguranga Alimentas. Flauro - Antosis. Produção e xenda da/pera a tamilla.

Trabalhou-se de fevereiro a abril, buscando valorizar a identidade pessoal e local, aprofundando mais o conhecimento dessa identidade, provocando auto-estima e aceitação/segurança do que se é e se quer. Aqui foi analisado também o que há na comunidade de Serviços Públicos, refletindo-se sobre o atendimento e as carências de políticas públicas na localidade.

De maio a dezembro, realizou-se o Censo Agropecuário, não como um tema teórico, mas como um processo de trabalho que envolve as pessoas na construção do conhecimento. Deste modo, desenvolveram-se estratégias que ajudassem as crianças e a comunidade a se conhecerem melhor, identificando os dados da agricultura e da pecuária, os trabalhos das famílias sobre o plantio, as árvores frutíferas, a criação de animais e outros serviços ligados ao campo, contribuindo, assim, para a construção do desenvolvimento local/regional/territorial sustentável e de políticas públicas apropriadas ao semi-árido.

No Censo Agropecuário, foram entrevistadas cerca de 5.000 famílias, em 10 municípios, obtendo-se os seguintes dados:

- 9% destas famílias não têm terra, por isso, não plantaram ou plantaram no terreno do vizinho, num ato de solidariedade provocado pela escola.
- Nessas famílias, já havia cerca de 65.000 árvores frutíferas, porém, poderse-ia plantar mais, como "recomposição ambiental", na busca de melhor alimentação e meio de aumentar a renda familiar. Foram plantadas mais 3.000 mudas. E a campanha ,ainda no início, continua.
- Estes temas e os conhecimentos construídos são sistematizados na escola e a partir deles se trabalha as disciplinas de modo interdisciplinar;
- Devolvem-se os resultados da pesquisa à comunidade e daí são tiradas conclusões de ações para a comunidade, as quais têm a ver com políticas para a agricultura familiar, semi-árido etc.

Em 7% das casas não se criava nenhum animal, porém, a maioria das famílias entrevistadas, criam animais.

O importante desta metodologia é que, de um lado, a escola produz conhecimentos sobre a realidade que, uma vez devolvidos à própria comunidade, gera, na mesma, possibilidades concretas de modificação dela para melhor. E, por outro lado, são fontes de elementos com os quais se trabalha transversalmente todas as disciplinas. Somam-se e dividem-se animais, plantas, área de terra. Debate-se a Geografia a partir da realidade do semi-árido, captação de água. Debate-se a História partindo-se da identidade das pessoas e da comunidade. Aprende-se Língua Portuguesa escrevendo e lendo textos, próprios e de outros, sobre a realidade da própria comunidade, do município etc.

Trata-se de uma escola que, sem desprezar as competências e conhecimentos, já produzidos na história da humanidade e também importantes para a vida dos homens e mulheres de hoje, se insere na produção de novos conhecimentos essenciais para que a comunidade modifique sua concreta realidade.

### 2.1.4. Resultados

# a) Na formação de professores/as

O principal resultado diz respeito à construção de um processo sistemático de formação de professores do campo, na linha de uma educação que



constrói conhecimentos para o desenvolvimento da comunidade e do município, partindo da própria realidade das comunidades em que se vive, aproximando as comunidades e os pais da escola, visto que os temas trabalhados têm a ver com a realidade das comunidades. Os professores estão conhecendo mais a vida dos agricultores e agricultoras e valorizando-os mais, buscando respeitar seu jeito de ser, seus saberes e sua cultura. E, dentro desse contexto e a partir dele, trabalhando de modo mais adequado à realidade, trabalhando os conteúdos programáticos

# b) Em termos de atuação da escola na relação com a comunidade

Maior conscientização por parte dos alunos e pais da importância da agricultura na vida das pessoas que moram no campo, o que se traduziu em:

- Mais plantio de árvores frutíferas (cerca de 3.000 mudas);
- Valorização das frutas da região e o seu aproveitamento na alimentação escolar (sucos);
- O aumento da criação de animais de pequeno e médio porte (galinha caipira, porco, ovelhas, cabras etc);
- Armazenamento de sementes de modo natural, em garrafas, para a próxima safra;
- · Melhoria dos hábitos alimentares nas famílias e na escola;
- Plantação de hortaliças e cuidado com as mesmas nas escolas e em algumas famílias, estimuladas pelas crianças;
- Mais cultivo de plantas para alimentação dos animais (palma, leucena etc);
- Fortalecimento da parceria com associações locais e integração com outros agentes sociais e com projetos ligados à agricultura familiar e à pecuária (precisando melhorar mais);
- Maior participação, principalmente onde houve devolução, de associações e agentes sociais nos trabalhos da escola e na construção da educação do campo como uma política pública.
- Aumento da produtividade agrícola com maior aproveitamento dos alimentos colhidos - próprios do semi-árido - e maior valorização dos produtos locais.
- Solicitação ao poder público de cursos para ajudarem a melhorar a atuação dos/as trabalhadores/as do campo, como a secretaria de Agricultura proporcionando curso de silagem (em Santa Luz), exigência de política pública que atenda ao pequeno agricultor.

# c) No que se refere à prática pedagógica

Enriquecimento da prática pedagógica (utilização de mais recursos: ani-

mais, plantas da região etc); profundo envolvimento da escola com a vida da comunidade.

- Incentivo à pesquisa, vez que todo o processo do censo se faz por pesquisas realizadas pelos alunos na comunidade onde moram.
- Apartir dos seminários de devolução dos conhecimentos à comunidade, já se discutem políticas públicas que venham beneficiar a localidade e o município.
- Utilização do Boletim "A voz do CAT" como recurso de desenvolvimento da expressão oral e escrita dos alunos e também como fonte de pesquisa e aprofundamento de temas como DLS e convivência com o semi-árido, trabalhados também em reuniões com pais e associações comunitárias.

# d) No que se refere à aprendizagem dos alunos

- Maior valorização da identidade cultural, decorrente das pesquisas, devoluções e apresentações feitas à comunidade, dos temas trabalhados.
- Desenvolvimento da capacidade de analisar, questionar e refletir perante situações novas e do seu cotidiano, exercitando o senso crítico e a cidadania.

# 2.1.5. Dificuldades

- O trabalho de educação do campo ainda não está assumido enquanto política pelos municípios. Isso gera contradições internas entre propostas de educação e a falta de disponibilização de pessoal que possa, gradativamente, assumir a caminhada no próprio município, gerando dependências dos mesmos em relação ao MOC e a Universidade.
- Ações educativas concentradas na escola e desarticuladas das forças populares do município, dificultando uma participação mais efetiva da sociedade civil organizada na formulação, acompanhamento e controle de políticas públicas de educação.
- Rotatividade dos/as professores/as nas escolas, dependendo da vontade dos gestores.

# 2.1.6. Desafios para 2005

- Trabalhar a formação de uma equipe pedagógica em cada município que possa assumir a proposta com mais autonomia e segurança, buscando transformá-la em política pública de educação do campo;
- Insistir junto à Secretaria de Educação sobre a necessidade de liberar coordenadores/as só para o desenvolvimento das atividades do projeto, possibilitando melhor desempenho do seu papel pedagógico junto aos professores/ as e comunidade.

 Construir um processo de parceria com as organizações da sociedade civil organizada, especialmente Pólos Sindicais, STR's, Movimento de Mulheres, Associações, igrejas etc, gerando uma presença efetiva destas organizações, de sorte a garantir uma dimensão de controle social que torne possível a sustentação do trabalho e a implementação das "Diretrizes Operacionais" no plano Municipal de Educação;

 Estimular e acompanhar mais a sociedade civil organizada, especialmente os professores, a ocupar os espaços públicos: Conselhos, elaboração da Lei Orcamentária do município onde se efetua a construção de políticas.

# 2.1.7. Aspectos Relevantes de 2004

Três pontos marcaram mais intensamente nossa atuação, este ano, na dimensão/busca de políticas públicas:

 A inclusão, no CAT, de todos (ou quase todos) os professores municipais das escolas do campo de quatro municípios (Araci, Conceição do Coité, Retirolândia e Valente), priorizando-se, portanto, o trabalho de formação metodológica e aprofundamento com tais professores, buscando-se definir e implementar aí, uma política pública específica para a educação do campo, numa linha de universalização;

 As discussões sobre as "Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo" (Resolução do CNE, n.º 1 de 03/04/2002) - tema central da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo da qual participamos em agosto e de mais 05 atividades participadas em nível estadual, regional e de encontros de intercâmbio (citadas nas atividades gerais);

 Aparticipação de coordenadores/as municipais e professores/as na elaboração do "Plano Plurianual de Educação" de cada município, com propostas de inclusão no mesmo, de aspectos específicos para a educação do campo.

# 2.2. SUB-PROGRAMA JORNADA AMPLIADA

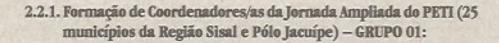
A Jornada Ampliada do PETI — Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - é um espaço de criação onde são realizadas um conjunto de ações sócio-educativas complementares à escola, oportunizando apoio pedagógico, atividades artísticas, culturais, lúdicas e de pesquisas, tendo sempre o núcleo familiar, a escola e a comunidade como referência. Em 2004, deu-se continuidade a estas ações, buscando aprofundar e fortalecer as atividades iniciadas em anos anteriores.

Esse ano, a Jornada Ampliada enfrentou momentos de indefinição, tanto devido às incertezas da continuidade do Programa em âmbito nacional, quanto da própria situação de contratação e permanência dos educadores/as (Monitores/as), assumida pelo Estado da Bahia.

Apesar destas dificuldades, deu-se continuidade ao trabalho iniciado desde a Campanha da Água em 2002 e 2003 (conforme relatórios anteriores) com a necessidade de cuidado e preservação dos recursos naturais, transformando o meio-ambiente, dentro de uma linha de ação que contribuísse para o desenvolvimento sustentável local e da região.

Algumas ações neste ano foram no sentido de assegurar a continuidade da Jornada Ampliada, garantindo o direito à educação da criança e do adolescente e que não retornassem ao trabalho explorador. Neste sentido, os monitores realizaram várias mobilizações em âmbito municipal, estadual e nacional, na linha de construção e controle de políticas públicas de educação do campo integral e de garantia de direitos da criança e do adolescente.

O quadro a seguir apresenta um pouco dos resultados deste trabalho:



#### Situação Final:

Coordenadores/as desenvolvendo algumas ações integradas nos municipios, participando dos espaços de discussão política e com a garantia de continuidade do PETI, contribuindo para o Desenvolvimento Territorial.

# QUADRO 08

ATMONDES	PLANE ADAS	REALIZADAS	TOTAL DE PARTICIPANTES
Encontros com Coordenadores, las para planejamento, avaliação e monitocomento dasações.	05	15	40 Coordenadores de 25 municípios enscada Encon- tro.
Oficinas com temáticas espécificas.	(B	08	40 participantes
Iniziar uma campanha de recomposição ambientai "Campanha Panhe e Guide de uma Avivos Fruillera"	Plantar 15 mil mudas de sevores fructivas	26.672 ávens plantacias	40 Contributores de 25 mu- ricípios em cada Encunto.

Neste grupo de ação, por fazer parte da área prioritária na atuação do MOC, as atividades foram mais intensificadas.

Como a Jornada Ampliada trabalha com a mesma metodologia do Projeto CAT, os educadores da Jornada começaram também a envolver a Secretaria de Educação e sociedade civil para implantar o CAT em seus municípios. Este ano, isto aconteceu com os municípios de Nova Fátima, Barrocas e Capim Grosso.



Esta campanha também foi ampliada para o Grupo (12

# 2.2.2. Formação de Coordenadores da Jornada Ampliada do PETI (Recôncavo, Piemonte e Central – Feira de Santana) – Grupo 02:

Apesar deste segundo grupo não pertencer à área prioritária da atuação do MOC, definiu-se, junto à Comissão Estadual do PETI, o acompanhamento do MOC nas ações da Jornada Ampliada e do Projeto Baú Leitura. Eis as ações realizadas:

#### Situação Final:

Coordenadores/as da Jornada de 21 municípios compreendendo a dimensão de desenvolvimento territorial sustentável e realizando ações com eixos comuns e mobilizados pela continuidade do PETI e educação integral.

QUADRO 09

ATMOADES	PLANEADAS	REALWADAS	PARTICIPANCES
Encontro para apartundamento e compress- são de desensolvimento territorial, buscan- de eses cumums do testados nos municípi- os lasgito, mobilização pela confinuidade do PETI e sensibilizando para a questão de edu- cação integral,	σ	OT Encortes Ot Otions sobre a forenesto de Deserra Territorial	35 Coordenadores
Encontros de Coordenadores las paraplare- jamento, analiação e monitorimento do tra- balho com coordenadores dos 21 municipi- os natiental de presenação ambiental	05	Œ	35 Coordenadores
Iniciar uma campanha de recomposição ambiental "Campanha Plante e Cuide de uma Anore Frutifeta"	Planto de 15 mil mudes	(quadro atraxo)	

Nos Encontros realizados dos dois grupos de coordenadores, foram debatidos e estudados, através de Oficinas, temas transversais, as relações sociais de gênero e a comunicação.

A partir destes Encontros, os Coordenadores multiplicaram estas ações nos municípios e algumas conquistas importantes na linha de políticas públicas de educação de qualidade e de preservação e recomposição ambiental.

# 2.2.3. Formação de Monitores/as da Jornada Ampliada - 2º Módulo

# Situação Final:

Monitores/as com curso de formação do 2º módulo e com uma ação mais efetiva, preparados para sua atuação com crianças na linha de desenvolvimento sustentável.

#### **QUADRO 10**

ATIVIDADES	PLANEURDAS	REALIZADAS	SOUL DE PARTICIPANTES
Curso de Formação de Monitores/as da Jemada Amplada — 2º Módalo	H	σ	350Monitores/as

Não foi possível realizar todas as turmas, devido à falta de recursos e a própria indefinição do PETL As sete turmas restantes, no entanto, já estão com recursos alocados e serão realizadas no início do ano de 2005.

- 2.2.4. Algumas conquistas e mudanças causadas a partir das ações dos grupos nos municípios/região:
- a) No campo pedagógico, contribuindo para o desenvolvimento sustentável – preservação e recomposição ambiental:

#### · Campanha de filtros:

Dando continuidade ao trabalho iniciado em anos anteriores, quando se identificou, através de pesquisas, que mais de 40% da famílias entrevistadas não tratavam água, este ano foi ampliada a campanha pela preservação dos recursos naturais, a exemplo do acesso a água de qualidade com aquisição de filtros pelas famílias.

# **QUADRO 11**

Quantidade de municípios descrivativo de acumpostra	Contribute de filtres	Total de filhos adquardos	Chartistade de familios que
	adquirités em 2003	em 2003-2004	adquariam Sibros
2	3.171	7,140	7340

O desenvolvimento da campanha passou por várias etapas: sensibilização das famílias, com visitas nas casas, realização de seminários, reuniões com as famílias, cartazes, trabalho na sala de aula de forma transversal, com produção de textos, desenhos, cálculos matemáticos, doenças causadas pela água não tratada, além da arte: com teatro, músicas, paródias, poesias, dentre outras.

# · Preservação e Recomposição Ambiental:

Após a realização de um Censo Ambiental, constatou-se que várias árvores da região foram extintas, prejudicando o meio ambiente, dificultando também a chegada de chuvas, e, portanto, o acesso à água e outros recursos naturais. Após esta constatação, foram desenvolvidos vários trabalhos pedagógicos



em sala de aula, nas diversas disciplinas, realizados seminários para sensibilização das famílias, iniciando a campanha "Plante e Cuide de uma Árvore Frutífera".

Num rápido diagnóstico realizado pela Jornada, em 33 municípios, foi constatado que 78% dos municípios não utilizam produtos da agricultura familiar na alimentação escolar. Este dado reforçou a campanha e o debate de inserir, na alimentação escolar, produtos regionais e regionalizados.

Com isto, a Jornada foi desenvolvendo elementos pedagógicos, com as crianças, para fortalecer a identidade e valorização dos produtos da agricultura familiar da região.

A campanha buscou envolver o poder público, entidades e ambientalistas e contou com o apoio da ELETROBRÁS, do governo federal.

A seguir uma demonstração do desenvolvimento da campanha:

#### **QUADRO 12**

100	depenyobantina compania	Osserfallade de Annores planifaciles em 2003	Total de diverses plantatus em 2000-2004	Troil de islanças envo Misso no cartiparina	Reside montana envirante necemparte
ſ	39	103961	26672	24900	1380

A meta seria de plantar 30 mil árvores frutíferas na região. Com a falta de chuvas, os educadores, crianças e famílias tiveram dificuldades e algumas mudas não sobreviveram. Mas não desistiram e estão aguardando o período das chuvas para reiniciar e continuar no próximo ano.

Esta campanha foi um rico espaço pedagógico, de construção de conhecimentos para o desenvolvimento sustentável. Primeiro estudou-se tipos de solos, tipos de árvores adaptadas à região semi-árida, como plantar, quais as vitaminas que cada tipo de fruta possuía, como aproveitar cada uma delas. Depois os próprios monitores e crianças escolhiam, junto com as famílias quais os tipos de árvores que seriam plantadas. Umas das que estavam em extinção ou escassas na região eram: umbu, jaboticaba, cajá, pinha, dentre outras. Estas foram as mais plantadas.

Pretende-se, em 2005, ampliar esta campanha, recompondo e transformando o meio ambiente (flora e fauna) e buscando melhor alimentação para as crianças e sua família.

 b) Continuidade e fortalecimento da Jornada Ampliada enquanto parte do processo de políticas públicas de educação integral de qualidade.
 Eis algumas conquistas:

Muitas destas ânceres plantastas em 2003 nillo resisteram à faito de chuvas na região e moderam. Porém outras foram plantastas e están sendo quidadas.

As conquistas abaixo relacionadas se bem que aqui creditadas aos monitores, são fruto da luta de muitos outros atores envolvidos no PETI - COMPE-TI, SETRAS, UNICEF, entidades variadas da sociedade civil, Comissões Regionais, Movimentos. São o resultado de uma ação (sinérgica) de todos.

### c) no âmbito das Políticas Públicas:

- Em maio, como resultado da luta dos/as educadores/as e atores do PETI, foi realizada uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa da Bahia, para definir a situação dos mesmos. Nesta Audiência ficou garantido pela SETRAS o interesse do Governo do estado no PETI e que o estado da Bahia iria continuar assumindo o pagamento dos monitores;
- Apresentação da Proposta Político-Pedagógica da Jornada Ampliada da Bahia, no Encontro Nacional do PETI como experiência exitosa e referência de trabalho em âmbito nacional;
- Garantia pelo Governo Federal da continuidade, ampliação e fortalecimento do PETI e da Jornada Ampliada;
- Participação dos monitores na elaboração do Plano Estadual do PETI;
- Nos Seminários Regional e Estadual de Educação do Campo (com sociedade civil e poder público) foi aprovada a proposta de aproveitar a experiência exitosa da Jornada Ampliada como referência de educação integral, para garantir que as crianças e adolescentes não precisem abandonar o campo para estudar nos centros urbanos, ou seja, que é possível uma educação integral e de qualidade no campo.

# d) Em relação às crianças, famílias e educadores/as:

- Realização, nos municípios, sem intervenção do MOC, de Seminários, Mostras de Arte e Cultura, caminhadas ecológicas, com ampla participação das crianças e famílias, etc.;
- Diminuição da evasão e da repetência escolar;
- Melhor desenvolvimento das crianças na aprendizagem escolar, no desenvolvimento cognitivo e social;
- Maior apropriação por parte dos/as educadores/as da metodologia, trahalhando as pesquisas como instrumentos pedagógicos, de forma transversal e interdisciplinar;
- Crianças apresentando músicas, poesias, e participando de eventos da sociedade civil, a exemplo dos Seminários Regionais e das Avaliações do PETI;
- Crianças escrevendo matérias/textos para jornais, participando de programas de rádio, expressando suas opiniões;
- Dia da família na Jornada para participarem de atividades;



- Participação de educadores/as do PETI e crianças da Jornada na Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil;
- Crianças da Jornada Ampliada da região tiveram Audiência com o Governador dos Estados da Bahia e Sergipe e com o Presidente da República, defendendo a continuidade do PETI e a importância da Jornada Ampliada para a melhoria da vida delas.

#### 2.2.5. Conclusão

Alegram-nos as conquistas, em saber que a repetência, a evasão escolar e o trabalho infantil diminuíram na região. E que as crianças que, antes, tinham uma vida amarga, hoje sorriem, brincam, produzem arte, jogam, com o mesmo corpo e mente antes "mutilados". Isto nos dá a certeza que estamos contribuindo para uma nova cidadania e criando oportunidade para que as pessoas tenham mais alegria de viver.

Construir políticas públicas de educação de qualidade, especificamente no campo, que atenda o indivíduo, não por parte — compartimentos de disciplinas — apenas, mas como um todo, de forma integral e integrada (em tempo e em conteúdos). É este o desafio do Programa de Educação do MOC, tendo a Jornada um papel todo especial.

Daí que aparecem os desafios: clarear o papel dos monitores (apenas monitores ou educadores?); municípios assumirem o PETI, Jornada e seus processos como políticas públicas de educação, entre outras.

# 2.3. SUB-PROJETO BAÚ DE LEITURA

O sub-programa Baú de Leitura busca incentivar a leitura lúdica/dinâmica e contextualizada, como ação complementar da Jornada Ampliada do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e da Jornada Regular (escola).

Neste ano, buscou-se aprofundar e fortalecer a metodologia do Projeto nos 41 municípios onde o processo está em andamento.

Trabalhou-se de forma sistemática com encontros bimestrais de avaliação, monitoramento e planejamento, atingindo 43 Coordenadores/as municipais, que multiplicaram os processos para 773 educadores/as num universo de 773 baús, envolvendo cerca de 19.744 crianças em duas linhas específicas de ação:

No ano de 2000 o MDC acompantaixa 46 municípios e um número maior da crianças, mas este ano, 05, dectes 46 municípios, pássaram a ser acompanhados, com a mesma metodología pela IRPAA—Instituto Regional da Pequena Agrópio utina Apropriada, entidade que atua no semi-tinido.

- · formação de educadores/as leitores/as, coordenadores/as do PBL;
- ações de participação/divulgação, buscando a integração com outros atores sociais e educacionais.

#### 2.3.1. Formação de educadores/as do Projeto Baú de Leitura:

- a) Atividades desenvolvidas pelo MOC:
- Encontros de Coordenadores/as para avaliação, monitoramento e planejamento:

# Situação Final:

Coordenadores/as dominando mais a metodologia e filosofia do Projeto Baú de Leitura e desenvolvendo de forma mais articulada e participativa seu processo de trabalbo nos municípios/regiões.

#### **QUADRO 13**

ARMOADEB	PLANEJADAS	TEALIZADAS	PESSOAS ATEXXEAS
Encentros com Coordenadores as do Projeto	05	Œ	43 *

O trabalho se desenvolveu dentro de três eixos, denominados de MO-TES: Identidade, Meio Ambiente e Relações Sociais, utilizando a metodologia do conhecer, analisar e transformar a realidade, da seguinte forma:

Quadro avaliativo (conhecer): O primeiro momento de cada encontro se iniciava com a apresentação de um quadro avaliativo do trabalho desenvolvido nos municípios/regiões, troca de experiências e debates.

- Aprofundamento da metodologia (analisar): após o momento avaliativo, realizava-se uma reflexão sobre os resultados do trabalho e, em seguida, o exercício dinâmico da leitura de livros infanto-juvenis voltados para os três motes (identidade, meio ambiente e relações sociais); apresentações criativas destes e contação de histórias; relação do livro com a realidade vivida em cada município; oficinas de fortalecimento da leitura, de comunicação e identidade (etnia, gênero, cultural), Educação Biocêntrica.
- Encaminhamentos de ações (transformar) A partir do que era avaliado e do aprofundamento da metodologia em cada encontro, buscava-se superar os impasses e avançar no processo.

<sup>\*</sup> Sempre ox mesmos Coordenadores/los



 Encontros/cursos de sensibilização e formação inicial para educadores/as atuarem no projeto.

#### Situação Final:

Novos educadores/as sensibilizados para a leitura prazerosa e crítica, realizando com seus alumos/as um trabalho sistemático, inserindo e vivenciando o eixo temático (identidade) a partir dos livros infanto-juvenis.

**QUADRO 14** 

ATMINUES	PLANEURORS	REALIZADAS	PESSOAS ATINEDAS
Encontros de sensitrázação para educado- restas alusremno projeta	œ.	(61	166

Estes encontros/cursos foram para educadores/as que estavam iniciando o trabalho no Projeto Baú de Leitura, sensibilizando-os para uma leitura mais dinâmica, lúdica e contextualizada, dentro da metodologia do projeto.

• Encontros de aprofundamento da metodologia para educadores/as do Projeto Baú Leitura

#### Situação Final:

Educadores/as trabalbando de forma sistemática e aplicando de maneira motivadora a metodologia do Projeto Baú de Leitura.

**QUADRO 15** 

To the last	ADMDADES	PEANEJADAS	PEALVADAS	PESSOAS ATINGBAS
	de aprofundamento da metadolo- ducadores/as	05	11	422 educadores/as

Nestes encontros buscou-se avaliar o projeto em cada município, com os educadores/as, aprofundando a metodologia, trocando experiências e encaminhando ações para que o projeto se transforme em políticas públicas nos municípios.

· Visitas de monitoramento aos educadores/as para fortalecer o Projeto.

OZ destes encontros foram para substituir os educadores as que pediam demosão.

#### **QUADRO 16**

ATMONDES	PLANEUADAS	REALIZADAS	PESSOAS ATRIGEDAS
Visitas aos municipios	04	06	150 educadores/as

Estas 06 visitas tiveram como objetivo conhecer mais de perto o trabalho pedagógico do projeto nas UJAs e Escolas nos municípios que tinham uma quantidade maior de Raús. Ao lado disso, buscava-se aprofundar a metodologia do projeto nos núcleos junto aos/as educadores/as.

# Ações dos grupos a partir do processo de formação:

O projeto Baú de Leitura, a partir do processo de formação, vem alcançando uma maior visibilidade a nível municipal e regional. Ao longo dos cinco anos de experiências, buscou-se um fortalecimento e projeção política no campo pedagógico, que culminaram numa maior integração e participação de outros atores educacionais e sociais em torno de uma valorização e implementação de política pública de Leitura assumida pelos gestores e com participação e controle da sociedade civil organizada.

Podemos destacar algumas ações importantes:

- Trabalho integrado da Jornada Ampliada, CAT (onde há) e, em alguns municípios, com a escola regular em torno das campanhas: Educação do Campo e Preservação Ambiental, continuidade do PETI, etc;
- Maior participação dos/as coordenadores/as em espaços de discussão política e atividades externas: CODES<sup>10</sup>, Conferências Regional, Estadual e Nacional de Educação do Campo e outros;
- · Funcionamento dos Núcleos de Leitura na maioria dos municípios;
- Criação de outros espaços de leitura (casas de leitura, cantinhos de leitura, campanhas de livros, feiras de leitura), bem como a realização de encontros regionais de intercâmbios, dando uma maior visibilidade e autonomia<sup>11</sup> ao projeto. Estes espaços se constituem em construção de políticas públicas, já que muitos municípios não possuíam, antes do Baú, estes espaços de leitura;
- Participação do PBL nos seminários do Meio Ambiente junto com a Jornada Ampliada e Regular;
- Revalorização cultural fortalecimento do "Reisado" (manifestação da cultura local).

Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Região do Sisal - Bahia.

<sup>&</sup>quot;Estes encontros são realizados pelos educadores las e coordenado/às las e assumidos pelos municípios tarm a nivel local como regional.

# 2.3.2. Divulgação/apresentações do PBL e integração dos atores educacionais, sociais e gestores públicos nos municípios/regiões.

#### Municipals:

- Apresentações de bandas de sucatas nas escolas da Jornada Regular;
- Dia da cultura nas comunidades para apresentações e divulgações do projeto.
- · Mostras de Leitura.
- Apresentações culturais integradas com a Jornada Ampliada, Baú, Escola Regular, CAT (onde tem)
- Dia de Contação de Histórias, nas comunidades, para apresentação do projeto
- Seminários com os candidatos à eleição 2004.
- · Dia da Consciência Negra.
- · Oficinas de Leitura e Gincanas.
- Noite cultural para sensibilizar gestores em torno do reconhecimento do PBL.
- Participação no projeto Arte e Cultura da rede regular com apresentações teatrais.

## Regionais:

- Encontros regionais para fortalecer a metodologia do projeto, resgatar e valorizar a cultura regional, em base aos livros que trabalham a identidade pessoal, municipal, regional.
- Participação na semana Pedagógica dos vários municípios, com discussão e apresentação da filosofia e metodologia do projeto.
- Apresentações nas câmaras de vereadores para divulgação do projeto e reivindicações: transportes, melhoria na qualidade da alimentação, continuação do PETI.
- Caminhadas Ecológicas junto com a Jornada Ampliada dando ênfase aos livros do Mote 02 (Meio Ambiente).

# 2.3.3. Alguns Avanços:

Em 2004, apesar de todos os limites, tivemos avanços consideráveis do projeto. Queremos, a seguir, compartilhar alguns deles:

a) Inicio de Sistematização da experiência do projeto: Iniciamos neste ano um processo de sistematização da experiência, a ser publicada em um livro que está sendo construído de forma coletiva, com várias entidades parceiras: IRPAA, UNDIME<sup>12</sup> do estado de Sergipe, Centro Dom José Brandão de

<sup>19</sup> União dos Origentes Municipais de Educação

Castro, Missão Criança (ambas de Sergipe), na linha de publicizar a experiência para que ela possa ser apropriada em vários espaços do país que desejarem implementar políticas de leitura. O nosso desafio em 2005 será a sua publicação e divulgação.

b) Reorganização do Grupo de Trabalho do Baú e fortalecimento político/pedagógico do mesmo: a criação de um GT — Grupo de Trabalho vem se constituindo num importante instrumento de construção de políticas públicas. O Baú, assim, vai deixando de ser um projeto do MOC e UNICEF e começa a ser mais assumido pelos municípios.

Para uma melhor compreensão do papel do GT do Baú de Leitura, relataremos um pouco sobre o mesmo:

- Da composição: composto por representantes da Sociedade civil (coordenadores/as de monitores/as e do Baú de Leitura) e organizações não governamentais (MOC, IRPAA); Poder público (secretários/as de Educação e Ação Social e a Secretaria de Ação Social do Estado — SETRAS);
- Do processo político/pedagógico do GT: O Grupo de Trabalho do Projeto Baú de Leitura é mais um instrumento de articulação, mobilização, ampliação e fortalecimento de uma proposta de leitura inovadora, crítica e cidadã nos municípios e regiões em que atua. Ele se reúne periodicamente para avaliar e monitorar o Projeto nos municípios (quais os municípios que têm dificuldades, quais os avanços, o que melhorar, como ampliar o projeto, etc.).

Neste ano de 2004 buscou-se rearticular, mobilizar e fortalecer o GT.

c) Diagnóstico quantitativo/qualitativo do projeto: existe e fala-se muito de uma qualidade político/pedagógica do projeto. Constantemente são utilizadas expressões como: aumentou o nível de leitura, intensificou-se a cidadania, as crianças estão mais desinibidas etc. Tínbamos, no entanto, dificuldade de identificar os indicadores que nos mostrassem concretamente estas afirmações. Iniciamos, assim, de forma coletiva, com os/as coordenadores/as do projeto e educadores/as uma fase de elaboração e apropriação destes indicadores, no sentido de nos ajudar a dar visibilidade concreta dos resultados e impactos do projeto. Este processo apenas se iniciou e será continuado. Há, no entanto, dados interessantes que queremos tornar públicos. Faremos isso a partir de determinadas afirmações:

BLOCO A: "Os/as coordenadores/as e educadores/as estão lendo mais, tanto os livros do Baú como outros livros, sensibilizando as crianças para leitura e, estas, estão lendo mais. As famílias começaram a se interessar pela leitura dos livros do Baú e já estão lendo outros livros bem como os/as educadores/as da rede regular e outros agentes sociais".

# Dados parciais conseguidos em relação ao exercício da leitura:

#### **QUADRO 17**

TIPOS DE HISTÓRIAS DISPONILIZADAS	VOLUMES DISPONIBILIZADOS
212 (historius intanto-juvenis)	34.785

Estes livros disponibilizados são acessados pelas crianças e educadores/ as (utilizados de diversas formas: leitura, análise, recriação, etc) cerca de 61.840 ao ano.

Numa região onde as crianças, os/as próprios/as educadores/as não liam, não tinham acesso a livros, hoje, já lêem não apenas os títulos dos livros do Baú, como buscam outras leituras.

BLOCO B: "Educadores/as, coordenadores/as e crianças a partir da leitura dos livros do Baú estão reconstruindo bistórias infantis, produzindo: contos, poestas tiras em quadrinbos e outros textos". Quantificando os dados obtêm-se:

Produções Textuais:

# **QUADRO 18**

TIPOS DE TEXTOS	COOPEEADOPELAS	HOUGHDORESAS	CERNICAS
Contes	312	1099	1307
Poesias	472 384	1254 816	2484 2772
Historias Intantis Timo em cuadrinhos e outros textos	552	1881	404

Partindo-se de uma realidade onde a educação não estimulava a criatividade das crianças, o Baú vem invertendo a situação. Aumenta o gosto e prática da leitura e produção de textos.

**BLOCO C:** As crianças estão mais desinibidas, apresentando o baú com arte: cantando, dramatizando, construindo paródias e contando bistórias". Quantificando os dados obtêm-se:

# Produção e apresentação artística

# **QUADRO 19**

THOSE APPENDIAGOS PRODUCES	PARTETPACADDAS CRUANÇAS
Cramerizações	\$.02
Músicos/partiditas	308
Confeção de fisitúltas	1728
Outras formas, receados, cantinidas	1175

Assim, o despertar do artístico, da imaginação, da criatividade, do lúdico nas crianças é quase espontâneo, basta incentivá-las para desabrochar. Este é um dos objetivos do Baú de Leitura.

Estas dramatizações, músicas, paródias, contação de histórias, etc., são apresentadas em diversos espaços como: câmara de vereadores, encontros e reuniões da sociedade civil (sindicatos de trabalhadores rurais, associações, etc.).

Este diagnóstico vem reforçando as "afirmações" da qualidade que o projeto vem desenvolvendo numa região semi-árida. Anteriormente a seca, a fome, o trabalho infantil predominavam. Hoje alumbra uma política de educação e leitura como espaços de trocas e, deste modo, há a primazia não mais do som da enxada, pedreira, carvoaria, retirada de sisal, trabalho no motor, entre outras, fortalecendo uma realidade sofrida,mas abre-se espaço para que as crianças possam vivenciar sua vida de uma maneira lúdica, criativa, despertando, assim, a visão crítica e cidadã.

#### Concluímos com os nossos principais desafios:

Entendemos que nossa caminhada precisa inovar e continuar de forma mais articulada a cada ano que passa. Assim sendo, continuamos a encaminhar os desafios que não se traduziram satisfatoriamente. São eles:

- Conclusão da sistematização livro do projeto e projeção do mesmo a nível nacional;
- Articular ações junto à sociedade civil no sentido de envolver o poder público e fortalecer as parcerias em torno de uma concreta inserção do projeto na rede oficial de ensino, transformando, de fato, em políticas públicas;
- Integrar ações educativas do Baú, Jornada Ampliada e regular, buscando uma unidade e ações fortalecidas de divulgação na defesa de políticas públicas para a educação e leitura nos municípios/regiões, tendo como elo de fortalecimento o Grupo de Trabalho do Baú, multiplicadores/as do projeto e agentes sociais/educacionais desenvolvendo atividades de visitas, encontros, seminários, devoluções do diagnóstico, entre outras.

Aleitura e o acesso a livros é um direito da criança, do adolescente e do adulto. Trabalhamos numa região onde esses agentes não tinham acesso a livros. Hoje são mais de 34 mil livros circulando nas escolas e UJAS.

Os resultados alcançados com o Projeto nos animam e nos estimulam a continuarmos nesta caminhada e assim vencermos estes desafios, que nos movem, na esperança de transformarmos a vida destes milhares de crianças, adolescentes e adultos, principalmente do campo, em um mundo fascinante da leitura, e, consequentemente, o exercício da cidadania. Afinal, quem não lê

(com todas suas competências) não tem seus direitos garantidos. O nosso sonho coletivo é que o Baú viaje pelo mundo afora, ganhando a dimensão nacional, enquanto política pública assumida tanto pelos gestores públicos como pela sociedade civil organizada.

# 2.4. REFLEXÕES FINAIS SOBRE O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO

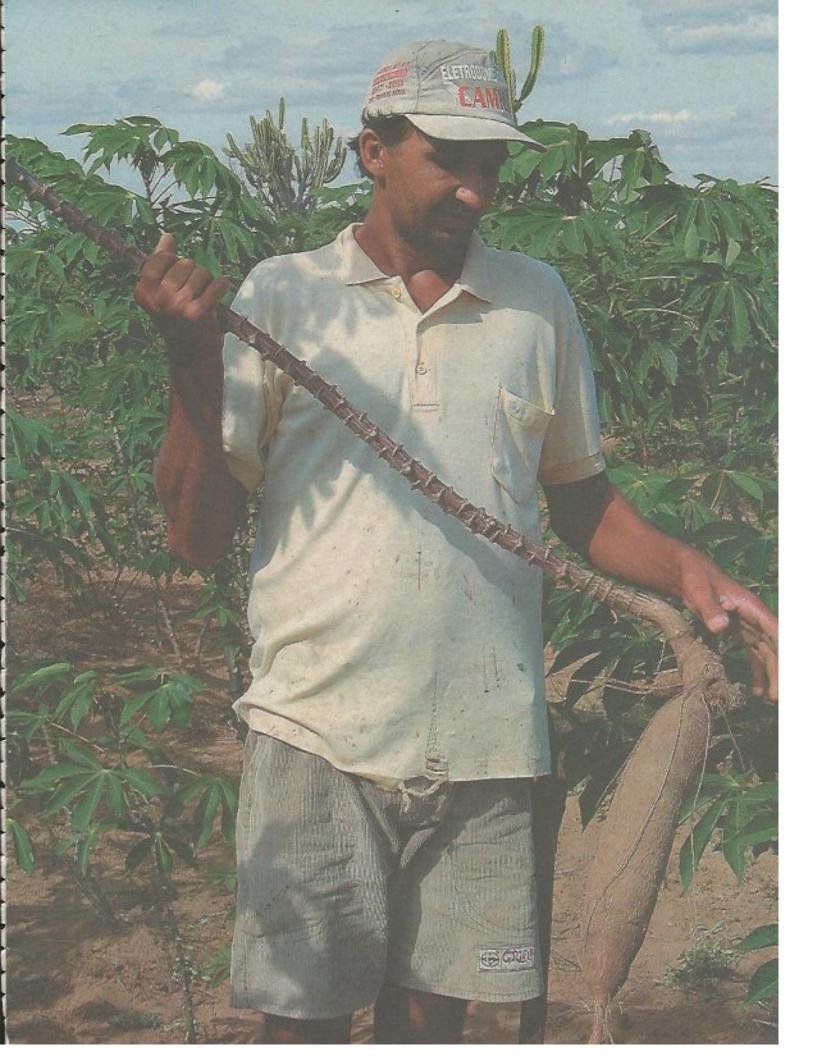
Contribuir na construção de políticas públicas para uma educação de qualidade no campo é nosso principal objetivo. Entendemos que é necessário investir mais em educação para que as crianças e adolescentes do semi-árido, egressas do trabalho infantil ou não, possam ter seus direitos garantidos, assim como sua permanência na escola.

As nossas conquistas e também as dos grupos, os nossos desafios já foram explicitados nos três sub-programas.

Construir uma proposta de política pública de educação que leve em conta os diversos atores e aspectos, todas as diversidades e especificidades, tem sido nosso constante desafio. Os resultados que descrevemos neste relatório demonstram um pouco isto. As conquistas são gratificantes e motivadoras para continuarmos a caminhada.

Afinal, nosso trabalho contém esta dor e alegria (conquistas e desafios), como dizia o escritor: "... a alegria de ser professor; pols o sofrimento de ser um professor é semelbante ao sofrimento das dores de parto: a mãe o aceita e logo dele se esquece, pela alegria de dar a luz a um filbo" (Rubem Alves, "A Alegria de Ensinar", 2000). A alegria pelas conquistas supera tudo, a alegria pela melhoria de vida das famílias, pela aprendizagem e mudanças causadas na vida das crianças, adolescentes e dos próprios educadores e de um mundo diferente e melhor.





# Programa de Políticas Públicas



Celebramos a criatividade do movimento popular em busca do controle das POLPUB parafraseando a APAEB de Valente-BA, que diz: "O sertão tem de tudo que se precisa. O que faltar a gente inventa". Dedicamos os nossos esforços, invenções e as conquistas de 2004 a três companheiros inventores referenciais que estão inventando e re-inventando em outros espaços: Elenaldo Teixeira, João da Mata e Cidália Trindade 13.

# 1. INTRODUÇÃO

A democratização e qualificação das Políticas Públicas é um dos maiores desafios a serem enfrentados pelo poder público e pela sociedade civil neste
Século XXI. Neste ano, de 2004, ao priorizarmos a temática Políticas Públicas,
fazemos graças à trajetória histórica do MOC e sua relação com as políticas
públicas. A origem do MOC tem como foco primordial a melhoria da qualidade
de vida das pessoas e comunidades marginalizadas. Melhoria da qualidade de
vida, para nós, hoje, é sinônimo de Desenvolvimento Territorial Sustentável
(tendo como indicadores os índices de desenvolvimento humano). Não se
melhora a vida de um povo ou de uma comunidade se não houver olhares e
ações coletivas e integradas e, portanto, não se consegue tal resultado se as
políticas públicas não estiverem voltadas, adequadas àquela realidade.

O Programa tem buscado, para isso, trabalhar os seguintes elementos:

- Estimular o envolvimento dos grupos/pessoas, de forma qualificada e na condição de sujeitos de direitos, nos processos de tomada de decisão, proposição e monitoramento das políticas públicas – isso é sinônimo de Controle Social;
- Apoiar o processo de intervenção da sociedade civil organizada nos espaços de elaboração, negociação e gerenciamento das POLPUB, a exemplo dos conselhos de gestão, das diversas comissões, das câmaras de vereadores.

Fortalecer as entidades representativas da sociedade civil no sentido de que elas possam propor, fiscalizar, gerenciar, executar (dentro de seu papel e suas capacidades) políticas públicas.

As ações estratégicas do Programa, em 2004, seguiram três lógicas básicas:

Professor Elenaido Teixeira estudioso, conhecedor e defensor da qualificação e democrátização das POLPUS, professor da UFBA e assessor do MOC e de outros movementos pópulares do estado da Rehio. João da Meta dirigente sindical de Nordesfina - do STR e da FATRES, debastam nos e partisam para outro mundo. Cidalás Picheiro compõe a equipe do MOC e em 2004 teve que se mudiar plano node do Brasil. Eles e ela, com certeza estão inventando e re-inventando noutros aspaiços.

- (I) dar continuidade ao processo temático que iniciamos em anos anteriores (formação, território,...)14;
- (II) Garantir uma intervenção baseada na formação para a autonomia dos grupos, na parceria e na dimensão territorial - agindo local e pensando no territorial/global;
- (III) Atuar com base na realidade dos grupos, definida a partir do diagnóstico dos mesmos (marco zero).

Nossa ação se deu a partir de quatro Sub-Programas, distribuídos da seguinte forma: Conselhos de Gestão; Juventude<sup>15</sup> e Participação Social; Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; e Fortalecimento da Sociedade Civil. Eis suas ações:

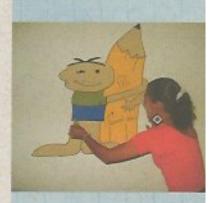
# 2.1. SUB- PROGRAMA CONSELHOS DE GESTÃO16

2. AS AÇÕES DOS SUB-PROGRAMAS

# 2.1.1. Introdução

Os Conselhos de gestão são instrumentos estratégicos de elaboração e controle das políticas públicas e é importante apropriar-se deles. Entendemos que, no Brasil, vivemos um momento desafiante que é o de consolidar o jeito da sociedade participar das políticas públicas. A recriação dos espaços, a divulgação e a democratização dos mesmos constituem o nosso foco. Não se trata de querer inventar os espaços, mas de inventar formas que possam transformá-los em instrumentos efetivos de concretização das demandas sociais pela qualidade de vida. Aapropriação, aqui, significa poder participar; ter as sugestões avaliadas, discutidas e encaminhadas; dominar as informações básicas de interesse do local; poder acompanhar as ações do executivo; orientar as alocações dos recursos públicos efetivamente para o desejo do bem estar social; ver suas ações serem debatidas com o conjunto da sociedade; ter como estratégia a integração das diversas secretarias de governo e as diversas forças, que compõem o poder local (...). Mas isso não acontece de um dia para o outro. È uma conquista.

O Sub-Programa de Conselhos teve, em sua intervenção, o processo de sensibilização e formação de conselheiros. Aperfeiçoando essa ação, foi desenvolvida uma estratégia que priorizou o conhecimento da realidade do município, por



<sup>14</sup> Vide relatórios de anos anteriores:

OMOC temprostado o trabaño com a juvento de na dimensão da participação social e por isso mesmo optou por inseri reser resea intervenção. no Programa POLPUB E, em 2004, tivemos a incorporação desta visicas ação em POLPUB.

<sup>1</sup>º Adé o relatório de 2003, este Sub-Programa esa denominado conselho municipal de grestão, mas considerando a criação e implementação do CODES (Conselho de Deservolvimento Tenitorial do Sisal) e a possibilidade da dilação de outros conselhos de gestão temerias, ma direa de atuação do MOC e dada a nossa estratégia denominamos. Conselho de Gestão.



parte dos conselheiros. Partindo da observação de que os conselheiros não conhecem ou pouco conhecem sobre a realidade local, acerca da qual deliberam, o Sub-Programa assessorou os mesmos para visitarem e/ou diagnosticarem as áreas atendidas por suas ações, no caso as escolas da rede municipal de ensino; postos de saúde; sistema de transportes etc., a fim de que tivessem uma exata noção do que os cerca, tanto na zona urbana quanto na rural. A partir daí eles elaboraram seus planejamentos. Os resultados foram interessantes, mas a nossa expectativa é que consigamos solidificar essa estratégia, de maneira a garantir uma atuação processual e autônoma dos conselheiros.

Paralelo ao diagnóstico e utilizando-se do mesmo, o sub-programa desenvolveu ações na formação de conselheiros e lideranças, tanto no que toca à fundamentação legal e objetivos dos conselhos, quanto no que diz respeito ao conhecimento, fiscalização e interferência no orçamento público e em outras esferas de controle de POLPUB (câmara municipal, conferências, etc.). Com isso, permitiu-se que os grupos envolvidos detivessem uma maior compreensão de leis, importantes para a vida do município, como a LOA, LDO e o PPA e, a partir daí pudessem encaminhar propostas e críticas ao Executivo e Legislativo, de acordo com as necessidades das comunidades que representam.

Inobstante tais atividades, o Sub-Programa de Conselhos assessorou outros núcleos distintos dos conselheiros, mas tão envolvidos e interessados quanto. São eles: MMTR, Jovens, Sindicatos, Jovens Comunicadores, Monitores e Agentes de Família do PETI, dentre outros. Com isso, visou integrar e articular, cada vez mais, as ações dessas lideranças locais a fim de alcançar o crescimento local e da região como um todo.

# 2.1.2. Ações realizadas e resultados

Els nossos processos e resultados, centrados na metodologia das situações finais.



#### Situação Final 1:

Conselbeiros municipais de educação e saúde possuem diagnóstico setorial que subsidia a discussão e formulação de Políticas Públicas para as respectivas áreas, inclusive no que toca à educação para o campo.

#### QUADRO 01

ATMIDADES	PREVISIAL	READVADAS	MEDIODE PARTICIPANCES
Peunido de censilhitacção dos conselheiros e liderarças da soci- edade civil organizada e apresentação do diagnóstico	0	10	2
Visita és áreas setoriais (unidades de saude e escolas da rede municipal de ensino) para aplicação do questicoário pelos conse- heiros	10	10	12
Seminário de socialização de dados obtidos nas visitas in loco, com a presença dos conselheiros, lideranças diseociedade civil organizada e poder público.	.10	10	34

O impacto do diagnóstico surgiu como algo novo. Seu papel foi o de capacitar os conselheiros e orientar suas ações no sentido de planejar e propor políticas enraizadas e contextualizadas. Até então, percebia-se que os conselheiros apenas se lamentavam ou planejavam sem dados e argumentos. As questões do diagnóstico foram discutidas pelos conselheiros, com assessoria do MOC. A aplicação, análise e a socialização dos resultados com a comunidade tinham a participação de todos.

Os resultados foram divulgados nos mais diversos espaços possíveis: pelas rádios comunitárias, nos boletins e jornais locais, nas escolas igrejas, sindicatos, associações, câmara de vereadores e, principalmente, dentro dos respectivos conselhos. A aceitação destes resultados não foi tranquilla entre os gestores públicos, pois desnudava situações muito problemáticas. Noutros cantos, grupos da oposição quiseram usar os resultados como peça eleitoral. Nosso intuito foi que os resultados dos diagnósticos pudessem ser usados de forma justa e com interesse na intervenção nas políticas.

Em Araci, o processo de diagnóstico da Educação contou com o apoio e presença da Secretária Municipal de Educação que, após ter conhecido o que foi apurado, tomou, de imediato, algumas providências práticas. Um exemplo refere-se ao caso da Escola Santo Antônio que, já estando toda construída, faltando-lhe apenas o reboco, por tal razão não funcionava. Os alunos ali alocados eram obrigados a assistir ás aulas em uma casa alugada ao lado, apertada, com apenas uma sala e sem banheiro. Ao saber deste fato, levantado no diagnóstico em lume, o Secretário providenciou a compra do material necessário e ordenou a conclusão da obra que, de fato, já ficou pronta.



Ainda em Araci ocorreu uma Audiência Pública, a qual, em princípio, havia sido marcada para a apresentação de propostas à LOA, no que toca à Educação, como decorrência do diagnóstico. Porém, devido à necessidade também da sociedade civil se posicionar em todo o processo orçamentário, foram apresentadas emendas referentes a todas as linhas de ação do Executivo: agricultura, saúde, lazer, esporte, etc. Tal audiência ocorreu em 26/08, contando com a presença de muitos representantes do Poder Público e das entidades da sociedade civil.

Em Santa Luz, o resultado do processo do diagnóstico promoveu um rico debate, uma vez que o Poder Público questionou os dados levantados pelos conselheiros de Educação, talvez em razão de seus representantes, neste conselho, não terem participado das visitas *in loco*.. Assim, várias reuniões para discussão deste problema já ocorreram e cogita-se a hipótese de se fazer um segundo diagnóstico (ou seja, novas visitas) para solucionar esta problemática. Isso significa que o diagnóstico movimentou os gestores públicos em torno da construção de uma política pública planejada, debatida e gerenciada pela comunidade.

Em Teofilândia, os dados coletados nas visitas às unidades de Saúde foram socializados num evento que contou com a presença do Secretário Municipal de Saúde, de agentes comunitários de saúde e muitas lideranças da sociedade civil local. Como consequência do processo de diagnóstico, nota-se o aumento do número de reuniões do Conselho de Saúde e uma efetiva atuação deste órgão. Um exemplo prático foi a deliberação do Conselho no sentido de afastar um médico que prestava serviço ao município, em face do mesmo frequentemente faltar ao trabalho. Outro fato que decorreu do diagnóstico foi a contratação de novos médicos especialistas, ocorrida neste mês de setembro. Além disso, aumentou o número de medicamentos distribuídos na Farmácia Básica, o posto de vacinação, localizado no povoado de Setor de São Francisco, foi reativado. Importa dizer ainda que alguns médicos estão deslocando-se até a zona rural, nos povoados do Canto, Setor de São Francisco, Baixão, Maria Preta, Socavão e Ipoeira, bem como que a Secretaria fez a pactuação com o município de Feira de Santana pelo SUS, para a realização de consultas e exames laboratoriais.

Em Queimadas, a socialização dos dados sobre a educação ocorreu numa sessão especial da Câmara de Vereadores, contando com a presença de vários vereadores, da Secretária de Educação e de representantes dos professores e dos estudantes, além de muitos munícipes. Tal sessão foi solicitada para a discussão específica da educação no município e, nela, além da exposição dos dados coletados, ainda houve denúncias, por parte dos alunos, de problemas no transporte escolar do município, da constante falta dos professores às aulas e da falta de merenda escolar. A Secretária prometeu averiguar tais denúncias e a

sociedade civil se comprometeu em, caso nada seja feito, levar o problema ao Ministério Público.

Feito o diagnóstico e trabalhados seus resultados, impunha-se um processo de qualificação dos conselhos, para que pudessem suportar o trabalho que daí adviria. Por isso as situações finais que descrevemos a seguir, todas voltadas para a qualificação maior dos conselheiros e dos movimentos, para uma interferência nos conselhos.



## Situação Final 2:

Pessoas e entidades da sociedade civil conhecem os seus direitos e assim interferem nas discussões na comunidade e intervém nas políticas

#### **QUADRO 02**

ATMDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	MEDIOE MEDIOE PARTICIPANTES
Seministrio de capacitação de liceranças do MMTR sobre Diçamento, Fiscalização, POL PUS, Conselhos e Ordadania.	CI)	Œ	28
Seminário de Capacitação de lideranças da abdiedade civil sobre Orçamento, Políticas Publicas, Concelhos e Cidadarte.	α	α	6
Seminário de Planejamento das Ações Comans de Entidades da Sociedade Civil.	α	α	10
Seminário de acompanhamento do processo de articulação das entidades da Soc. Civil.	a	a	2
Accompanhamento sistemático das ações do grupo de mulheres do MMTR, através de reunides de monitoramento.	œ	02	- 2

# Situação Final 3:

Conselbeiros municipais interferem e fiscalizam as políticas públicas conforme previsto em lei.

# QUADRO 03

ATMENDES	PREVISTAS	PEALITADAS	NAMERO MEDIDRE PARTICIPANTES
Serranario de capacitação de conselheiros tas áreas de Saude, Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Hural Sustantia- vel e Crisoção Adolisocente.	05	OS.	24
Seminário de Capacitação para agentes de familia, monitores e membros do grupo gretor do PETI, acenta dos dividos da Criança e do Adolescente.	04	01	30
Reunião de monitoramento para acomponhomento sistemático clas ações dos concenhenos.	Œ	17	5



Enquanto os conselheiros planejam para o ano seguinte, faz-se necessária uma atuação na cobrança do plano feito e aprovado no ano anterior. Se não for dessa forma o conselho perde o seu sentido. Incluir ações no orçamento e não forçar para ser efetivado é como se "dar dois passos para frente e quatro para trás". O desafio maior enfrentado pelos conselheiros tem sido o de fazer o plano acontecer.

#### Situação Final 4:

Os conselbeiros do CMDR são sensibilizados e capacitados acerca da proposta do CODES para atuar na perspectiva territorial.

#### **QUADRO 04**

ATMORDES	PREVISTAS	REALIZADAS	NUMERO MÉCNICE FARTICIPANTES
Seministro municipal de capacitação e documido do CODES.	Œ	62	20.

O CODES é um espaço concreto de exercício da efetivação de políticas orientadoras para uma ação regional e principalmente municipal. O Plano do CODES deve nortear a elaboração dos planos dos CMDR´s.

As ações neste sentido começaram, envolvendo poder público e sociedade civil.

# Situação Final 5:

Municípios implantaram seus Conselbos Tutelares e, naqueles em que tal órgão já existe, bá uma melboria em sua atuação, beneficiando uma maior parte da comunidade, conforme previsto em lei.

# QUADRO 05

ATIZDADES	PREMISTAS	REALUADAS	NEAMERO MÉCRODE PARTICIPANTES
Reumão de sensitivación de comunidade acercardos direitos da Crismos e do Adolescenta.	115	B	20
Vota sub-regional de internâmbio de experiências entre conse- ficiros futeloss.	Q	(3	20

# 2.1.3. À guisa de conclusão

A busca por assessorar conselhos que funcionem de forma referencial tem sido uma constante neste Sub-Programa. Têm surgido, pontualmente, alguns de saúde, ora de educação, CMDR (...). Uma das grandes dificuldades postas é a participação da comunidade junto aos conselhos. Há uma lacuna enorme entre os conselhos e a comunidade e o equilibrio, de nossa parte, entre ações que garantam o funcionamento legal do Conselho e aquelas outras de sensibilização e envolvimento da comunidade. Este ano optamos por sensibilizar a comunidade de forma que ela possa se sentir parte, dona dessa caminhada. Principalmente quando se trata dos direitos da criança e do adolescente. Neste campo dos direitos da criança, destacamos a consolidação da implantação dos conselhos tutelares em Teofilândia e Queimadas, com destaque para a participação da comunidade, do poder público local, das entidades e do Poder Judiciário. Cabe agora um acompanhamento dos referidos conselhos no sentido do seu planejamento e atuação integrada com os demais conselhos, principalmente o da defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O conjunto de atividades promovidas e/ou apoiadas pelo Sub-Programa conselhos de gestão guarda consigo elementos que nos remetem a refletir sobre os papéis dos conselhos na efetivação das POLPUB e seus resultados na melhoria efetiva da qualidade de vida da comunidade, sobre a relação dos conselhos com os poderes executivo, legislativo e judiciário e principalmente com a comunidade.

Além da interferência nos orçamentos municipais, da elaboração dos planos de trabalhos dos conselhos acompanhados, conselhos tutelares estruturados e funcionando, da capacitação de conselheiros, de pessoas da comunidade, e de parceiros estratégicos, fica a nossa sensação que o grande salto dado em 2004, foi a inserção do diagnóstico da realidade setorial no processo de assessoria aos conselhos. O diagnóstico facilita e estimula a capacitação e dá aos conselheiros a segurança suficiente para elaborar e debater com a comunidade e o poder público a realidade atual e a necessidade das políticas públicas necessárias e possíveis de serem praticadas.

Na direção da intervenção nas POLPUB, através da mobilização das pessoas, entidades e de toda comunidade para interferir nas POLPUB por meio da ação dos conselhos de gestão e dos orçamentos municipais destacamos o papel do projeto onde o MOC compartilhou ações e reflexões, em 2004, com a UFBA, Cáritas e CRS, a partir das quais apresentamos alguns resultados:

- a) Construção de diagnósticos municipais setoriais de forma participativa e paritária como estratégia de tornar concreta a ação dos conselheiros e ao mesmo tempo, capacitá-los e torná-los protagonistas de seus sonhos e dos sonhos da comunidade, com envolvimento de agentes importantes como: professores, agentes de saúde, monitores do PETI, poder judiciário etc.
- b) A incorporação de estratégias diferenciadas na ação da comunidade para propor, acompanhar, divulgar, fiscalizar e denunciar todos os processos que envolvem a ação do Poder Público na elaboração e execução

das POLPUB. Dentro das diversas formas de expressão popular destacamos o uso do teatro, dança, cordel, uso de carro de som nas comunidades e bairros, participação nas sessões especiais e públicas nas Câmaras Municipais de Vereadores;

- c) Na tentativa de fortalecer a autonomia dos conselheiros e da comunidade para o controle das POLPUB, o projeto estimulou diversas formas de ação dos grupos e uma delas foi a capacitação dos conselheiros e das entidades envolvidas para a busca de informações imprescindíveis de maneira rápida e autônoma através do uso da Internet;
- d) Concretamente, os grupos criaram fóruns da sociedade civil: denúncias de ausências de profissionais da saúde e demissão imediata, a exemplo do médico, em Teofilândia, reconhecimento da luta por parte do Tribunal de Justiça da Bahia, como do juiz e da Promotoria; envolvimento e divulgação de praticamente todo o processo referente ao diagnóstico pelas rádios comunitárias, a exemplo de Queimadas, Araci, Santa Luz e Valente.

Dentro da intervenção do Sub-Programa Conselhos ficam ainda alguns desafios que precisam ser enfrentados e melhor trabalhados para frente os que destacamos:

- Interface e fortalecimento da relação entre o Sub-Programa de conselhos e os demais programas do MOC;
- Aperfeiçoar a metodologia de diagnóstico da realidade setorial dos conselhos;
- Integração entre as diversas políticas públicas setoriais—interfaces entre as secretarias de governo—na elaboração e execução das POLPUB;
- Qualificação da atuação dos Conselhos municipais na direção do fortalecimento do CODES como espaço de definição e orientação de POLPUB territorial e busca da autonomia de ambos;
- Buscar promover um debate em torno das nomeações dos novos conselheiros, com base em perfil – a partir das eleições de "novos" gestores municipais com as eleições de 2004.

# 2.2. SUB - PROGRAMA JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

# 2.2.1. Introdução

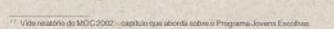
O Programa Políticas Públicas, ao longo desses anos, desenvolveu ações voltadas para participação e interferência nas políticas públicas no campo do fortalecimento da sociedade civil das regiões Jacuípe e Sisal. Ao longo de sua história, o MOC sempre se preocupou com inclusão da juventude nos diversos espaços de participação, entretanto, não houve uma atuação estra-

tégica tal qual a desenvolvida junto ao movimento de mulheres, às rádios comunitárias, movimento sindical, associações ligadas à agricultura familiar etc. Dada a uma pressão política da própria equipe do MOC, das entidades parceiras da (e na) região e outras externas, a partir de 2001<sup>17</sup>, a organização social do segmento juvenil passa a constar na pauta do MOC como um grande desafio a ser institucionalmente enfrentado de um ponto de vista estratégico. Naquele contexto, deparávamo-nos com as seguintes questões relativas à juventude:

- a) Embora as entidades sindicais e pastorais trabalhassem com jovens, tais experiências restringiram-se a ações pontuais (palestras, seminários e encontros sobre diversas naturezas), mas que pouco evidenciavam experiências de auto-organização política e representativa da juventude numa dimensão de identidade política juvenil;
- b) Apesar do número de jovens envolvidos nos processos sociais existentes ser grande, não havia a inserção de jovens nos espaços institucionais (Conselhos Gestores, Fóruns, Conferências, entre outros) de discussão e definição de políticas públicas setoriais;
- c) Aparticipação do segmento juvenil em cargos diretivos das entidades da sociedade civil pode se dizer que era mero "enfeite de gestão";
- d) As experiências educativas locais, tanto formais quanto não formais, pouco contribuíam para uma compreensão crítica dos jovens acerca das potencialidades e limites da realidade do semi-árido na perspectiva da agricultura familiar;
- e) As regiões Jacuípe e Sisal se caracterizam pela predominância de economia agrícola, oferecendo poucas oportunidades de geração de ocupação e renda e isso colocava a necessidade de pensar alternativas de geração de trabalbo e renda a partir da agricultura familiar num contexto de semi-árido.

Compreendida dessa forma, entendemos que era necessário criar um sub-programa ou um projeto que acompanhe e dê conta do trabalho com o segmento juvenil. Nesse sentido surgiu o projeto Juventude e Participação Social<sup>18</sup> que tem um desenho pedagógico cuja proposta de trabalho a ser desenvolvida pretende os seguintes objetivos:

 Contribuir na formação de jovens para o processo de cidadania apoiando iniciativas regionais e municipais de auto-organização política da juventude e formulação, por eles/as, de propostas juvenis de políticas voltadas para a convivência com o semi-árido, geração de trabalho e renda e participação em instâncias de políticas das Regiões Sisaleira e Vale do Jacuípe;



O Provido contou com apola do Unicel, ADS/CUT, Disop-Brass, UEFS, FATRES, Pilo Jacuipe, e CEA/C para a realização do processo tomativo com jovens.



- Incentivar e apoiar processos de organização municipal e regional de coletivos de jovens para participação e inserção da juventude nos diversos espaços de definição e gestão de políticas;
- Capacitar jovens da região em temáticas voltadas para convivência com o semi-árido, fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento territorial sustentável e participação cidadã;
- Mobilizar e articular jovens da região para discussão e formulação de propostas de políticas de educação, geração de trabalho e renda para a juventude;
- Garantir que a participação da juventude na direção das entidades da sociedade civil seja uma oportunidade concreta de gestão, de inclusão política desse segmento e do exercício de 'se aprender a fazer escolhas';
- Possibilitar a participação política da juventude numa ambiência de evolução coletiva dos diversos grupos sociais, com destaque para o envolvimento principalmente da escola, da família e das entidades da sociedade civil como uma estratégia de fortalecimento do território.

# 2.2.2. Estratégias e Planejamento de Atividades:

Buscando alcançar os objetivos estratégicos, foram definidas e realizadas as seguintes atividades:

# Situação Final 1:

Jovens das Regiões Sisal e Vale do Jacuípe com experiências de autoorganização e representação política da juventude (Coletivos Municipais e Regional de Jovens) formadas e atuando junto aos movimentos sociais, na perspectiva do controle das políticas públicas.

# QUADRO 06

ATMENDES	PREVISTAS	PEALEXONS	MEDIDIE MEDIDIE PARTOPANTS
leminários municipais para d'apassentação do projeto, discus- das e soleção de jovens	V	¥	30
Seminários municipais pera a discussão e organização dos co- elhos monicipais de jovens e indicação de representantes para o coletivo regunal.	V	V	30
Peunides brinensais dos coletivos municipais de jovens para pla- ne priverto establigido, acompanhamento, ovalação e municipa- mento de ações focaja e regionais.	5	*	2
Reuniões monsais da courdenação regional para co-gastian, pla- nejamento, avaliação e monitoramento das agoes do projeto,	10	10	22
Bolsas de apois ab trabalho dos coordenadores etunicações	10 messs	10 meses	68 jowers

Inicialmente planejado para contemplar um conjunto de abrangência de 17 municípios das Regiões Sisaleira e do Vale do Jacuípe., hoje o projeto trabalha com 22 municípios<sup>19</sup>.

De forma geral, as atividades realizadas contribuíram para o processo de auto-organização municipal e regional da juventude, em que é possível destacar:

- discussão e compreensão crítica da proposta de trabalho e da realidade da juventude;
- formação e organização dos Coletivos Municipais de Jovens com participação dos segmentos juvenis ligados aos grêmios estudantis, jovens comunicadores<sup>20</sup>, pastorais, STR's, Associações Comunitárias, entre outros, e escolha de jovens para a coordenação regional e municipal do Projeto, pelos próprios jovens;
- formação e organização do Coletivo Regional de Jovens enquanto fórum de representação local e deliberação de ações da juventude no Projeto;
- desenvolvimento de iniciativas e trabalhos locais dos jovens planejadas e executadas, em parceria com entidades dos movimentos sociais, pelos Coletivos Municipais de Jovens;
- maior envolvimento e participação dos jovens nos movimentos sociais e nos espaços de discussão e definição de políticas públicas;
- em nível de coordenação regional, maior empoderamento dos jovens no processo de co-gestão, planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Projeto.



<sup>\*\*</sup> António Cardoso, Arad, Candeal, Capim Grosso, Cansanção, Conocição do Colté, Icha, Isasi, Monte Santo, Nordestina, Nova Fatema, Péde Sena, Queinadas, Quijingua, Quisabeira, Retrollandia, Riadrão do Jacobe, Sente Luz, São Domingos, Sentre, Tugano e Velente

Ver neste relatório capítulo que trata de Comunicação Social.

# Situação Final 2:

Jovens das regiões Sisal e Vale do Jacuípe sensibilizados/as e babilitados/as, atuando junto aos espaços políticos institucionais (CMDCA, CMDRS e CODES) de participação e definição de políticas públicas setoriais.

#### QUADRO 07

ATTACKS	RAIEDONS	PLANE MOAS REALDADAS	REALIZADAS	MEDIODE MEDIODE PARTICIPANTES
Olicina - Planajamento Estrategico e Pla- no de Trabalho Local da Americade.		th	(n	70
Cficina — estudo dos programas governa- mentas de política de apoio a agrouitura familiar e a joventude;	or		ĊT .	74
Visita de intercâmtéo à experiência dos Agentos Jovens de Deservolvimento SER- TA – PE	α	*	α	46
Oticina - Cooperativisono e Economia So- Scária.		OR .	m	74
Oticinas - Concestos Municipais e Oda- dania/Politicas Públicas.	ĊĬ		OT	70
Otions-Deservolumento Local e Tento- nal Sustentiavel		CI	a	75
Oficina - Metodologia de Trabelho com Juventode		Œ	α	75

Este processo de formação contribuiu para:

- compreensão dos jovens acerca de noções, elementos e metodologias de planejamento estratégico na definição e avaliação de ações locais, com enfoque para o trabalho com os Coletivos de Jovens;
- percepção crítica dos jovens quanto aos limites e possibilidades de convivência com o semi-árido, sobretudo, no que diz respeito às práticas sustentáveis da agricultura familiar;
- empoderamento do grupo acerca da realidade (a partir de um levantamento de informações nos municípios sobre os conselhos, quanto à composição, regimento, planos e projetos e funcionamento) e importância sobre o controle social das políticas públicas, bem como da participação mais efetiva nestes espaços, como estratégia de atuação para proposição, discussão, negociação e gestão de políticas setoriais voltadas para a juventude (enfoque nas áreas de educação, saúde, cultura, desenvolvimento rural, comunicação, criança e adolescente);
- empoderamento dos jovens mais diretamente envolvidos no projeto, no que diz respeito ao conhecimento e divulgação de experiências locais de convivência com o semi-árido;

 percepção da importância do cooperativismo e do associativismo e entendimento da necessidade de se pratiçar a economia como elemento de desenvolvimento local sustentável, como instrumento de fortalecimento da solidariedade entre as pessoas, entidades e instituições.

Como encaminhamento e proposta de ação estratégica dos Coletivos Municipais de Jovens, deliberou-se e planejou-se que, por 2004 ser um ano de eleições municipais para os poderes executivo e legislativo, realizar-se-iam em cada município debates públicos com os candidatos para os respectivos poderes sobre suas propostas para o município, com enfoque nas temáticas de interesse da comunidade local, mas levantando a bandeira da temática de interesse da juventude. E assim aconteceu um conjunto de debates em diversos municípios, num dima de motivação da participação política não apenas da juventude, mas de um número significativo de pessoas interessadas no desenvolvimento local. Pode-se dizer que foi um exercício de cidadania coletivo proposto e apoiado pela juventude. Em um dos municípios se ouviu jovens e prefeitos declararem: "quem já viu, neste canto de mundo, candidatos a prefeitos e a vereadores apresentarem suas propostas para a comunidade e em especial para a juventude? São, realmente, outros tempos". Mas o debate continua com os eleitos.

# Situação Final 3:

Jovens sensibilizados/as acerca das possibilidades e limites das oportunidades de geração de trabalho e renda na agricultura familiar, com vistas à convivência com o semi-árido:

#### QUADRO 08

ATIVEDADES	PREMISTAS	PEALIZACHS	MERODE MERODE PARTICIPANTES
Seminários municípais — descussão de propostas de garação de trabalho e renda	W	77	30

Precedendo a realização dos seminários, cada Coletivo Municipal de Jovens foi orientado, a partir de um instrumento de diagnóstico discutido e elaborado com os jovens, a desenvolver um mapeamento das experiências de geração de trabalho e renda existentes no município, com destaque para as experiências exclusivamente e/ou com envolvimento de jovens.

Este mapeamento foi importante para o conhecimento das experiências existentes de geração de trabalho e renda, na realidade local, bem como para subsidiar, enquanto instrumento pedagógico, a discussão e reflexão dos desafios e possibilidades da participação de jovens nestas experiências.

#### Constatou-se a partir deles o seguinte:

- a inexistência de experiências de trabalho e renda exclusivamente de jovens que pudessem servir de referência de uma política local;
- que as experiências e oportunidades possíveis estão ligadas, de um lado, à
  área da agricultura familiar nas áreas de ovino-caprinocultura, avicultura
  caipira, apicultura, artesanatos de sisal, palha, crochê, renda, pedra etc. e,
  de outro, prestação de serviços comunitários voltados para a área de assistência técnica e extensão rural, armazenamento e gerenciamento de recursos hídricos para consumo humano, orientação à prevenção de DST's/AIDS,
  segurança alimentar e nutricional, alfabetização de jovens e adultos e reforço escolar para crianças e adolescentes, identificação e orientação de grupos de interesse de jovens e adultos para acesso a crédito rural e incentivo
  às experiências geradoras de trabalho e renda;
- as poucas experiências existentes de adultos que contam com a participacão de jovens, não têm o caráter da participação efetiva da mesma.

A partir desse conjunto de seminários percebe-se que há uma lacuna de experiências voltadas para a juventude. Não obstante, há um enorme potencial estabelecido nesses diversos segmentos, e para isso precisam se articular, sobre "o controle" do segmento juvenil, para que não se transfiram as responsabilidades que são da juventude para as organizações de adultos.

# 2.2.3. - Conquistas e resultados dos Coletivos Municipais e Regional de Jovens - caminhando na direção das situações finais desejadas:

É possível evidenciar conquistas e resultados que indicam uma maior participação do segmento juvenil nos movimentos sociais, a construção e afirmação da identidade política da juventude e uma incipiente ocupação de espaços institucionais de discussão e definição de políticas públicas.



# QUADRO 09

de joventude, em sigurar cesas, assimadas pelos candidates.  Estudo da Lei Orginica Monicipal e formulação e aprovação de propostas de omendas:  1) en do organisa publico para aprio e incentivo aos emadantes universificias que estudan tomo de mancipo. E compos de aprio e incentivo aos emadantes universificias que estudan tomo de mancipo. E compos de aprio e incentivo aos emadantes universificias que estudan dos escoles municipias, justo a Camana Manicipal, bem como execucio de localização des considerado com osema ando no cuminado des escoles municipias, justo a Camana Manicipal, bem como execucio de localização de amplementação de proposta juventide trabalho com hontes comunitárias com sigura de como Estas, Associação Comunitaria e Casa Parquial.  Fortaleo mestro e criação de grupos de danção elevado voltados às questies da valorização de como incentiva do entidade povens estados povens.  Fortaleo mestro e criação de grupos de danção elevado voltados às questies da valorização de como incentivação da sobidade juvenil.  Registação, pelos jovens, com entidades e sidas comunitarias, de espaços de como incentivação de sidades e sidas comunitarias, de espaços de como incentivação de sidades de internados juvenis.  Medificação pelos jovens, com entidades e sidas comunitarias, de espaços de como incentivação de sidades de internados juvenis.  Medificação pelos jovens, com entidades e sidas comunitarias, de espaços no Câmana de Mexicados pelos de como estados pelos de especias no Câmana de Mexicados pelos de pueble de sidades de internados por políticas por políticas por políticas de juvenidos.  Medificação de pelos pelos de debalas com candidatos ao executivo e legistativo, tesa eleções municipas de 2004.  Seleção da executiva de Proprio para participar de publicação menoral de umitivo a sobre expensições de debalas com candidatos ao executivo e legistativo, tesa eleções municipas de 2004.  Seleção da exercisão de Estados de Comunicação e Prêmis Armipos Comunicados e Regional Proprio de Comunicação de Regional Armiti	CONCERSTAS EPIESAL TADOS	ABRANGÉNOA
de joventude, em sigurar cesas, assimadas pelos candidates.  Estudo da Lei Orginica Monicipal e formulação e aprovação de propostas de omendas:  1) en do organisa publico para aprio e incentivo aos emadantes universificias que estudan tomo de mancipo. E compos de aprio e incentivo aos emadantes universificias que estudan tomo de mancipo. E compos de aprio e incentivo aos emadantes universificias que estudan dos escoles municipias, justo a Camana Manicipal, bem como execucio de localização des considerado com osema ando no cuminado des escoles municipias, justo a Camana Manicipal, bem como execucio de localização de amplementação de proposta juventide trabalho com hontes comunitárias com sigura de como Estas, Associação Comunitaria e Casa Parquial.  Fortaleo mestro e criação de grupos de danção elevado voltados às questies da valorização de como incentiva do entidade povens estados povens.  Fortaleo mestro e criação de grupos de danção elevado voltados às questies da valorização de como incentivação da sobidade juvenil.  Registação, pelos jovens, com entidades e sidas comunitarias, de espaços de como incentivação de sidades e sidas comunitarias, de espaços de como incentivação de sidades de internados juvenis.  Medificação pelos jovens, com entidades e sidas comunitarias, de espaços de como incentivação de sidades de internados juvenis.  Medificação pelos jovens, com entidades e sidas comunitarias, de espaços no Câmana de Mexicados pelos de como estados pelos de especias no Câmana de Mexicados pelos de pueble de sidades de internados por políticas por políticas por políticas de juvenidos.  Medificação de pelos pelos de debalas com candidatos ao executivo e legistativo, tesa eleções municipas de 2004.  Seleção da executiva de Proprio para participar de publicação menoral de umitivo a sobre expensições de debalas com candidatos ao executivo e legistativo, tesa eleções municipas de 2004.  Seleção da exercisão de Estados de Comunicação e Prêmis Armipos Comunicados e Regional Proprio de Comunicação de Regional Armiti	dade local da juvertude, em termos de educação, sacida, geração de trabalho e renda,	Ichu, Monte Santo, Pé de Semi é Semino.
1) PS do organisato publico pera apolo e incentivo aos estudaries umentificios que estadan fora de municipio. El compte de alimentação escular a partir dos productos da agricidante famicia (post e III) anticodoção do templero de comovereiros com o será ado no cumicio bos escober monicipios, umani Municipal, bem como exercicio de fecalização de proposta juvenil de trabalho com hortas comunitárias.  Negociação e implementação de proposta juvenil de trabalho com hortas comunitárias.  Comosição do Code e Cubathoria.  Monte Santo, Prê de Sema, Cubathoria.  Reschado do Jacobje e San Quincatera do cubathoria de comunitárias, de espaços de comomos partir a divelpação e visibalação des aples de ementas juvenis.  Motivização e introdução do povens para solucitação de Sessões Especiais na Câmara de Menaciones plasa apresentação e decuasada de cartas de interporações por polibicas priblicas priblicas de juventade.  Organização e restigação de debatos com candidatos ao executivo e legislativo, tess elegões municipais de 2004.  Seleção de experigência do Propido para participar de publicação manorial de umitivo aubre expesióncias de mobilização para participar de publicação manorial de umitivo aubre expesióncias de mobilização para participar de publicação manorial de umitivo aubre expesión de debatos como candidatos ao executivo e legislativo, tess elegãos municipales el Toraco, necessar a como candidatos pelas Cing Associa (SP) o Funcação.  Regional  Regional  Regional  Regional	delos a severados e profeto e apresentaciande cartas de intencies por políticos publicos	Anad, A. Castinso, Candeol, C. Colfe, Irhu, Irana, N. Fatima, Nordestina, P. de Serva, Cubalhera, Retrolandia e Semeta.
Fortalizamento e catação de grupos de dança e testa violados às questões da valorização de Sento. Pér de Sento, Gubabeiro, Paracita do distribuição de termalização da residade poversidade poversidades e señas comunitarios, de espaços de comomicação para a dividação de visibilidade das apples demandos poversidades poversidades de valoridades por políticas para de Vercadores pira apresentação de decusada de cantas de intenções por políticas paracidades de servidades de cantas de intenções por políticas paracidades de Sento de Sent	I) 4% do organisato público pera aprilo e incentivo ano escudentes universitários que establem fora de municipio. E) compre de alimentação e sociar a partir dos productos da agrigula estantelas (pos e (E) antidodução da terratica de comisércia com o semi ando no cumicipio dos escolas musicípios), junto a Camara Municipal, bem como exercicio de	Clapern Grosso
Ascidad do Jacobe e Seo Començos.  Negociação, pelos jovens, com entidades e sidas comunitarios, de espaços de comomos para a divolgação a visibidade das apples demendas juvenis.  Mobilização e attinologão de jovens para solantação de Sessões Especiais na Câmara de Versadores plas a presentação e discussão de cantas de intercâmbia violadas para cultura, lazer e esporte em comerminação de stividades de intercâmbia violadas para cultura, lazer e esporte em comerminação de debates dom candidatos ao executivo e legislativo, tess elegões municipais de 2004.  Seleção do expenjência do Projeto para participar de publicação manomal de umitivo anbia expeniências de mobilização juvenit, esclanda pela Ong Acacas (SP) o Fundação.  Regional  Regional Servicia de Regional de Salventa de 2004, promitivado pelos Jovens Comunidadores Sociais da Region Salventude Destaque de 2004, promitivado pelos Jovens Comunidadores Sociais da Region Salventude Destaque de 2004, promitivado pelos Jovens Comunidadores Sociais da Region Salventude Destaque de 2004, promitivado pelos Jovens Comunidadores Sociais da Region Salventude Destaque de 2004, promitivado pelos Jovens Comunidadores	Negociação e implementação de proposta juveral de trabalho com hortes comunitários com STR1s, Associação Comunitária e Casa Pardquisi.	Conceição do Code e Cubridaria.
Mobilização e articulação de jovens para colaritação de Sessoles Especiais na Gâmara de Vercaciores plana apresentação e decursada de cartas de interropes por políticas publicas publicas de juventude.  Organização e realização de stividades de interrolambia voltadas para cultura, lazer e esporte sim comermoração de debates dom cancidados ao executivo e legislativo, tess eleções municipais de 2004.  Seleção do experijência do Projeto para participar de publicação manoral de umitivo aubre experiências de mobilização juvenit, escribada pela Org Aracata (SP) e Funcação Regional  Participação de 18 Seminario Pegional de Comunicação e Prêmio Arregas Comide De penetica de Juventude Destaque de 2004, promitivado pelos Juvens Comunidadoses Sociais da Region Sesteria.	Fortaleamento e citação de grupos de dança e lastin voltados às questões da valorização de caltural ocal e ternatização da sealidade juvenil.	
de Vercaciones păra apresentação e decusada de cartas de interciones por políticas pa- bilidades de prentivole.  Organização e realização de stividades de interciambio voltadas para cultura, lazer e esporte em comamoração ao Dio da Juventode.  G. Colli, M. Santo, Nordestina, Curangue, Questiona, S. Domingos e Tucado.  Realização / perfecipação de debates dom cancidados ao executivo e legislativo, tess elegões municipais de 2004.  Seleção do expenjência do Projeto para perfecipar de publicação reconside umilivo anties expeniências de mobilização juvenii, realizada pela Ong Acacat SP) a Fundação.  Realização de Regional de Comunicação e Prêmia Armigos Comide De penência de Juventude Destaque de 2004, promitivado pelos Juvens Comunicaciones.  Sociais da Região Sealera.	Negociação, pelos jovens, com entidades e seños comunitarias, de espaços de comu- nicação para a divulgação o visibalidade das apões/ demandos juvento.	Tucano, Guissibeira, Retirotándia, R. do
esporte em comerciação de debates com candidatos ao executivo e legislativo, tess elegões municipais de 2004.  Se leção de experiência do Projeto para participar de publicação recornal de umitivo aubre expeniências de mobilização juvenit, estituda pela Ong Acacat. (SP) o Fundação Kellog.  Participação de 18 Seminano Pergensil de Comunicação e Prêmio Amigos Comide De peneticia de Juventude Destaque de 2004, promitivado pelos Juvens Comunidadores. Sociais da Região Seséera.	de Versadores para apresentação e discussão de cartas de intenções por políticas pú-	P'de Serra, Casabeira e Sentinha.
eleções manaceas de 2004.  Seleção do experiência do Projeto para participar de publicação nacional de umilivo anties expesióncias de mobilização juvenit, estácida pela Cing Asacati (SP) e Fundação Relica.  Participação de 18 Seminario Pergional de Comunicação e Prêmia Amigos Comide De periencia de Juventude Destaque de 2004, promitivado pelos Juvens Comunicadores.  Sociais da Região Sesaleira.		G. Collé, M. Santo, Nordestina, Guangue, Guisabera, S. Domingus e Tucano
sobre expensionate methicação juvenit, essicada pela (Ing. Asacati SPI) e Fundação Feilog  Participação de II Saminiano Pegional de Comunicação e Prémia Amigos Comide De penedicia de Juventude Destaque de 2004, prombivido pelos Jovens Comunicadores Sociais da Regian Sisaleira.		Regional
penencia de Juventude Destaque de 2004, promovado pelos Jovens Comunicaciones Sociais da Região Sisaleira.	apbre respendincian de mobilização juvenil, esclunda pela (Ing Aracuti (SP) e Fundação	Nacional
A Company of the Assessment of Paris Transport of Paris Paris and Assessment of the Pa	penéricia de Juvento de Destaque de 2004, promovido pelos Jovens Comunicaciones	Regional
Participação des neumbres de constitução do Partio de Desposado de políticas seturiais.  Região Sicalean da Bohra, para negociação de propostas juvens de pulhicas seturiais.	Participação das reunides de construção do Plana Territorial de Desenvolvemento da Região Scalero da Bohia, para regociação de propostas juvenis de publicas seturiais.	Regional
Descuesiare e laboração do Bolatim Regional da Juventude para der Veilifilidade las ações Pergional regionales e locais do preentade.		Regional
Participação no Semenário sobre Ginnero e Economia Solatária, resligado pela PETPAF Estadual - Baha.		Estadus
Personagen no VI Seminário Vem Ser Cidadão, Guarrio-GO, Macional	Participação no VI Seminário Vem Ser Cidadão, Guarto-GO.	Nacional

# 2.2.4. Desafios e Perspectivas:

Pode-se identificar como desafios para o trabalho os seguintes aspectos:

- Articulação com os diversos segmentos sociais da região para uma intervenção nas políticas públicas, de forma solidária e sustentada e não apenas com a dimensão exclusiva de juventude.
- Incentivo e apoio a iniciativas de trabalho voltadas para inserção juvenil e criação de oportunidades de experiências de qualificação profissi-



- onais e géradoras de trabalho e renda na perspectiva da convivência com o semi-árido;
- Apoio e formação de jovens na linha de prestação de serviço comunitário para jovens rurais voltado para a orientação e prevenção a DST's/AIDS e gravidez na adolescência, com vistas à construção e incorporação de agendas políticas locais de saúde para juventude.

Enquanto perspectivas e desafios, de outro lado, pode-se apontar concretamente para:

- Garantir um debate interno no MOC, com os diversos Programas, na tentativa de transversalizar o debate sobre juventude.
- Desenvolvimento de um processo de qualificação profissional com jovens, voltado à busca de políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar.
- Apoio e assessoria assegurados para o fortalecimento das experiências de auto-organização local e regional, Coletivos Municipais e Regionais de Jovens e que estes possam garantir a elaboração, negociação e gestão de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida do segmento juvenil;
- Incentivo e apoio assegurados para o processo de formação e qualificação de jovens voltados para a prestação de serviços comunitários para segmento juvenil na área de orientação e prevenção a DST's/AIDS e gravidez na adolescência;
- Buscar divulgação e visibilidade da experiência do Projeto Juventude e Participação Social desenvolvida nas regiões Sisaleira e Vale do Jacuípe, enquanto referência de políticas públicas de Juventude.

O conjunto de desafios de maior peso pode ser traduzido na (auto)organização, bem como na articulação dentro desse segmento e desse com os demais movimentos para o real controle das POLPUB para a juventude e para o universo da população.

#### 2.3. SUB-PROGRAMA DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADO-LESCENTE

O ano de 2004 teve um significado especial para a atuação deste subprograma, por diversos motivos:

 a) O Governo Federal foi mais incisivo no sentido da garantia de funcionamento de políticas públicas de consolidação dos direitos da criança e do adolescente, seja no repasse das verbas orçamentárias, seja na efetivação de direitos exigidos pela sociedade em lutas históricas, como, por exemplo: aumento, ainda que incipiente, mas importante, no valor do recurso para o programa nacional da alimentação escolar<sup>21</sup>; garantia de que Programa como o PETI atenda crianças de 0 a 6 anos e não apenas de 7 a 14 anos de idade; dentre outros;

- b) O Governo do Estado deu continuidade, através da SETRAS, a um suporte técnico estratégico, no sentido de viabilizar a continuidade do Programa, através das ações da Jornada Ampliada e do fortalecimento da COMPETI;
- c) No âmbito da região podemos destacar a capacidade de mobilização social para a efetivação do funcionamento do Programa. Como resultado dessa mobilização, o ano de 2004 foi encerrado com a construção do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. E a articulação para tal intento se deu graças à atuação da Região Sisaleira — que agiu como articuladora e mobilizadora básica do referido processo;
- d) Num panorama ainda mais específico da atuação do MOC, através deste sub-programa, destacamos o aprimoramento do PAF<sup>22</sup>, no sentido de focar melhor o seu trabalho.

Por outro lado, 2004 foi um ano que revelou lacunas deixadas tanto pela atuação do sub-programa quanto pelos atores envolvidos. Exemplo:

- uma certa ausência da sociedade civil organizada, através do Fórum da Sociedade Civil, sentida tanto nos fóruns e espaços municipais e regionais quanto na COMPETI;
- a situação de indefinição profissional dos monitores<sup>25</sup> provocou um vazio no sentido do fortalecimento do Programa via Jornada Ampliada.

Mister se faz enfrentar as questões ainda não enfrentadas e suficientemente solucionadas.

O sub-programa Criança e Adolescente desenvolveu as seguintes atividades:

- · Projeto Agente de Família do PETI;
- · Fortalecimento da Comissão Regional;
- · Fortalecimento do fórum da Sociedade Civil;
- Participação na Comissão Estadual (COMPETI), Fóruns Estadual e Nacional, Conselhos Estaduais.

Descrevemos, a seguir, nossas ações e processos, baseados nas situações finais.

<sup>21</sup> O valor salurde PSO, 13 indo para PSO, 15 e prevendo 0, 18 para 2005., graças a uma pressão e negociação com o CONSEA Nacional

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> O desenho do Projeto Agente de Familia está descrito no relatório 2001 e no side do MOC.

<sup>21</sup> Vermaiores detalhés no capitalo do relatório de educação —tópico Jornada Ampliada.

#### Situação final 01:

Agentes de família dominando instrumentos metodológicos para orientar as famílias a enfrentarem situações de combate à verminose e a importância da vacinação, alimentação que atenda a nutrição e segurança necessária do corpo.

#### **QUADRO 10**

ATTADADES	PREVISIAS	REALDADAS	MEDICIPE PARTICIPANTES
Curso de formação para Agentes de Familia.	(0)	α.	242
Encontro de Coordenadores PAF, monitoramento, avalfação e planejamento das ações.	Œ	OS	150
Seminarios municipais sobre Competências Familiares <sup>ra</sup>		220	1700
Oprássões de Mões e Pais para cobrar do Podar Publico, melho- nas para as farmilias nas legraticas de saúde, seresimento, edu- cação <sup>24</sup> .		Of	40

Como seu objetivo principal, o PAF trabalha com as famílias no intuito de ajudá-las a refletir sobre o PETI, informar-se e buscar condições melhores de vida, através da participação em mobilizações, abaixo-assinados, seminários e outras ações existentes nos municípios. Os Agentes de Família buscaram fortalecer suas ações junto às famílias, através da temática Competências Familiares na atenção às mulheres gestantes e às crianças de 0 a 6 anos de idade, através do Projeto Família Brasileira Fortalecida, que teve a iniciativa do Governo Federal, UNICEF e Organizações que vêem a família como principal promotora de direitos das crianças e adolescentes. Para trabalhar com esta temática, foi necessária a aplicação de dois diagnósticos<sup>26</sup> que pudessem mostrar a realidade das famílias<sup>27</sup> atendidas pelo PAF, nas questões referentes à saúde, alimentação, condições de moradia, educação, dentre outras.

Os Agentes de Família, ao tempo em que são sujeitos de construção de políticas, desempenham papel fundamental de induzir, nas famílias, a participação na construção de políticas, devido ao maior envolvimento no Projeto e, sobretudo, na dimensão de participação social nas Associações, Escolas, Sindicatos, Igrejas, dentre outros espaços ocupados por eles/elas, resultando nas mobilizações, manifestações, abaixo-assinados, etc.

Alvidades realizadas pelos Agentes de Familia a partir das ações do MOC.

Advictacios replizadas pelos agentes de familia a pertir das ações do MOC.

<sup>1</sup>º Marco O e Marco 1 – aplicados no período de 1 ano, pera comparar as mudanças de hábitos das familias.

São atendidas abalmente pelo Projeto Agente de Familia, 8.750 familias, sendo que 3.500 detes recebem mensalmente a visita do/a. Agente de Familia e o restante partidos de reunides nas comunidades.

# Situação final 02:

Famílias visitadas pelos Agentes de Família conbecendo melbor sua realidade a partir do uso adequado da água, combate à verminose e conbecendo a importância da vacinação, alimentação, em diversos espaços da comunidade (reuniões de associação, escolas etc.).

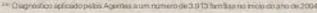
#### **QUADRO 11**

ATMOADES	PREVISIAS	REALIZADAS	MEDICE PARTICIPANTES
Visitas e reunides com majos e país do PETI	3.500 visitas	11.002	3500
Times e reprises continges epin core in	358 numbes	1.153	21,480
Poundes comfirmilias do PETI nas comunidades e sede dos municípios pela equipe técnica do MOC	150		4800

Ao receberem os Agentes de Família nas visitas e participarem das reuniões promovidas por eles, as 3.913 famílias estão buscando, a cada dia, exercitarem a sua cidadania. Através deste trabalho desenvolvido pelo PAF, as famílias tomam conhecimento da importância de ter uma alimentação saudável, cuidar da higiene da casa e dos filhos, registrar seus filhos etc. Tais percepções são feitas através do resultado do Marco 0°s, onde se constata o seguinte:

- 61% das residências não têm fossas;
- · 17% das famílias não têm acesso direto à água de qualidade;
- · 39% das famílias filtram a água antes de consumi-la;
- 32% das famílias não têm terra;
- 98% das famílias têm seus filhos/as registrados/as.







Esses dados dão aos agentes condições de refletir como está a situação das famílias. Ainda de posse desses dados, o Agente encaminha e debate com, associação e sindicato local, com os monitores e professores da jornada ampliada, com o grupo gestor, que deverá tomar as providências cabíveis, inclusive com a COMPETI e SETRAS.

## Situação final 3:

Municípios contemplados pelo PAF assumindo o Projeto em todas as suas dimensões: política, gerencial, pedagógica e estrutural.

**QUADRO 12** 

ATMONDES	MENSTAS	REALIZADAS	MEMORE MEDIODE PARTICIPANTES
Encortro com diagentes sindicais para monitoramento das ações.	B	12	106
Vastas teoritais de montoramento nas entidades de atuação.	150	-0	32

Na perspectiva de continuar apoiando ações que coloquem as famílias como sujeitos ativos na sociedade, que buscam interferir das POLPUB, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, entidades que apóiam e coordenam o PAF nos municípios, participam de forma qualitativa dos momentos de reflexão e aprofundamento das ações do Projeto. Neste âmbito constata-se que:

 30% das entidades apóiam as mobilizações realizadas pelas famílias nos municípios, quando as mesmas cobram melhorias para o funcionamento do programa;



 50% das entidades garantem a participação da coordenação do PAF nas reuniões do Grupo Gestor, para que os membros do Grupo possam ficar sabendo das problemáticas e sugestões apontadas pelas famílias sobre o PETI, através dos relatórios elaborados pelos Agentes de Família.

#### Situação final 4:

Comissão Regional fortalecida enquanto espaço de articulação, mobilização, gestão e encaminhamento de propostas para garantir a qualidade, permanência e eficiência do Programa.

#### **QUADRO 13**

ATMONIES	PREVISITAS	REALIZADAS	MEASTES PARTIES
Recrides da Comissão Regional	100	Œ	200

As reuniões da Comissão Regional tiveram, em 2004, um importante papel no que diz respeito à construção de uma política pública voltada para a prevenção e erradicação do trabalho infantil, na região e no estado da Bahia, a partir do momento que se consolida enquanto um espaço de controle do PETI, através de ações que vão desde o debate de questões, reivindicações e avaliação e elaboração. Destacamos alguns passos estratégicos:

- Construiu o Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil a partir das incertezas do Programa, o que traz consigo a oportunidade de fortalecer uma política pública que atenda não só às necessidades e garantia de direitos das crianças e adolescentes, mas sim de toda a família. É importante lembrar que todo o processo de construção do Plano Estadual se deu através de reuniões a nível municipal, das regiões /sub-regiões do Estado, reuniões da COMPETI e, destacamos todos os momentos de forma participativa, com presença de Poder Público e Sociedade Civil. Foi um dos momentos altos do PETI em 2004. E isso deixa um conjunto de desafios. Por exemplo: fazer o Plano acontecer.
- Realização de debates e reflexões que discutissem com os atores<sup>29</sup> do Programa a situação atual do mesmo, devido à inconstância que o PETI vivia..
   Tais debates tiveram como objetivos principais retomar as discussões do Programa considerando os dados contextualizados nas esferas nacional, estadual e municipal e estabelecer uma agenda mínima de compromissos entre os parceiros para o fortalecimento do PETI. Destes Seminári-

Ocustorios do Programa são: Giupo Gestor, Agento de Familia, Monitor, Educador leitor do Basi de Leitura, Professor



- os saíram *Cartas Compromissos* que colocavam os atores do Programa como principais responsáveis pela melhoria do mesmo – com papéis claros e definidos;
- Discussão salarial dos monitores que resultou numa nova modalidade de contratação – via REDA<sup>30</sup>, após amplo debate da Comissão Estadual, SE-TRAS e outras instâncias;
- Apresentação e aprovação do Plano Estadual do PETI na reunião da COM-PETI.

#### Situação final 05:

Fórums da Sociedade Civil atuando como espaço de mobilização, articulação e fortalecimento da Sociedade Civil para eficácia do Programa.

#### **QUADRO 14**

ATMENDES	PREMISTAS	REALIZAÇÃO	MENODE MENODE PARTICIPANCES
Reunides do Forum da Sociedade Chill (sissal e piemonte)	13	- 05	320

O Fórum da Sociedade Civil tem buscado contribuir para uma melhor qualidade do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Tem servido para elaborar e desenvolver ações de fortalecimento da Sociedade Civil, através dos Seminários realizados e monitoramentos das ações nos diversos espaços sociais. No ano de 2004, o Fórum da Sociedade Civil avançou no sentido de refletir e pensar o PETI como possibilidade real de transformação em Política Pública.

Além dos avanços consideráveis da atuação do Fórum no ano de 2004, podemos colocar também como um desafio a pouca participação de representantes da sociedade civil que em outros momentos deram sua parcela de colaboração significativa. Esta "ausência" de participação dos atores do PETI no Fórum da Sociedade Civil, fragilizou as ações que o mesmo poderia ter realizado dentro do Programa.

# Situação inicial 06:

Comissão Estadual do PETI atuando como espaço de discussão, articulação, mobilização e encaminhamentos de propostas advindas das regiões para garantia da qualidade, permanência e eficácia do Programa.

<sup>\*\*</sup> Regime Estadual de Direito Adquisido - ver melhor descrito no Programa de Educação Rusal.

#### **QUADRO 15**

ATTACACES	PREVISTAS	REALDADAS	M.MERO MEDIODE PARTICIPANTES
Apoia / partira pagão em reunides da COMPETI	0	08	240
Seminário Estadual de Avaliação do PETI, em parcerio com a COMPETI, Sema e UNICEE.	OI .	Ot	250

Sendo um outro espaço de discussão e aquele deliberativo sobre o Programa, a COMPETI<sup>31</sup>, discutiu, implementou e praticou várias ações ligadas ao PETI em todo o Estado e também a nível nacional. Vale lembrar que na realização dos Seminários Estaduais, <sup>32</sup> a COMPETI esteve à frente de todo o processo, sem contar nas ampliações e revisões de metas nos municípios<sup>55</sup>.

Se nos referimos a ela em nosso relatório, avaliamos importante enfocar o viés de nosso trabalho e responsabilidade:

- · ser membro efetivo e participante da COMPETI;
- motivar e incentivar os movimentos sociais a participarem da COMPETI;
- executar ações que sejam decididas e/ou propostas como de responsabilidade do MOC.
- munir a COMPETI de temas e questões a serem trabalhados, a partir da realidade da região.

No ano de 2004, a COMPETI, junto com o MOC, a SETRAS e o UNICEF, realizou o Encontro Estadual de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, encontro este que foi a mostra concreta de consolidação de políticas que atendem às crianças e adolescentes, bem como suas respectivas famílias.

Nosso olhar sobre o enfoque central da intervenção do sub-programa nas políticas públicas constata que as ações executadas pelo conjunto da sociedade, com especial destaque para a sociedade civil organizada, apoiada pelo MOC, dão corpo à construção do território, em especial da Região Sisaleira, sendo referência em toda a Bahia e no Brasil, para uma política pública para as crianças e adolescentes, principalmente com enfoque no aspecto da erradicação do trabalho infantil.

É muito interessante também a demarcação de espaços que as famílias estão consolidando, porque antes as mesmas não se sentiam capazes de "enfrentar" e buscar ações de melhoria de vida nem pra si nem para seus filhos e o exercício de discutir e atuar nas políticas públicas dentro da comu-

<sup>\*\*</sup> Composio Estados do Programa de Enadicação do Trabaño Infanti, oriada em 1996, tem a participação de entidades e organizações do Poder Público e Secretade Civil de todo o Estado.

Os Seminários estão melhor descritos na Situação Final 64 deste sub-tem

O PETTatus em 99 municipios do estado e atendo a um número de 122.418 oranças.

nidade e com o olhar sobre o município e o território vêm garantindo este espaço a cada dia.

Apesar de contarmos com a possibilidade de conquistas e melhorias que possam estar consolidando políticas para as crianças e adolescentes ainda consideramos desafios para a concretização destas atividades no que diz respeito à:

- Apoio irrestrito das entidades da sociedade e instituições públicas no que se refere à execução de ações que viabilizem com mais rapidez e facilidade uma política que coloque a criança como prioridade exclusiva da sociedade e das POLPUB´s;
- Fortalecer a mobilização das famílias para assumirem seu papel político que garanta melhorias de vida para as mesmas e suas respectivas comunidades
- O Plano Estadual do PETI traz como desafios a construção, execução e monitoramento dos Planos Municipais para que as ações contidas e desejadas no Plano Estadual possam realmente orientar as ações do estado e dos municípios.;
- O Fórum da Sociedade Civil traz como desafío propor mais alternativas de melhoria do PETI;
- Internamente a equipe deve se preocupar com o "inventar" novas estratégias, como inventamos o PAF.

Há no fundo uma lacuna sobre o futuro do PETI a nível nacional. Para onde vai? Com qual velocidade? Com quais instrumentos de POLPUB? Entendemos que isso requer, no mínimo, três elementos básicos: paciência estratégica; articulação a nível estadual e nacional; e pressão sobre as diversas instâncias de governo.

#### 2.4. SUB-PROGRAMA FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

# 2.4.1. Introdução

Realizamos um esforço contínuo para tentar visualizar um desenho que possa mostrar concretamente a participação popular nas políticas públicas, no Brasil e especialmente na área de atuação do MOC. Na história política brasileira podemos afirmar que houve uma evolução no âmbito da oportunidade, mas falta uma capacidade instalada que motive, capacite e oriente essa participação. Falta um debate esclarecedor nas escolas, nos meios de comunicação. Além disso, a grande maioria dos gestores públicos eleitos é viciada em uma ação corporativista e de favoritismo, e as entidades representativas da socieda-

de civil por sua vez não detêm o poder político suficiente para enfrentar a situação. Com base nesse quadro, o MOC, através do Sub-Programa de fortalecimento da sociedade civil, busca apoiar as entidades no sentido de criar um clima favorável para que estas possam atuar de forma autônoma, criativa e sustentável. Aintervenção do MOC tem o seu berço para e com este segmento. O fortalecimento da sociedade é o motivo do nascimento e da existência do MOC, mas para nós fica claro que não tem sentido a organização e o fortalecimento das entidades da sociedade civil se as mesmas não tiverem como um dos focos centrais a intervenção e controle das políticas públicas.

Existem lacunas e demandas nas mais diversas frentes de atuação, junto às entidades da sociedade civil, entre as quais destacamos: definição da missão institucional (projeto político) e do seu planejamento estratégico; estruturação político-administrativa; formação de dirigentes e lideranças; articulação sócio-política com outras entidades parceiras etc.

#### 2.4.2. Ações do sub-programa

O Sub-Programa atuou em 2004 com o seguinte desenho estratégico34:



Este Sub Programa atuquem 2004 junto a todos os 15 STR da Peçala do Sisaí — legado ao Polo Sisaí e a 5 STR da região do Polo Jacuripe; as associações do PVN. Jovens Comunicadores; areas de Reforma Agrara de Senta Luz as associações de 6 municípios, em parceria com o CEAIC, MMTP; griemios estudantes de Santa Luz e Arad; foruns da sociadade civil de Valente, Santa Luz e Arad; Sindicado e corperativa dos trabalhadores da pedia, de Santa Luz APAEB de Arad; nicios comunitárias; CMDR de António Cardoso;



#### a) Situações em relação a entidades da sociedade civil

#### Situação Final 1:

Entidades da sociedade civil com seus projetos políticos e planejamentos estratégicos definidos e monitorados.

#### Situação Final 2:

Sociedade Civil participa e interfere nas Políticas Públicas de forma planejada e articulada (cidadamia e controle social

#### QUADRO 16

ATMIADES	PREVISIAS	REALIZADAS	MENOE MEDICE PARTICIPANTES
Oficinas municipais e regionals com emitidades da sociadada cardi partia del anção e monitoramento de seu projeto político	10	14	30
Oficinas municipais e regionais comientidades da cociedade civil para distritição e muniforamento de seu planejamento estralégico	60	48	40

Com base no diagnóstico (marco zero) realizado antes de o MOC iniciar este trabalho, em 2002, as entidades (100%) não tinham planejamento. "O que fazíamos era colocar num papel um amontoado de atividades, sem nenhuma discussão ou aprofundamento". Em 2004, mais 24 entidades já contam com sua missão definida (projeto político), muito embora se precise fortalecer o debate, no intuito da apropriação do projeto político e do processo de definição por parte de seus dirigentes e alguns parceiros e sócios. No que respeita ao planejamento estratégico, 51 entidades já dispõem deste instrumento de gestão institucional.

O processo de elaboração se dá com a presença de todos os dirigentes, suplentes e entidades e pessoas parceiras e estratégicas, através de uma metodologia reflexiva, participativa e de valorização dos conhecimentos do grupo. Faz parte do processo metodológico que a própria entidade, através de seus dirigentes, relate e formate o planejamento, dentro de uma matriz definida e construída com o grupo. A partir de uma análise feita nos planejamentos estratégicos de 2004, percebeu-se que as temáticas mais freqüentes são justamente aquelas voltadas para o controle das políticas públicas, a exemplo do PETI; recursos hídricos (P1MC); crédito para a geração de renda (PRONAF Reforma Agrária; PROSPERAR, COGEFUR); comunicação; gênero e juventude; fome zero; organização institucional; previdência social; educação; conselhos de gestão; agricultura familiar, dentre outros.

Destacamos como o principal fruto dessa intervenção do MOC, junto às entidades, resultados concretos e sustentáveis de controle de políticas de maneira articulada e sustentável.

Nesse sentido, um dos maiores desafios institucionais enfrentados pelo Pólo Sisal, Pólo Jacuípe, MMTR, CEAIC, ASCOOB, APAEB´s, ARCO SERTÃO (...) até o final do ano passado (2003), dizia respeito ao desenvolvimento de ações (próprias) planejadas numa dimensão de *políticas públicas*. E esse foi um dos eixos da assessoria técnica prestada pelo MOC. Hoje o quadro se apresenta diferente, embora façamos questão de destacar que esses resultados não se devem creditar apenas à ação do MOC.

Vejamos algumas delas.

#### No mundo do Movimento Sindical e Associativista

Iniciamos referenciando a experiência do Pólo Sisal na direção da qualificação da gestão e da montagem de estratégia na direção de fazer chegar os resultados de suas ações cada vez mais próximos de sua base, em cada município. Prova disso é o planejamento de 2004 da FATRES que priorizou um processo de trabalho com os sindicatos, na região, voltado para a questão do acesso às políticas públicas e, para tanto, desenvolveu as seguintes ações estratégicas:

- a) Negociou apoio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para capacitação de 840 dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais e associações comunitárias de 19 municípios da Região Sisaleira, para compreensão política das mudanças operadas pelo PRONAF e o seu redesenho funcional a partir da estratégia de desenvolvimento territorial, tendo o CODES (Conselho Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável) como novo espaço político institucional de discussão e definição das prioridades políticas setoriais voltadas para a convivência com o semi-árido a partir do fortalecimento da agricultura familiar. O resultado imediato desse processo de trabalho foi a participação ativa de alguns sindicatos (a exemplo de Coité, Santa Luz, Serrinha, Valente, dentre outros) da região enquanto mediadores políticos dos agricultores familiares para o acesso aos recursos do PRONAF B, semi-árido e jovens;
- b) Negociação com o INCRA, através da Superintendência Regional da Bahia, do projeto de apoio ao acesso à assistência técnica e extensão rural para 477 famílias de 09 áreas de assentamentos localizadas nos municípios de Santa Luz, Cansanção e Quijingue. Isso foi fundamental para que as famílias assentadas pudessem ter tido acesso ao crédito rural do PRONAF A, para investimento e melhoramento das unidades produtivas familiares. Foram 316 projetos sobre caprino-ovinocultura, apicultura e plantio de sisal, dentre outros, elaborados, apresentados e negociados com os Agentes Financeiros Locais: Banco do Brasil e do Nordeste;



- c) discussão política inter-regional (Pólos Sisal, Sr. do Bonfim, Chapada e Jacuípe) para acesso e participação, no estado, no Plano Nacional de Qualificação Profissional, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. A proposta qualificou profissionalmente, através de módulos temáticos, 110 dirigentes sindicais dos trabalhadores rurais de quatro regiões para implementarem ações concretas de convivência com o semi-árido;
- d) Houve um processo de negociação com o DNOCS, através da Superintendência Regional da Bahia, para apoio à região no processo de regularização das áreas públicas federais de recursos hídricos (açudes de Coité, Valente, Serrinha, Araci, dentre outros) e prestação de serviços de assistência técnica e recuperação dos rios e açudes para implementação de ações (piscicultura) geradoras de trabalho e renda voltadas para as populações ribeirinhas. Já foi implementado, no assentamento de Nova Palmares (Coité) e já houve visitas técnicas para análise, nos municípios de Tucano, Araci, Serrinha e estão previstas para o início de 2005 nos demais municípios que também dispõem dos outros espelhos d'águas.

Poderíamos multiplicar em muito os exemplos, mas destacamos ainda os seguintes:

#### STR's e acesso às Políticas Públicas.

- em Serrinha, o STR conseguiu que 703 famílias fossem beneficiadas, sendo liberado um total de R\$ 543.000,00 pelo Banco do Brasil e mais R\$ 160.000,00 junto ao Banco do Nordeste;
- em Conceição do Coité, o STR conseguiu que 283 famílias fossem beneficiadas, totalizando R\$ 283.000,00, fora o PRONAF C que ainda está em andamento:
- em Valente o STR conseguiu que 900 famílias fossem beneficiadas, totalizando R\$ 900.000,00, sem contar com os do PRONAF C que ainda se encontra em análise;
- em Santa Luz o STR conseguiu que 140 famílias (de um total de 150 projetos encaminhados) fossem beneficiadas com o Pronaf B e ainda está aguardando a análise do PRONAF G e D.

Essas são marcas de início de uma nova cultura política sindical, embora pouco presente nas práticas dos sindicatos, mas que tende a uma perspectiva de articulação e mobilização social na busca do acesso às políticas públicas setoriais, ainda que, nesse momento, em relação ao crédito, mas que aponta a partir de então — porque já em discussão embrionária — também para o acesso a assistência técnica e extensão rural, tendo em vista o Plano Nacional de Assistência técnica.

O Sindicato de Riachão negociou junto ao Banco do Brasil a democrati-

zação do atendimento aos trabalhadores rurais com destaque para o atendimento aos idosos, garantindo a instalação de caixas eletrônicos em diversos pontos da sede do município, inclusive em locais sugeridos pelo movimento sindical.

Como destaque de acesso ao mercado, por parte dos agricultores, o STR de Nova Fátima vem apoiando a comercialização do leite de caprinos, com um preço mais elevado que o do mercado tradicional e garantindo a capacitação dos produtores, para a qualificação de seu produto, através de uma parceria com a APAEB Valente e a partir daí emerge uma pressão sobre o papel da EBDA e de outros órgãos e Programas do Governo Estadual e Federal.

APAEB de Serrinha e o seu redesenho institucional.

Houve, durante o ano de 2004, um processo de reflexão avaliativa com participação dos representantes e parceiros da APAEB de Serrinha, acerca da atualização da sua natureza institucional frente às novas dinâmicas da agricultura familiar no Brasil e região semi-árida da Bahia. Nesse sentido, fez-se diversas atividades (reuniões e articulações) para retomada do seu processo histórico e a identificação da existência de uma crise de identidade institucional. Em diversos encontros fez-se uma discussão, a partir dos elementos que foram avaliados, de um novo desenho institucional cujo foco estratégico diz respeito à prestação de serviços de ATER aos agricultores familiares das comunidades voltados ao fortalecimento da agricultura familiar na perspectiva de viabilidade produtiva e econômica.





Houve a aprovação da nova proposta e APAEB de Serrinha re-elaborou um novo marco legal de acordo com as exigências do Novo Código Civil Brasileiro. Toda essa experiência abriu um novo horizonte político institucional para a entidade enquanto possibilidade de participação — com papel estratégico — efetiva nas ações de desenvolvimento territorial que vem sendo implementadas a partir do CODES. O desafio agora é fortalecer este processo e reacender a chama da atuação da APAEB na direção da luta por políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, inclusive a partir do fortalecimento das demais APAEB ´s.

**QUADRO 17** 

ATMONDES	PREVISTAS	REALIZADAS	MUMERO MEDICIO PARTICIPANTES
Reunijo com o Férum de sociedade and de Valente	Œ	O)	40
Reunião com e Forum da sociedade civil de Sta. Luz:	ci ci	0.	30
Recreito com o Forum de artículação da sociedade civil de Araci	œ	01	25
Recriões municipais com grâmos estudants de Sta. Luce Asso;	Œ	05	25
Reuniñes com sindeato e cooperativas dos habelhadores da pedia (cardeiros)	08	10	40
Seminaro municipal com Sindicato dos Instalhadores da pedra - Previdência Social e saude do trabalhador da pedra	ot	R	270
Seminario regional sobre articulação dos grêmios estudentis	tn	m	30
Apoin às mobilizações sociais para intervenção em políticas públicas:	05	. 11	Vacionel

Neste bloco de atividades queremos destacar aspectos de segmentos de seu conjunto, por se tratar de públicos já que são distintos:

Os canteiros, de Santa Luz, dando prosseguimento à luta pelos direitos previdenciários, iniciada em anos anteriores, conseguiram, em 2004, ter acesso à proposta de Projeto de Lei, que está sendo elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal, e fizeram sugestões e adequações dentro daquilo que a categoria acha necessário.

O Grêmio Estudantil, do Colégio CENUS, de Santa Luz, depois de diversas reuniões, oficinas e seminários, elaborou o planejamento estratégico e conseguiu apresentar e discutir com os três candidatos a prefeito do município e garantiu que os três assinassem um termo que, se eleitos, iriam se esforçar para realizar tal demanda.

Em Antônio Cardoso foi apoiado o trabalho da sociedade civil no sentido de sua intervenção no CMDR e no Conselho Municipal do desenvolvimento local, voltada para a concretização do programa de melhoria da disponibilidade de água para as famílias carentes, especificamente através do P1MC, bem como na intervenção da elaboração do orçamento municipal. Além da parceria com o MOC para a implementação do P1MC o grupo vem conseguindo ampliar a construção de cisternas.

No final de 2004, o grupo conseguiu realizar uma audiência pública com a prefeita eleita e as entidades da sociedade civil, os conselhos, com destaque para o CMDR que buscou fazer um debate em torno de acordo de convivência ética entre o poder público e as entidades locais e apresentou um conjunto demanda do grupo. A prefeita se comprometeu em abrir os canais de diálogo para negociar as demandas.

O Pólo Jacuípe conseguiu mobilizar os STR´s filiados para a negociação com o INSS, no sentido da democratização do atendimento dos beneficiários nos municípios, bem como com os Bancos do Nordeste e do Brasil na direção da facilitação da liberação das linhas de crédito do PRONAF. É destaque também a mobilização do Pólo junto à comissão estadual responsável pela implantação e implementação dos territórios na Bahia, busca de fazer andar o Conselho do Território do Jacuípe.

O CEAIC deu um salto fundamental na consolidação da intervenção das políticas públicas quando apresentou e discutiu, com o prefeito eleito de Santa Luz e de outros municípios que acompanha, documento contendo proposta para a geração de renda, infra-estrutura, eletrificação, recursos hídricos, estradas vicinais, para os municípios, prédios escolares etc. A elaboração do documento se deu após várias reuniões e oficinas com as associações e no ato de entrega e discussão do documento com o prefeito e seu secretariado as associações e entidades parceiras também se fizeram presentes.

# b) Situações em relação a outras instâncias

# Situação Final 3:

Comissão de Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) de Santa Luz com Plano de Desenvolvimento (PDLS) definido, implementado e monitorado

#### **QUADRO 18**

ATINEADES	PREVISIAS	REALIZADAS	MEDIODE PARTICIPANTES
Reunião/oficina para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentivel de Str. Lux.	05	05	35
Visitos de assessoria à comissalo do DLS	15	12	Variavel
Seminário municipal de socialização do PDLS	Ot	Ot.	60



O plano de desenvolvimento sustentável de Santa Luz foi concluído, apresentado e debatido com a comissão municipal e com outras instituições e entidades do município e ainda apresentado aos candidatos ao executivo e legislativo nas eleições municipais 2004, sendo que a comissão deverá procurar o prefeito eleito para melhor apresentar e discutir os encaminhamentos apontados pelo referido plano.

# c) Situações de formação de pessoas e entidades

# Situação Final 4:

Dirigentes de entidades e lideranças de movimentos populares capacitados para o fortalecimento institucional e para interferir nas políticas públicas (a nível local e regional)

#### **QUADRO 19**

ATMOADES	PREVISIAS	REALIZADAS	MIMERO MEDIODE PARTICIPANTES
Curse de formação para novas Ederanças na perspectiva de gêneso	TB.	08	25
Curso de formação de novos lideranças — Etapa I	18	(3	33
Curso de formação de sovas lideranças — Elapo II	08	Œ	35
Curso de formação para a Gestão Social - Associativemo	(3)	08	4
Quisse de formação de novas lideranços — Juventude e participa- ção social	08	08	65

A nossa concepção sobre a formação de lideranças e dirigentes de organizações da sociedade civil é definida por três aspectos básicos:

- (I) O CONTEÚDO é definido em função da demanda territorial, levando em consideração o ambiente, os atores, suas relações, seus destinos, desejos e expectativas;
- (II) A METODOLOGIA preza pela Pedagogia Freireana que respeita e valoriza os conhecimentos do público envolvido nas mais diversas posições da cadeia formativa. Há ainda uma caminhada pedagógica que prioriza a aplicação dos conhecimentos adquiridos e construídos em cada módulo, no retorno do capacitando para a sua entidade, para a sua comunidade, para o seu espaço e relações, para a partilha, com seus pares, daquilo que foi estudado e discutido.
- (III) O PÚBLICO PRIORITÁRIO é definido pelas entidades, dentro de perfis postos por estas. Este público é estratégico no sentido do fortalecimento das entidades locais para o zelo do patrimônio público, ambiental, cultural

(...) e principalmente para a interferência nas políticas públicas é indispensável para a construção do processo de desenvolvimento territorial sustentável;

Podemos destacar que os resultados superam, em muito, os desafios postos, uma vez que os mesmos são provocados e têm acontecido na direção de superar e resolver de forma definitiva os próprios desafios.

# 2.5. SUB-PROGRAMA CRÉDITO FUNDIÁRIO

#### 2.5.1. Introdução

A terra é um elemento indispensável para toda humanidade. Há Município em que 80% de toda a renda gerada vem do agro (agricultura, pecuária, extração vegetal) — ou seja, da terra. Para as familias que moram na zona rural, a terra é ainda mais indispensável porque é dela que retiram o seu sustento.

Apesar disso, milhares de famílias não dispõem de um pedaço de terra para trabalhar e produzir. Cerca de 20% a 30% das famílias que habitam a zona rural na *Região do Sisal*, não possuem terra ou possuem pequenas áreas, insuficientes para produzir o seu próprio sustento. Do outro lado, observamos grandes extensões de terras nas mãos dos grandes proprietários, grande parte delas sem nada produzir.

Sabendo da importância da terra para a vida das pessoas, os movimentos sociais e outros setores progressistas da sociedade lutam, há muitos anos, por uma reforma agrária que possa disponibilizar terra para as famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. O governo, também, sabe da sua importância (a agricultura famíliar contribui com 10% para a formação da riqueza nacional), mas não consegue, por razoes que não nos cabe aqui analisar, atender a essa necessidade.

Dentro deste contexto, em diálogo com organizações da sociedade civil, mesmo se sabendo de outras contrárias, criou-se alguns programas complementares de acesso à terra. Um deles é o **Programa Nacional de Grédito Fundiário**, atendendo a uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais, especialmente o III Congresso da CONTAG. Este programa mantém duas grandes linhas: a) o SAT (Segmento de Acesso à Terra) que oferece recursos, a título de empréstimo, para a compra da terra. O programa não atende as pessoas individualmente, tem que ser em grupo, de forma organizada. Os participantes têm 14 anos para devolver os recursos, com juros, de aproximadamente, 3% ao ano. b) o SIC (Segmento de Investimentos Comunitários), disponibiliza recursos não reembolsáveis para moradia e investimentos produtivos.

Entendendo ser este um programa de política pública que precisa ser divulgado entre os trabalhadores e trabalhadoras, como repasse de informações para subsidiar debates e decisões das pessoas e movimentos, o MOC passou a contribuir com a implementação do PNCF em dois níveis: a) com o repasse de informações sobre o programa, seus componentes, seus pressupostos, seus riscos etc. e b) desenvolvendo um processo de capacitação com os grupos que se formam com vistas à participação no programa, contribuindo no sentido de desenvolver as capacidades, habilidades e potencialidades individuais e grupais, condição para a sustentabilidade do programa.

#### 2.5.2. Atividades Desenvolvidas em 2004

# 2.5.2.1. Seminários Municipais

Seminários Municipais de Informes e Debate com entidades Sindicais e Comunitárias - 08: Municípios de Tucano, Itaberaba, Alagoinhas, São Domingos, Santa Bárbara, Serrinha, Antonio Cardoso e Santo Estevão;

# 2.5.2.2. Seminários Regionais

#### a) PNCF:

Foram realizados 04 (quatro) seminários regionais, com a participação de representantes dos grupos já formados e de organizações comunitárias e sindicais da região.

# b) Nossa Primeira Terra

Dois seminários regionais sobre o programa "Nossa Primeira Terra" foram realizados com o objetivo de discutir, com a juventude rural, os pressupostos básicos e a funcionalidade do programa.

# 2.5.2.3. Capacitação Processual

Os treinamentos de capacitação obedecem a uma metodologia que assegure a participação ativa dos candidatos ao PNCF, assegurando-lhes, por um lado, os conhecimentos básicos sobre o programa e, por outro, permitindolhes desenvolver suas capacidades e habilidades pessoais e grupais que garantam a sustentabilidade funcional dos assentamentos.

Após a fase preparatória, com reuniões preliminares, geralmente promovidas por organizações locais da sociedade civil (Sindicatos, Associações, Pastorais Sociais etc.), define-se um *grupo de interesse* e agenda-se o processo de capacitação que se concretiza através de 8 (oito) módulos de 8 (oito) horas que ajudam os grupos em seu processo de decisão e organização.

#### 2.5.2.4. Capacitação em Gestão de Associação

A execução do PNCF inclui a constituição de uma entidade comunitária (via de regra uma Associação Civil) que assume a responsabilidade jurídica da compra da terra e da gestão do assentamento. Realizou-se um processo de capacitação em "Gestão de Associações" com representantes dos grupos cuja terra já tinha sido vistoriada e aprovada com o objetivo de prepará-los para um processo de gestão adequado, transparente e participativo. O curso se realizou em 4 (quatro) módulos mensais de 16 horas/aulas em cada.

# 2.5.2.5. Constituição dos Grupos

#### QUADRO 20

Numero de	Situação dos Grupos			Projetos		12'00
Municipios	MF de Grupen. Formados	turnition	Thouses	Apmodus	Contribution	familias atsertacias
17	34	1026	22	08	05:0	83*

#### 2.5.2.6. Desafios

As dificuldades e fragilidades podem ser agrupadas em três níveis: o nível dos grupos, outro interno, da equipe do MOC, e outro externo:

Em relação aos grupos, a situação de abandono e de exclusão social é tamanha que as pessoas expressam claramente o alto grau de degradação humana, manifesta através da subserviência e relação de subalternidade que estabelecem com os técnicos. É assim que ingressam no processo de capacitação: sem esperança e sem acreditar no Programa, outorgam aos técnicos todo o poder de conduzir o processo; aos poucos, o sonho de ter um pedaço de terra próprio para produzir e sobreviver com a família vai traduzindo-se num direito e começam a assumir o papel de sujeitos e de atores do processo. Essa mudança de comportamento e de postura é perceptível entre a maioria dos membros dos grupos.

Ao nível interno, reconhece-se que a "equipe de capacitação" somente veio apropriar-se dos conhecimentos necessários à implementação do programa em meados do segundo semestre, com os treinamentos de capacitação sobre questões jurídico-documentais; há, também, deficiências metodológicas que somente serão corrigidas a médio prazo.

Ao nível externo: foram muitas as dificuldades nas relações com o governo do Estado que se utiliza de metodologia diferenciada e não possui a necessária estrutura de recursos físicos e humanos para agilizar as ações do programa.

Segundo a Unidade Técnica Nacional, os dois province ja commitados foram os primeiros, em o todo país, encamerizados por uma CNO;

inclui 27 familias que perticiparam de todo processo de capacitação e ocuparam lotes de tema disponíveis no PNCF e no PNRA em Morpania Botizarra.

Essas dificuldades podem ser enumeradas em dois tipos: a ausência de um sistema de informações sobre a tramitação das propostas apresentadas e a morosidade na operacionalização do programa (adoção dos procedimentos básicos como vistoria das terras, negociação das áreas etc.). Foram muitas as reuniões de pressão, de ameaças de ocupação dos órgãos do governo pelos trabalhadores etc. Somente no final do ano, alguns procedimentos elementares foram concluídos e permitiram a efetivação de dois contratos de compra de terra.

No conjunto, entretanto, a avaliação que o MOC faz do trabalho é muito positiva, seja pelos resultados já obtidos, como pelos passos que foram dados no sentido de *empoderar* os grupos, o que, certamente, gerará novos resultados no futuro.

Arelação do agricultor familiar com a terra ultrapassa os limites da racionalidade. A terra não é apenas um meio de produção na cultura camponesa. É algo mais. Por isso que o agricultor estabelece toda uma relação de afetividade com a terra que é fonte de sustentação dele e dos familiares, mas também um vetor mínimo de segurança para o futuro: a terra é como a mãe da gente; a gente munca sai da casa da mãe da gente com a mão abanando. A gente toma um cafezinho, come um bolo, sempre leva alguma coisa. Assim é a terra. Tem sempre alguma coisa a nos oferecer, depõe um integrante de um grupo de Conceição do Coité. Talvez, por isso que os dois grupos que tiveram o contrato da compra da terra efetivado, quando souberam da notícia, comemoraram com foguetes. Nós gastamos o dinheiro da feira todo, em foguete e telefonando pra todo mundo, pra dar a notícia; foi o Natal mais importante de nossa vida.

# 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2004 foi, para o Programa de Políticas Públicas, um ano marcado pela consolidação da missão do MOC. Esta consolidação pode ser traduzida por três fatos significativos:

 A percepção da necessidade e da tendência da universalização das políticas públicas, anunciadas a partir das entidades da sociedade civil e de segmentos do poder público da região. Esta tendência à universalização dos serviços vem sendo construída de forma participativa (sociedade civil e poder público) e com controle social;

II) Percepção da importância da participação das entidades da sociedade no controle das políticas públicas, de forma integrada, qualificada e sistematizada. E esta sistematização é traduzida através da definição do projeto político e planejamento estratégico. Um fato importante é que esta percepção é tida primeiramente pela própria sociedade civil, o que traz uma significância para a motivação da ação das lideranças e dirigentes das entidades de base e parceiras; III) Não só os desejos, mas principalmente os resultados e impactos destes, acontecidos em 2004, mostram a importância e a necessidade do processo formativo de dirigentes e lideranças, na direção da gestão de entidades e do controle das políticas públicas.

Não obstante, para que isto aconteça e se consolide é necessário:

- Uma sociedade civil com identidade construída ou em processo de construção, mas com clareza mínima de seu projeto político e de suas ações estratégicas;
- Sociedade que seja capaz de identificar o que quer, e principalmente, suas propostas em termos de ação casadas com suas propostas estratégicas, a curto, médio e longo prazo, vendo, na mesma proporção, a viabilidade concreta das ações que propõe;
- Uma sociedade que busque, de modo estratégico, sistematizado (organizado), ocupar os espaços de elaboração e monitoramento de políticas públicas. Para isso, a sociedade civil deverá ser capaz de se articular internamente e com os diversos parceiros;
- Um poder público que esteja aberto, ou por uma opção política ou por pressão, para o processo de construção comum de políticas públicas.

Concretamente, a definição do projeto político das entidades dá o norte para onde caminhar e identifica onde as mesmas querem (precisam) chegar, enquanto a definição e monitoramento do planejamento estratégico sistematizam o conjunto de ações para que se possa atingir o norte desejado. O planejamento sistematiza o conjunto de ações. Sem se definir essas questões, fica difícil/impossível o controle das políticas públicas e fazer a gestão de entidade de forma racional.

Temos encontrado, no entanto, alguns desafios na montagem dos projetos políticos e planejamentos estratégicos das entidades.

O primeiro é a cultura do não planejamento, estabelecida na região; o segundo é a pouca leitura do grupo, já que poderíamos enriquecer o planejamento e o monitoramento com alguns textos ou outros recursos pedagógicos; o terceiro é o tempo disponibilizado pelos dirigentes e lideranças para monitorar as ações planejadas; e o quarto é que apenas o MOC tem desenvolvido e assessorado este trabalho na região. Porém, outro grande desafio é a realização do planejamento das entidades, articulado a nível municipal e territorial / regional.

A nossa principal estratégia de intervenção aponta para um processo educativo. Para nós do Programa de Políticas Públicas e para todo o MOC, o controle de POLPUB só acontece de forma sustentável se ocorrer um percurso pedagógico. Sem se promover a autonomia dos grupos envolvidos, inclusive de



segmentos do poder público, não há POLPUB, com resultados efetivos e duradouros. Esse quadro fortalece a nossa ação formativa que trouxe diversos resultados: a partir da ação dos conselhos; do valoroso e estratégico trabalho dos agentes de família, para além do PETI; da construção de uma identidade cidadã da juventude, seja marcada na ação individual de cada jovem ou nos seus coletivos; seja na intervenção suada, paciente, pedagógica de cada entidade, de cada movimento, (...). Mas essa ação formadora dos grupos parceiros estratégicos, para controle das POLPUB traz consigo desafios. Debulhemos alguns:

- É urgente a (re) definição de uma estratégia efetiva de monitoramento e avaliação do processo e a sintonia do conteúdo da formação com os processos do desenvolvimento territorial sustentável. Os envolvidos em todos os trabalhos do Programa de POLPUB (seja conselheiros, jovens, dirigentes de entidades e lideranças) precisam de acompanhamento, passo a passo, antes e no retorno das ações, durante as leituras e práticas na sua realidade. O nosso destaque é a referência que temos dado ao monitoramento no trabalho com os jovens, no projeto jovens e comunicação social, bem como na ação dos conselheiros e ato do planejamento e monitoramento do planejamento estratégico;
- Os resultados dos planejamentos estratégicos das entidades, do plano estadual do PETI, demonstram a necessidade de se ter instrumentos concretos de proposição e controle de POLPUB;
- Aintervenção do MOC é profundamente marcada por um processo de formação e este deve se orientar nos diagnósticos das realidades dos grupos, das entidades, da realidade local e territorial, tal qual o trabalho com os conselhos e ou o marco zero feito pelas e com as entidades.

Da mesma forma que a demanda por formação de lideranças e dirigentes de entidades da sociedade civil estabelece suas condições de superação de desafios, o DISOP, o MOC, a UEFS, a FATRES, Pólo Jacuípe, MMTR, ABRACO, o CEAIC, os Conselhos de Desenvolvimento Territorial (...) respondem e criam novas demandas nesta mesma direção, entendendo que não há desenvolvimento sem formação, nem formação que não deságüe em desenvolvimento. Fora desses parâmetros é *formar para nada*, ou, até mesmo, se construir condições contrárias aos processos de desenvolvimento sustentável. Dessa clareza, nós não abrimos mãos. Queremos sim, juntar as energias no sentido de uma formação consolidada em aspectos éticos, de valorização da realidade e acima de tudo que fortaleça o desenvolvimento territorial sustentável.

Nessa estrada do controle de POLPUB, confessamos e fazemos nosso depoimento de vivência, afirmando que é preciso sempre inventar e reinventar. E, nesse sentido, as palavras-chaves são formação, autonomia, sustentabilidade e cidadania.





# Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar



# 1. INTRODUÇÃO

Seguindo a orientação institucional de buscar um efetivo protagonismo das famílias rurais envolvidas, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar procurou consolidar, no ano de 2004, os seus quatro eixos de atuação, tomando-os operacionalmente como Sub-Programas. Assim, a assistência técnica, o crédito, os recursos hídricos e o beneficiamento/comercialização da produção, foram temas presentes do desenvolvimento das ações, guardando estreitos vínculos à criação de oportunidades para que processos autônomos e sustentáveis ganhassem força.

As 11 Cooperativas de Crédito com seus 35 Postos de Atendimento e a ASCOOB (Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar), a ARCO-SERTÃO (Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia) com suas 21 Cooperativas de produção, agro-industrialização e artesanato, a REPARTE (Rede de Entidades de Assistência Técnica Parceiros da Terra) com suas 11 Associações e ONGs filiadas e os CGMs/P1MC (Comitês Gestores Municipais do Programa 1 Milhão de Cisternas), demonstram, pelo fortalecimento organizacional alcançado ou mesmo nascimento neste ano — caso da REPARTE — que as atividades levadas a efeito pelo MOC, contiveram o compromisso de sempre fazer junto, sem substituir nem subestimar, mas estimular e valorizar o envolvimento dos beneficiários para que se tenha garantido, não apenas a eficiência e a eficácia do que se faz, mas a durabilidade, a co-responsabilidade e a reaplicabilidade dos feitos que asseguram incrementos crescentes de inclusão social.

# 2. AS AÇÕES DOS SUB-PROGRAMAS

# 2.1. O SUB-PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A ação acumulada do MOC nesta área específica alcançou em 2004, 6.135 familias rurais. Pôde-se, neste período, implantar e validar metodologias de atendimento às populações de baixa renda, tais como o planejamento das propriedades através dos "desenhos", a assistência técnica grupal com a realização de atividades, sempre de forma coletiva e o controle social. Esta última, vale realçar, procurou trazer as famílias e suas organizações para a gestão compartilhada das ações nas fases de planejamento, execução e avaliação do Sub-Programa.

Contudo, a dimensão alcançada trouxe particularmente em 2004, a necessidade de se refletir mais a fundo, como o Sub-Programa poderia continuar atuando a partir de uma Instituição como o MOC. O desafio posto para a análise foi o de como manter uma equipe técnica tão grande em uma única Instituição Não Governamental que depende, via de regra, de recursos negociados a cada ano — caso dos projetos governamentais que representam mais de 80% dos custos totais — sem segurança de renovação. Mais profundamente se sitrua a questão da execução de políticas em ONGs.

Para caracterizar melhor a questão, o MOC chegou a ter vários técnicos no início do ano e atendimento a vários municípios.. Em abril, o principal projeto governamental de sustentação dos serviços de assistência técnica findou-se e sua renovação só ocorreu no final de dezembro. Com isto, a equipe teve de ser reduzida.



# 2.1.1. Ações estratégicas e atividades realizadas

A partir da necessidade de se fazer co-existir programas sustentáveis de assistência técnica na região, optou-se, de um lado, pela qualificação dos técnicos e dirigentes das entidades prestadoras deste tipo de serviços (aquelas com alguma experiência e as novas com aptidão e potencialidade), estimulando a formação de uma rede regional e, de outro lado, pelo apoio a processos desenvolvidos localmente, seja ampliando a capacidade operacional das instituições ou buscando parcerias para a execução dos projetos sob a responsabilidade direta do MOC. Buscou-se por último, a partir da reflexão de se manter uma equipe técnica menor ao tempo que se amplia o número de beneficiários, conceber uma nova metodologia de assistência técnica com a inclusão de multiplicadores comunitários, papel a ser exercido por jovens rurais.

# Situação Final 1:

Dirigentes e técnicos das instituições locais qualificados e organizados em uma Rede Regional para desenvolver atividades de assistência técnica a partir das metodologias desenvolvidas pelo MOC.

# QUADRO 01

RESULTADOS.	PLANEJNOAS	REALIZADAS
Organizações locais com condições técnicas e operacionais persenecular projetos de assistência técnica com metodologias participativas para os Agricultores Familiares.	15	11
Rede Regional de Acquitánico Técnico formado,	00	CC.

# QUADRO 02

ATMONDES	PLANEJADAS	REALIZADAS
Seminario regional sobre metodo logais de ATER	æ	OL.
Choma de abordagem para aplicação do rearco "O"	a	01
Encontro com organizações prestadoras de ATER	- 04	(3)
Assembleig para formação da REDE de ATER	(1)	Ot:
Dia de estudo cobre o método de planejamento da propriedade a partir de "desenhos."	Ot	0.4

# Atividades realizadas pelos grupos

O lançamento do Programa Nacional de Assistência Técnica por parte da Secretaria Nacional da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no final de 2003, antecipou a formalização da Rede Regional de ATER, prevista apenas para o ano de 2005. Isto ocorreu porque nos critérios anunciados para a seleção de projetos a serem financiados, constava a priorização dada aos projetos de Redes Locais de ATER. Desta forma, 11 das 18 entidades se sentiram já preparadas para integrar uma REDE e criaram oficialmente a REPARTE (Rede das Entidades Prestadoras de Serviços de Assistência Técnica Parceiros da Terra) no mês de novembro.

# Situação final 02:

Projetos locais de Assistência Técnica que dinamizam a renda e a qualidade de vida dos Agricultores Familiares executados em parceria com as organizações locais.

#### QUADRO 03

FESIA VALOS	PEANEJAGAS	REALDADAS
Familias natus dos Municípios de Pe de Serra, Barrocas, Quintingue, Nordestino e Queimadas com modu ampliada e almentação melhorada a pertir do Projeto Cabro Escola decempoládo em parceria com os Sindicatos e Associações.	125	141
Familias rusis do Município de Baroces com acesso a agua potável, ao crédito runis para atividades produtivos e a escola, em tempo ampliado, para os tithos, a partir de um projeto desenvolvido em procesa com a APAEB Seminto.	35	40

# QUADRO 04

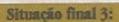
ATINDADES	FLANEUADAS	PEALIZADAS
Encontro de planej aval lação do Projeto Cabra Escola	01	01
Curso de gerenciamento e tratamento de água	OV.	(B
Curso de segurança altmentar e nutricional	10	10
Dig de estudo de plane amento da propriedade	12	1
Curso de manejo dos cristórios	2	2
Ferade Caprinos e Dinios	01	(0)
Curso de tecnicas de impação simplificada	Ot .	Ot .
Seminano sobre direitos das crianças e adolescentes	0	0
Oredito produtivo e de construção de cistemas (familias)	160	181
Distribuição de litros de água	35	25

Os dois eventos não realizados em 2004 foram programados para ocorrer no inicio de 2005. A Feira de caprinos e ovinos não foi realizada em função da pouca disponibilidade de forragens nas propriedades, em decorrência da seca, e o Seminário sobre direitos das crianças e adolescentes por dificuldade de agenda dos palestrantes no final do ano.

# Atividades realizadas pelos grupos

Na essência, os projetos são executados de forma descentralizada e cabe às organizações locais a sua execução de campo. Os técnicos dos projetos ficaram lotados nas organizações parceiras que assumiram a tarefa de os acompanhar nas atividades de assistência técnica, reuniões e eventos nas comunidades.

O conjunto das entidades envolvidas com os técnicos e a equipe de supervisão e coordenação do MOC reuniram-se mensalmente para monitorar e fazer o detalhamento operacional dos projetos.



Nova metodologia de ATER que amplie o número de agricultores familiares atendidos com diminuição da equipe técnica e dos custos concebidos.

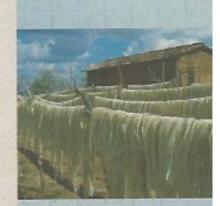
#### **QUADRO 05**

RESULVIOR	FLANELADAS	SEALIZADAS
Projeto de ATER do MOS reformulado a porte da inserção dos jovens como multipli- cadores notas.	a	a

# **QUADRO 06**

ATIVEIADES	PLANEDONS	PERLIZAÇÃO
Reunillo do Crupo de Todalho pera efectualar projeto	1.05	04
Observe de appresentação e ajustas, do projeto de ATER com emidades parcelhas.	12	10
Jornada de negociação do Projeto com financiadores	12	08
Intercâmbio com Projetos de ATER prems no CE e SC	IZ.	ID

As oficinas de apresentação de ajustes do projeto de ATER foram reprogramadas para o início de 2005, na medida em que não existiam recursos para realizar estas atividades de forma qualificada no orçamento de 2004 e que elas foram alocadas nos projetos aprovados em dezembro para execução a partir de janeiro. Também, por falta de recursos, os intercâmbios com Instituições que já desenvolvem projetos de ATER com Jovens nos Estados do Ceará e Santa Catarina não foram realizados. Entretanto, contatos via correio eletrônico foram mantidos e materiais destas experiências foram disponibilizados para subsidiar o trabalho de formulação do MOC. As jornadas com os financiadores foram, de outro lado, significativamente ampliadas, dada a necessidade de promover ajustes nos orçamentos e explicitação da metodologia.



# 2.1.2. O Sub-Programa de Assistência Técnica no âmbito das Políticas Públicas

A criação da REPARTE (Rede das Entidades Prestadoras de Serviços de Assistência Técnica Parceiros da Terra) e a "montagem" de uma nova metodologia de ATER a partir dos jovens rurais atuando como multiplicadores vinculados às entidades locais, ocorridas em 2004, evidencia concepções que tendem a influenciar significativamente nas políticas públicas. Entre estas, pode-se destacar duas como de maior monta:

- a ATER pública pode e deve ser desenvolvida por órgãos governamentais ou não governamentais, desde que haja efetivo compromisso político com os beneficiários e capacidade técnico-operacional;
- novas metodologias de ATER precisam ser criadas e experimentadas, principalmente aquelas que diminuem os custos dos serviços sem perder qualidade e que, conseqüentemente, ampliam o número de beneficiários.

A primeira procura reconhecer o estágio atual de sucateamento das empresas oficiais prestadoras de serviços de ATER com suas baixas capacidades de reação no curto e médio prazo a estímulos dos variados matizes e a segunda busca compreender, de um lado, o baixo grau de cobertura da ATER aos agricultores familiares na Região Nordeste que, segundo dados do IBASE/MTE/FAT (2001) alcança apenas 2,7% do total e, do outro lado, a defasagem tecnológica dos agricultores em que informações simples prestadas (não necessariamente por técnicos) podem contribuir positivamente nos sistemas produtivos.

Fazendo esta leitura da realidade, o Sub-Programa de Assistência Técnica vem aprimorando e consolidando suas estratégias para que ações públicas sejam desenvolvidas em beneficio da população, com recorte, neste caso específico, para os agricultores familiares, quais sejam:

- Executar projetos de assistência técnica em parceria com as organizações locais;
- Estimular o surgimento e o fortalecimento de instituições prestadoras de serviços de ATER, bem como a organização destas em REDES;
- Desenvolver e disseminar metodologias que busquem o protagonismo dos beneficiários e a sustentabilidade dos projetos;
- Oferecer os procedimentos metodológicos experimentados e validados para as instituições governamentais e não governamentais que executam projetos de ATER.

Cabe reconhecer, entretanto, que o Sub-Programa está ainda "espalhado" na sua intenção de incluir o maior número possível de agricultores familiares como beneficiários da assistência técnica rural. Isto se revela mais intensamente, no pouco e vago domínio das ações e seus resultados, por parte dos dirigentes das organizações que exercem influência política de propagação, sobretudo no cenário regional. Há situações, inclusive, que a organização social é parceira do MOC na execução de um projeto de ATER, mas a postura dos dirigentes tem sido apenas de operacionalizar a ação, sem refleti-la internamente e levá-la a outros fóruns para propagação. Este será o desafio para os próximos anos. De forma mais concreta para a Região Sisaleira, onde o MOC concentra suas ações, espera-se que o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, a ser concluído em 2005, possa incorporar o acúmulo metodológico do MOC.

#### 2.2. SUB-PROGRAMA DE CRÉDITO RURAL

Seguindo a mesma intencionalidade de gerar processos sustentáveis, o Sub-Programa de Crédito Rural concentrou suas ações junto à ASCOOB (Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar) com suas 11 cooperativas de crédito rural filiadas e ao COGEFUR (Conselho Gestor do Fundo Rotativo). Nos dois casos, o propósito foi o mesmo: disponibilizar recursos de crédito rural para os agricultores familiares. Como diretriz, o acesso a financiamentos para familias de baixa renda, jovens e mulheres, agendou em 2004, algumas novas atividades. Contudo, foi ainda nos procedimentos de apoio à gestão que viabilizam as instituições e possibilitam a captação de recursos, que se dispensou maior atenção.

# 2.2.1. Ações estratégicas e atividades realizadas

O COGEFURagremia atualmente 22 Organizações, entre Cooperativas de Crédito, Cooperativas de Produção e Associações de abrangência ao menos municipal. O volume de recursos em carteira alcançou em 2004 quase R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) com os ingressos dos Projetos Prosperar I e II no período 2002/2004, do qual boa parte dos reembolsos ocorrerão a partir de 2005. Este fato gerou a necessidade de se ter maior profissionalização nos controles e maior dedicação dos diretores para normatizar os procedimentos de análise e contratação das operações de crédito. Na outra dimensão do Sub-Programa, as negociações da ASCOOB para alavancar os recursos do Pronaf, realizadas em Brasília, com o apoio da ANCOSOL (Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Agricultura Familiar e Economia Solidária), aliada ao aprimoramento das rotinas administrativas, desencadeou uma série de atividades de assessoria e formação aos quadros diretivos e funcionais das Cooperativas de Crédito.

#### Situação Final 01:

Dirigentes das cooperativas de crédito filiadas à Ascoob adotando melbores práticas de gestão nas suas organizações.

#### QUADRO 07

F91906	PLANEJADAS	REALMANAS
Cooperativos de Ciriótic com Planejamento Extralegico delinido.	TI TI	CE
Combis de Crédito das Cooperativas funcionando.	- 11	1)
Cooperativas cum resultado anual superavitado (sobras para distribuição aos cooperados)	OS:	04

A efetivação do planejamento estratégico das cooperativas de crédito ficou muito aquém do previsto. O processo foi iniciado apenas nas Cooperativas de Valente, Santa Luz e Pintadas e foram necessários mais dois eventos em cada uma delas, além de uma oficina regional envolvendo as três. A opção por uma metodologia participativa que previa o pleno conhecimento dos produtos financeiros, por parte dos dirigentes e funcionários e o levantamento das expectativas dos cooperados, gerou como conseqüência o atraso cronológico na implantação e desenvolvimento da atividade.

# QUADRO 08

PESILIADOS	PLANEJADAN	REALVADAS
Interclimbio entre as Cooperativas para aprimorar gestão	OI	ot
Curso de miciação em cooperativismo para novos Conseiheros e Funcionidos	a	O.
Estágio para funcionarios e dirigentes	a	a
Encostro semestral de planegamento e avalisção do ASCOCIS	a	Œ
Encontre cure dirigentes das cooperativas	a	00
Ościna de monitoramento dos resultados financeiros	02	D.
Curuo para Conselheiros de Administração e Fisical	m	_m
Oficina de elaboração do Planejamento estrabligaco	- 11	OS.
Reunigo com os dirigentes das cooperativas	16	19

# Atividades realizadas pelos Grupos

Um leque amplo de atividades foi desenvolvido pela ASCOOB e suas filiadas a partir do apoio do MOC. Entre estas, vale mencionar os 120 cursos para os cooperados nas comunidades rurais que qualificou quase 4.000 pessoas, nos 35 municípios de atuação das cooperativas, tendo o MOC assumido o papel de formatar o conteúdo dos eventos de 16 horas e de preparar o grupo de

técnicos/dirigentes que atuaram como instrutores, além de assessorar a elaboração e a negociação do projeto que captou os recursos para a atividade junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. A realização destes eventos permitiu maior aproximação dos cooperados com a gestão da cooperativa na medida em que foram evidenciadas e discutidas diversas propostas de ajustes nos produtos financeiros disponibilizados, procedimentos para o atendimento mais qualificado e participação local/comunitária na análise dos créditos a serem concedidos, fato que tem rebatimento direto na redução da inadimplência.

Outras atividades também realizadas pela ASCOOB que podem ser destacadas foram:

- 11 Conferências Municipais sobre Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Rural Sustentável;
- 02 Cursos de Análise de Balanço para dirigentes e;
- 01 Encontro Regional de Integração das Cooperativas filiadas a ASCOOB (III JICAS).

#### Situação Final 02:

Recursos do crédito rural repassados através das cooperativas ampliados.

# QUADRO 09

RELING	PLANEUADAS	REALIZADAS
Operações de crédito de longo prazo para os agricultores tamillares aumentadas	4500	3,600
Mater de certeira de crédito das cooperativos incrementada	12,000,000,00	9.489,000,00

# **QUADRO 10**

ATREACES	PLANEJADAS -	REALIZADAS
Encontro com encorregados de crédito rural das cooperativas	α	0
Oficina de planejamento nom dirigentes para negociação de crédito ruisi	æ	Œ
Reunito sobre aspectos operacionals do Pronaf e Prospena:	OT .	- 0
Officina de negociações com os Banoos e a SAF,MDA	œ	01
Curso de utilização do Software do Banco do Nordeste para elaboração e análise de projetos	00	Œ
Objetos de utilização dos Softwares do Basco do Brasil para obtenção de recumos do Pronal	00	Off

Enquanto não foi possível realizar as duas atividades programadas com os encarregados de crédito rural das cooperativas, duas novas atividades aconteceram que, do ponto de vista do objetivo a alcançar, substituíram as não





realizadas dentro de uma necessidade mais efetiva que foram o Curso de utilização do Software do BNB para elaboração e análise de projetos, ministrado pelos técnicos do próprio Banco e a Oficina de utilização dos Softwares do Banco do Brasil para obtenção de recursos do Pronaf. Com estas duas atividades, as cooperativas ficaram aptas a operar com a captação de recursos destes Bancos para disponibilização aos agricultores.

#### Atividades realizadas pelos Grupos

Para a consecução do resultado planejado, o MOC atuou como estimulador, tanto favorecendo a criação das condições operacionais internas das cooperativas para captar e aplicar os recursos, quanto instrumentalizando os dirigentes da ASCOOB para os entendimentos junto às instituições financeiras Porém, a tarefa de propor, negociar e organizar o processo coube às organizações. Para que isto ocorresse, uma série de atividades foram efetivadas, tais como as reuniões com as cooperativas, as visitas aos agentes financeiros nas instâncias locais, regionais e estadual, o treinamento da equipe interna após as oficinas e cursos ministrados pelos técnicos dos bancos e os encontros com os agricultores potencialmente beneficiários nas comunidades rurais.

#### Situação Final 03:

COGEFUR gerido de forma participativa, eficiente e transparente.

# QUADRO 11

RESULTADOS	PLANEADAS	REALBADAS
Sistema informatiçado de controle dos contratos com as Organizações executoras em- plentado e fundionando	m	CT
Vacdimpiéncia dos contistos reduzida jatraso até 60 dias)	6%	85%

# QUADRO 12

ATHERADES	PLANE, ADAS	HEAL LYADIAS
Assemblika do COCEPLE	(3)	12
Visita de assessoria aos dirigentes e funcionestos	10	05
Oficina de implantação do Sistema Informaticado	02	m

O Sistema Informatizado de controle das operações de crédito do COGE-FUR não foi finalizado em 2004. Atualmente, os quase 600 contratos com as Cooperativas de Crédito e as APAEBs - que são as aplicadoras dos recursos junto aos quase 4.000 agricultores e agricultoras - são controlados em planilhas eletrônicas a partir de um banco de dados. Restam ainda três módulos que estão em fase de teste (Geração de Relatórios e Fichas Gráficas, Contabilidade e Interface com a Internet). Por este motivo as oficinas de implantação não foram realizadas.

# Atividades realizadas pelos Grupos

Entre as atividades realizadas pelo COGEFUR estão as reuniões do Comitê de Crédito, as visitas de supervisão nas cooperativas e os encontros de ajuste das normas.

# 2.2.2. O Sub-Programa de Crédito no âmbito das políticas públicas

O efeito da decisão estratégica do MOC e das organizações da região tomada há 6 anos atrás começou a surtir efeitos mais significativos a partir de 2004. Os antigos Fundos Rotativos transformados em um fundo único administrado pelo COGEFUR e operado pelas Cooperativas de Crédito dão sinais de diminuição acentuada da inadimplência e aumento do Funding (diversificação dos agentes que aportam recursos de programas de financiamento para aplicação junto aos agricultores).

Os Fundos Rotativos somados chegavam a pouco mais de R\$ 1,5 milhões e beneficiaram menos de 2.000 famílias. As Cooperativas de Crédito, juntas, possuem 25.000 cooperados, dos quais 4.000 já tomaram, ao menos, um financiamento de longo prazo, e estimadamente, outros 6.800 tomaram financiamentos de curto prazo, totalizando 10.800 beneficiados. Estes números referem-se apenas aos agricultores familiares, haja vista que as cooperativas também realizam empréstimos para outros associados, sobretudo para garantir a viabilidade dos empreendimentos.

# 2.3. SUB-PROGRAMA DE RECURSOS HÍDRICOS

# 2.3.1. Introdução

O relato a seguir trabalha as questões relativas à água na região do MOC, integrante da ASA e, em especial do P1MC — Programa Um Milhão de Cisternas Rurais para o semi-árido.

Este lado, podemos dizer, que avança a olhos vistos. E, na temática de nosso relatório, trata-se da execução de políticas da mais alta importância.

O relato evidencia também limites de atuação que, analisados, serão inseridos num planejamento estratégico de trabalho para 2005.

# 2.3.2. Situações previstas e atividades

# Atividades previstas e realizadas

#### a) por parte do MOC

- 08 Visitas aos municípios para identificar e cadastrar as entidades.
- 08 Visitas para articulação das entidades.
- 08 reuniões com as entidades nos municípios visando a formação das Comissões Municipais de Recursos Hídricos.
- 08 dias de estudo para capacitação das Comissões Municipais de Recursos Hídricos.

# b) por parte dos grupos

 08 Comissões Executivas Municipais formadas e capacitadas para desenvolver ações de mobilização e execução de Programas de Recursos Hídricos.

#### Situação Final:

20 dirigentes, lideranças, técnicos e monitores das entidades da Sociedade Civil dos municípios de Lamarão, Nova Soure, Antônio Cardoso, Aracy, Nordestina conhecendo e implantando as alternativas de convivência com o semi-árido em seus municípios.

# Situação Final Intermediária:

60 dirigentes, lideranças, técnicos e monitores das entidades da Sociedade Civil dos municípios de Lamarão, Nova Soure, Antônio Cardoso, Aracy, Nordestina, Serrinba, Cansanção, Queimadas, Santa Luz, Valente, São Domingos, Conceição do Coité, Riacbão do Jacuípe, Pé-de-Serra, Capela do Alto Alegre, Santa Bárbara, Serra Preta, Itatim, Olindina, Quifingue e Teofilândia conbecendo as alternativas de convivência com o semi-árido.

# Atividades previstas e realizadas

# a) por parte do MOC

 02 visitas de intercâmbio de experiências, em Subaé, Serrinha e Ichu, com 60 dirigentes, lideranças, técnicos e monitores das entidades, sobre técnicas de convivência com o semi-árido.

- 02 visitas de intercâmbio de experiências, em Ichu e Retirolândia, sobre alternativas de convivência com o semi-árido dos monitores do sub-programa de RH.
- Participação de 03 integrantes do sub-programa de RH no IV ENCONASA.
- 01 Dia de Estudo com 23 agentes de família, do município de Riachão do Jacuípe sobre alternativas de convivência com o semi-árido e geração de renda não agrícola.

#### b) por parte dos grupos

 Mobilizar 60 lideranças, diretores e técnicos das entidades para participação nas visitas de intercâmbio.

#### Situação Final:

30 Comissões Municipais de Recursos Hídricos, executando Programas de Construção de Cisternas e capacitando as famílias no gerenciamento, tratamento e uso da água.

# Situação Final Intermediária:

31 Comissões Municipais de Recursos Hídricos, executando Programas de Construção de Cisternas e capacitando as famílias no gerenciamento, tratamento e uso da água.

# Atividades previstas e realizadas

# a) por parte do MOC

- 31 dias de estudo com as Comissões Municipais para capacitar na execução de Programas de Construção de Cisternas.
- 180 reuniões de monitoramento com as Comissões Municipais.
- · 18 Encontros Municipais de Avaliação.

# b) por parte dos grupos

- 2.250 famílias mobilizadas e cadastradas pelas Comissões Municipais, a fim de serem contempladas pelo Programa de Construção de Cisternas.
- 1.465 famílias selecionadas pelas Comissões Municipais, com base nos critérios do Programa de Construção de Cisterna, contempladas com a construção de cisternas.



- 50 processos licitatórios e aquisição de material para construção de 1.465 cisternas realizadas pelas Comissões Municipais.
- 50 cursos de GRH organizados e 1465 famílias, mobilizadas pelas CM´s do Programa de RH, para participarem do curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), , a fim de executar um tratamento adequado da água da cisterna, bem como mobilizá-las quanto à questão da convivência com o semi-árido.

#### Situação Final:

1.600 famílias das comunidades rurais de 30 municípios com acesso à água de qualidade para beber e cozinbar, gerenciando, tratando e utilizando-a de forma correta.

# Situação Final Intermediária:

1.465 famílias das comunidades rurais de 31 municípios com acesso à água de qualidade para beber e cozinbar, gerenciando, tratando e utilizando-a de forma correta.

# Atividades previstas e realizadas

# a) por parte do MOC

 50 reuniões com as famílias beneficiadas e Comissões Municipais para implantação do Programa de Construção de cisternas.



- 50 cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos para as 1465 famílias contempladas no Programa de RH, a fim de executar um tratamento adequado da água da cisterna, bem como mobilizá-las quanto à questão da convivência com o semi-árido.
- 50 reuniões com as famílias contempladas, CM S e os pedreiros para o planejamento da execução do Programa de Construção de Cisternas.

# b) por parte dos grupos

 Supervisão e Monitoramento da Construção de 1.465 cisternas de placas, com capacidade para armazenar 16m³ de água, cada uma.

# Situação Final:

Comissão Gestora Microrregional do P1MC selecionando os municípios a serem beneficiados com base nos critérios estabelecidos pelo P1MC, planejando, monitorando e avaliando as ações do Programa.

#### Situação Final Intermediária:

Comissão Gestora Microrregional do P1MC selecionando os municípios a serem beneficiados com base nos critérios estabelecidos pelo P1MC, planejando, monitorando e avaliando as ações do Programa.

# Atividades previstas e realizadas

# a) por parte do MOC

- 08 reuniões de planejamento e monitoramento com a Comissão Gestora Microrregional.
- 02 Encontros Microrregionais de Avaliação do Programa com as Comissões Gestora Microrregional, Comissões Municipais, Comissões Comunitárias e Famílias contempladas com ações do Programa.
- O1 Encontro Microrregional de Planejamento com a Comissão Gestora Microrregional e Comissões Municipais.

# b) por parte dos grupos

 Acompanhamento e supervisão dos trabalhos de 31 Comissões Municipais de RH.





# 2.3.3. Avanços, Dificuldades, Desafios e Perspectivas.

#### a) Avanços

O trabalho desenvolvido pelo sub-programa de recursos Hídricos do MOC teve como base, o fortalecimento das entidades da Sociedade Civil vinculadas à agricultura familiar e a(o)s trabalhadore(a)s rurais para a implementação do P1MC e outras atividades correlatas. Este ano, conseguiu-se a articulação e a formação de mais 08 (oito) Comissões Executivas Municipais de Recursos Hídricos envolvendo 24(vinte e quatro) entidades acima citadas. Estas (18 (oito) Comissões, adicionadas a mais 23 (vinte e três) outras, formadas anteriormente em 23 (vinte e três) municípios, após um processo de capacitação, conseguiram implementar Programas de Políticas Públicas de Recursos Hídricos beneficiando a 1.465 (um mil, quatrocentos e sessenta e cinco) famílias, abrangendo 7.300(sete mil e trezentas) pessoas, em 31(trinta e um) municípios. Ressalte-se que as ações se concentraram, prioritariamente, na melhoria da água destinada ao consumo humano (água para beber e cozinhar). As famílias contempladas com uma cisterna que possui capacidade de armazenar, em média, 16.000 l de água, cada uma, são capacitadas, a maioria antes da construção, no tratamento, uso e gerenciamento da água e em noções básicas de convivência com o semi-árido, em cursos de capacitação com metodologia e materiais didáticos adequados à sua realidade. As Comissões Municipais baseadas em critérios dos Projetos mobilizam, cadastram e selecionam as famílias a serem contempladas, realizam processo de licitação de preços dos materiais, eleição dos fornecedores, aquisição e distribuição dos materiais e o acompanhamento e supervisão das ações e atividades do Programa. Se a ênfase dada dentro do Programa foi à construção de cisternas destinadas a captar as águas das chuvas e melhorar, com isto, a qualidade da água consumida pelas famílias, dentro deste aspecto assume uma importância quase absoluta. O P1MC (Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido — 1Milhão de Cisternas) que, no Semi-Árido Brasileiro, é coordenado pela ASA (Articulação no Semi-Arido Brasileiro) é formada por mais de mil entidades que têm como seu público-alvo a agricultura familiar. Graças à força desta articulação aliada e à premência de serem atendidas as demandas da população por água e a universalidade das cisternas se consegue mobilizar recursos do Governo Federal, de associações de classes e categorias como a FEBRABAN, o Sindicato dos Metalúrgicos, de indústrias como a SOL-VAY, a AMANCO e a OMICRON e, até mesmo, apesar das limitações financeiras, de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. As entidades que participam das Comissões: Microrregional, Municipais e Comunitárias, assim como o MOC fazem parte de uma articulação com o peso político e de representatividade da

ASA, elaboram e executam um Programa de um grande apelo social, humano e econômico como o P1MC, se sentem valorizadas e responsabilizadas pelos seus resultados reforçando, por conseguinte, a mobilização e articulação entre elas, aumentando seu poder de negociação.

O P1MC que tem a maior parte dos seus custos e investimentos bancados pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e do Programa Fome Zero, é uma política pública, na essência de sua palavra, por ser de caráter universal, ou seja, se destinar a todos e todas que se dedicam à agricultura familiar e residam no semi-árido brasileiro e tenham dificuldades de acesso a água de boa qualidade para beber e cozinhar e possui critérios claros e definidos de prioridades de atendimentos que são:

- · as mulheres chefes-de-famílias:
- maior número de crianças de 0(zero) a 6(seis) anos nas famílias;
- maior número de crianças e adolescentes de 07(sete) a 14(quatorze) anos freqüentando a escola;
- maior número de pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos;
- · pessoas com necessidades especiais, e,
- pela primeira vez na história do Brasil, se tem um Programa pensado a partir das experiências dos agricultores e agricultoras e de suas organizações, elaborado, negociado e gerenciado pela Sociedade Civil Organizada. Em síntese, os principais avanços alcançados dentro do Programa, este ano foram:
  - Engajamento de mais 24(vinte e quatro) entidades na ASA nas Comissões Municipais.
  - A formação e capacitação de 08(oito) novas Comissões Municipais.
  - A divulgação de experiências de convivência com o semi-árido.
  - A construção de 1.465 (mil, quatrocentos e sessenta e cinco) cisternas, contemplando 7.300 (sete mil e trezentas) pessoas com acesso à água de beber e cozinhar, sabendo gerenciá-la, trata-la e usá-la.
- A capacitação dos monitores de Gerenciamento de Recursos Hídricos que se refletiu no comportamento das famílias.
  - A execução correta e dentro dos prazos planejados das ações e atividades do Programa pelas Comissões das Entidades.
  - A participação efetiva da Equipe dentro do P1MC e da ASA.
  - O monitoramento constante das ações da equipe.

# b) Dificuldades

Apesar dos sucessos alcançados na área do abastecimento de água para as famílias, a equipe do Programa não tem tido capacidade suficiente para



avançar com mais velocidade e conhecimento no que concerne à implantação de experiência do uso da água para a produção vegetal e animal e o Programa como um todo, incluindo a equipe e as comissões, está deixando em plano secundário e, às vezes, até no esquecimento a mobilização e reivindicação junto ao Poder Público Local. Nestes aspectos se tem como fator limitante a sensação de se ter alcançado o objetivo com a conquista do P1MC...

# c) Desafios e Perspectivas

Os desafios da equipe são ditados pelas suas dificuldades e as perspectivas pelos acertos e resultados obtidos. Assim, se tem como principal desafio a capacitação da equipe nas áreas de convivência com o semi-árido e na interferência junto ao poder local no sentido de estar instigando e incentivando as Comissões e as famílias a se mobilizarem, aumentando sua articulação dentro dos municípios e nos territórios para que, possam conquistar novas parcerias no âmbito municipal e estadual. E, também, precisa se buscar recursos e soluções capazes de alimentar os processos junto às famílias e aos grupos que se integram, interferem e participam em etapas do Programa e depois ficam mais esquecidas quebrando-se uma dinâmica que empolga, emociona e, portanto, motiva e mobiliza. É um enorme potencial desperdiçado que poderia ajudar a mudar a caótica realidade que se vive e vivencia. Como perspectiva imediata, tem que se continuar o trabalho de capacitação das comissões e implementação do P1MC. As famílias precisam de água e água com um mínimo de qualidade para ser consumida. Isto é fato. O P1MC é a chave que abre as portas das comunidades e que mobiliza as entidades e as famílias. Isto, também, é fato. Mas, não pode parar por aí. As famílias precisam aumentar a renda e ter melhoria na qualidade de vida. Precisam aprender a conviver melhor com o clima. Precisam, também, de água para plantar e criar seus pequenos rebanhos de animais de pequeno porte. As crianças, para não adoecerem, não podem beber água de qualidade só na sua casa. A escola tem que oferecer, também, uma água de boa qualidade. Então, a problemática da água atinge uma dimensão política imensa na educação, na saúde, na produção, na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida de todos e todas, principalmente onde ela é escassa, como no semi-árido brasileiro, concentrada de forma perversa. O Programa, pois, tem grandes desafios, enormes perspectivas e um longo caminho para fazer e se desenvolver. Urge uma melhor articulação entre os Programas institucionais em cima de questões e problemas concretos, e participação de parcerias que possam ajudar a resgatar as famílias e tornar a engajá-las no processo de mobilização, formação e participação. Esta força que a água tem e que transmite às pessoas pode ajudar a mudar para melhor a vida no sertão.

"Quando algum politiqueiro
Me aponta um candidato,
Diz que o mesmo é muito exato,
É fiel e justiceiro,
É um digno brasileiro,
Criterioso e de bem.
Mas quando a vitória vem,
E este recebe o poder,
Nunca sabe agradecer
O valor que o voto tem.".

"Patativa do Assaré"

### 2.4. SUB-PROGRAMA DE AGROINDÚSTRIA E COMERCIALIZAÇÃO

Em processo de consolidação no ano de 2004, o Sub-programa de Agroindústria e Comercialização buscou desenvolver ações que pudessem contribuir, com os empreendimentos produtivos, na ampliação do acesso a mercado e na melhoria do processo de verticalização da produção.

Como foco principal, o Sub-programa buscou atuar junto aos empreendimentos filiados à ARCO Sertão — Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia, com ações de formação e assessoria técnica, visando a melhoria na gestão, produção e beneficiamento. A ARCO Sertão - Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia, enquanto entidade representativa desses empreendimentos, também recebeu assessoria técnica e acompanhamento.

As ações e atividades programadas para 2004, desenvolvidas pelo Subprograma, em conjunto com parcerias, buscaram garantir a estruturação dos empreendimentos e a ampliação do acesso ao mercado, através de:

- consolidação da estratégia de integração e viabilização da comercialização, com foco no mercado institucional;
- participação e realização de eventos de divulgação e comercialização dos produtos da agricultura familiar;
- · capacitações em gestão, qualidade na produção e acesso a mercados.

Dado o número de empreendimentos, a diversidade de atividades produtivas e as dificuldades de acesso e manutenção desses empreendimentos no mercado, enfrentou-se diversos problemas no processo de consolidação dos trabalhos realizados e, conseqüentemente, dos próprios empreendimentos. Reconhecidamente, esses empreendimentos produtivos apresentam dificuldades diversas, seja na produção, comercialização ou no exercício democrático da gestão participativa. No que se refere à produção, figura aí um grande entrave para o desenvolvimento e a consolidação dessas agroindústrias.

Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as demandas apresentadas pelos empreendimentos produtivos apoiados pelo Sub-programa, foi realizado um levantamento do perfil atual (perfil de entrada) desses empreendimentos, envolvendo questões de gestão, produção, relações sociais e institucionais, ampliação da renda, entre outras. A sistematização dos resultados obtidos foi importante para os ajustes nas ações e atividades realizadas no ano de 2004 e, com certeza, darão elementos para a definição do tipo de ação a ser realizada no próximo ano. Abaixo, apresentamos alguns aspectos que se destacaram no referido levantamento.

Do universo de 17 (dezessete) agroindústrias, foram constatados alguns números que retratam a complexidade e as dificuldades em se manterem funcionando. Como, por exemplo, podemos citar: no que se refere à utilização de equipamentos, 20% possuem máquinas/equipamentos em bom estado, com 60% em estado antigo e/ou apresentando defeitos. Somente 10% dos empreendimentos pesquisados possuem sede própria. No que se refere aos principais problemas enfrentados na produção, destacam-se os problemas de infra-estrutura, com 21,62 % e capital-de-giro, com 24,32%. Quanto à comercialização, os problemas são variados, sendo 18,42% considerando ser um grande entrave a falta de divulgação, 10,53 % embalagens inadequadas e 13,16% consideram a falta de certificado de inspeção um entrave na comercialização. Por fim, destaca-se, também, o baixo percentual de empreendimentos que utilizam instrumentos de gestão: 2,59% fazem controle de estoque, 20,59% utilizam livro caixa e 26,47% fazem controle de custos.

Para o ano de 2005, consideramos imprescindível a busca de incorporação das principais demandas identificadas desses empreendimentos produtivos nas ações a serem desenvolvidas pelo Sub – Programa.

### 2.4.1. Ações Estratégicas e Atividades Realizadas

Para o alcance dos objetivos propostos, foram desenvolvidas ações e atividades com a ARCO Sertão e os empreendimentos filiados. Estas ações/atividades buscaram atender demandas nas áreas de gestão, melhoria da qualidade na produção, registros e controles e capacitações específicas para a produção. Abaixo poderemos observar a descrição detalhada e resultados alcançados.

#### Resultado Final 01:

Agroindústrias organizadas e estruturadas para o beneficiamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar

### a) Situação Final

- Agricultores familiares capacitados para beneficiamento dos produtos da agricultura familiar e para a gestão administrativa e financeira das agroindústrias;
- · Empreendimentos acompanhados e assessorados;
- · Empreendimentos com Planos de Gestão Estratégica elaborados;
- Empreendimentos sensibilizados e articulados para comercialização em rede.



#### b) Atividades realizadas pelo MOC

#### QUADRO 13

AIDEIANS	PLANEIADAS	PEALIZADAS	PARTICIPANTES (POREANIZE
Oficina sobre Casalidade na Produção de Agroindústrios	Œ	Œ	30
Visita de interciembro a experiência de Agramdustria	CI .	00	
Visitas Nicojoas de Assessoria a Grupos de Comercialização	Q	2	25
Outsic sobre Extratorismo Sustantiavel de Artes em Fibrio Vegetais	03	13	3
Encordo Regional sobre Beneficiamento e Comercialização de Mel	12	12	35
OScina de Gentão Estratégica	O.	15	25
Curso sobre Registres Contúbeis para Geoperativas	œ	12	30
Curso de Gestão de Cooperativas de Produção	0	03	31
Curso sobre Plansjamento e Gestão da Produção e Comercia- Ezação	а	a	25
Estudo de Cadeia Produños	01	0	
Choma para Flabosação Propostas para o PTIRS 2004/2007	a	CI	25
Oficina Pergantal sobre Relações Sociais de Gênero em Empreen- disperios Produtivos	15		



#### c) Ações realizadas pelos Empreendimentos

Os empreendimentos produtivos, ao longo de 2004, mesmo de forma pontual, buscaram atender algumas de suas demandas, no que se refere a ações visando a melhoria da gestão e do processo de produção através de diversas parcerias com entidades e instituições com atuação na Região onde estão localizados esses empreendimentos.

#### Resultado Final 02:

Agroindústrias com avanços no processo de produção, com melbor apresentação dos produtos e com maior inserção no mercado local e institucional

#### a) Situação Final

- Cooperativas e grupos de produção comercializando seus produtos no próprio município e Região;
- Cooperativas e grupos de produção comercializando produtos para instituições e programas públicos;
- Cooperativas e grupos de produção participando de eventos de comercialização e feiras.

### b) Atividades realizadas pelo MOC

#### **QUADRO 14**

ATMOADES	PREVIOUS	REALIZADAS	PARTICIPANTES POREABITO)	REALIZADASE NÃO PREVISTAS
Curso de Formação de Gerentes em Comercializaçãos.	m	OT	30	00
Participação na E Feira do Semi-ando	cı	CI CI	10	00
Seminário Regional sobre Crédito	Ot .	(1)	E BERT	(0)
Seminano-intermunicipal sobre Crédito	02	0	EX	0
Consultoria Técnica em Vendas	a	0		00
Seminario Regional sobre Legislação de Agraindústries	Œ	α	25	0)
Semuano Regional sobre Legislação da Comercialização de Produtos da Agricul- tura Familiar	(n	a ·	40	a
Consultoria Técnica Wördnária	Ot	or		D
Oficias Regional sobre implantação do Serviço de Inspeção Tentronal -SIT	a		9-	0

#### c) Ações realizadas pelos Empreendimentos

Neste ponto, até por força da própria autonomia dos empreendimentos produtivos acompanhados pelo Sub-programa de Agroindústria e Comercialização, é que se torna mais perceptível a atuação deste com o objetivo de garantir um maior acesso ao mercado consumidor. Localmente, cada empreendimento tem conseguido estabelecer canais de compra para os seus produtos. Pontualmente, alguns destes têm conseguido estabelecer relações comerciais com outros municípios localizados na Região e, também, para grandes centros urbanos. Há, também, avanços na comercialização para mercados institucionais, com destaque para o PETI — Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, onde 06 (seis) empreendimentos comercializam, semanalmente, produtos para as Jornadas Ampliadas. As ações desenvolvidas pelo Sub-programa têm buscado contribuir para alguns aspectos que influem num melhor desempenho no acesso a mercado. Detectam-se, ainda, grandes limitações na comercialização dos produtos, fundamentalmente, em função da falta de equipamentos e infra-estrutura adequada na produção.



Agência Regional de Comercialização estruturada e viabilizando a comercialização dos produtos da agricultura familiar

#### a) Situação Final

 Agência Regional de Comercialização organizada e estruturada para viabilizar a comercialização de produtos da agricultura familiar;





- Agência Regional de Comercialização com Plano de Gestão Estratégico elaborado;
- Agência Regional de Comercialização integrada com outras entidades de agricultores familiares;
- Marca "Riquezas do Sertão" com plano de marca e estratégia de divulgação elaborados;
- Marca "Riquezas do Sertão" fortalecida e utilizada nos produtos das entidades filiadas à Agência,

#### b) Atividades realizadas pelo MOC

**QUADRO 15** 

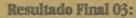
ATMONDES	PREVISTAS	REALIZADAS	PARTICIPAZCES (POREVENTO)	REALIZADAST NAD PREMISTAS
Confecção de Catálogo de Produtos	Ot	m		· · ·
Estudo da merca "Riquezio do Sertão"	o	01		00
Consultoria de Negócios	Cf	ct		0
Consultoria em Propaganda e Divulgação para marca "Piquezas do Sertão"	a	0	100	0
Seministic Regional sobre Auesan ac Mercado Institucional	Ot	CI	-	on .
Semmario Regional com Secretários Municipals e Cooperativas de Produção pobe acesso dos Produtas da Agricultura Farmitar no Mercado Institucional	a	to to		œ
Curso de Formação para Dingentes do ARCO Sertio	CI	CI	35	00
Oficina de Planejamento Estratógico da APCO Sertio	a	OI.	8	00
Recreito Regional de Monitoramento da APCO Sertiro	04	04	3	0)

### c) Ações realizadas pelos Empreendimentos

Quanto ao funcionamento da ARCO Sertão — Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia e ao efetivo cumprimento dos seus objetivos perante aos empreendimentos filiados, é que se nota um menor grau de estruturação. A Agência não tem conseguido, de forma autônoma, empreender ações que objetivassem a comercialização, em rede, dos produtos das entidades filiadas. Esta tem respondido apenas aos estímulos provocados pela realização dos eventos e atividades planejados/executados pelo Sub-programa. Por outro lado, não podemos deixar de levar em consideração o fato de que, de forma semelhante, as dificuldades enfrentadas por cada empreendimento na comercialização dos seus produtos, também, dificultam que a Agência possa garantir

#### c) Ações realizadas pelos Empreendimentos

Neste ponto, até por força da própria autonomia dos empreendimentos produtivos acompanhados pelo Sub-programa de Agroindústria e Comercialização, é que se torna mais perceptível a atuação deste com o objetivo de garantir um maior acesso ao mercado consumidor. Localmente, cada empreendimento tem conseguido estabelecer canais de compra para os seus produtos. Pontualmente, alguns destes têm conseguido estabelecer relações comerciais com outros municípios localizados na Região e, também, para grandes centros urbanos. Há, também, avanços na comercialização para mercados institucionais, com destaque para o PETI — Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, onde 06 (seis) empreendimentos comercializam, semanalmente, produtos para as Jornadas Ampliadas. As ações desenvolvidas pelo Sub-programa têm buscado contribuir para alguns aspectos que influem num melhor desempenho no acesso a mercado. Detectam-se, ainda, grandes limitações na comercialização dos produtos, fundamentalmente, em função da falta de equipamentos e infra-estrutura adequada na produção.



Agência Regional de Comercialização estruturada e viabilizando a comercialização dos produtos da agricultura familiar

#### a) Situação Final

 Agência Regional de Comercialização organizada e estruturada para viabilizar a comercialização de produtos da agricultura familiar;





- Agência Regional de Comercialização com Plano de Gestão Estratégico elaborado:
- Agência Regional de Comercialização integrada com outras entidades de agricultores familiares;
- Marca "Riquezas do Sertão" com plano de marca e estratégia de divulgação elaborados;
- Marca "Riquezas do Sertão" fortalecida e utilizada nos produtos das entidades filiadas à Agência,

#### b) Atividades realizadas pelo MOC

**QUADRO 15** 

ADMOADES	PENSOS	PEALLOGAS	PARTICIPANTES (POREVENTO)	REALIZADAS E NÃO PREMISTAS
Contecção de Catálogo de Produtos	Of	m		0
Estudo da merca "Riquezas do Sertão"	01	m	100	(0)
Consultoria de Negócios	Ü	Of		0
Consultaria em Propaganda e Divirigação para merca "Riquezas do Sentilo"	o.	0	BOLLE	0
Seminário Regional sobre Apesso ao Mescado Iretifucional	α	a	-6	œ
Sectinário Regional com Secretinios Moniopais e Corperativas de Produção sobre acesso dos Produtos da Agricultura Foredas no Mercado Institucional	a	b		a
Curso de Formação para Dirigentes da ARIOS Sertão	α	a	25	ω
Oficina de Planejamento Estratégico da APICO Sertão	Œ	α	35	0
Rauntao Regional de Monitoramento da ARCO Sertão	01	04	35	ω

#### c) Ações realizadas pelos Empreendimentos

Quanto ao funcionamento da ARCO Sertão — Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia e ao efetivo cumprimento dos seus objetivos perante aos empreendimentos filiados, é que se nota um menor grau de estruturação. A Agência não tem conseguido, de forma autônoma, empreender ações que objetivassem a comercialização, em rede, dos produtos das entidades filiadas. Esta tem respondido apenas aos estímulos provocados pela realização dos eventos e atividades planejados/executados pelo Sub-programa. Por outro lado, não podemos deixar de levar em consideração o fato de que, de forma semelhante, as dificuldades enfrentadas por cada empreendimento na comercialização dos seus produtos, também, dificultam que a Agência possa garantir a abertura de mercados para estes mesmos produtos numa maior escala. Mesmo diante das dificuldades apresentadas acima, no ano de 2004, a ARCO Sertão formalizou convênios (ainda em execução) com a ARCO BR, organização não-governamental, sediada em Brasília/DF, para realização de eventos de capacitação em agroecologia e comercialização.

# 2.4.2. A promoção do desenvolvimento da Agricultura Familiar através de intervenções em Políticas Públicas

O desenvolvimento da Agricultura Familiar, de forma sustentável, com convivência harmônica com o meio ambiente e com a consequente e necessária melhoria das condições de vida dos inúmeros agricultores e agricultoras familiares, passa, necessariamente, pelo acesso a crédito, à assistência técnica, o acesso à terra, à verticalização da produção e o mercado para a comercialização dos produtos. Qualquer ação que objetive a promoção da Agricultura Familiar tem que levar em consideração as diversas vertentes que compõem este desenvolvimento, quanto à diversidade presente na própria agricultura familiar. E esta diversidade pode ser observada na existência de inúmeros empreendimentos produtivos na Região Sisaleira do Estado da Bahia, por exemplo. A existência desses empreendimentos e a necessidade de garantir-lhes apoio visam defender a geração de renda para centenas de famílias envolvidas e, conseqüentemente, a melhoria de vida e a permanência destes nas suas propriedades ou sedes dos municípios situados na Região Semi-árida da Bahia.

Algumas das ações desenvolvidas pelos empreendimentos produtivos, de forma autônoma, ou com o apoio do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar/MOC, de forma consciente ou não, ou de forma efetiva ou não, têm conseguido transpor a barreira da ação pontual e garantir a conotação de debate e ação de política pública. Numa breve reflexão sobre essas ações, podemos destacar iniciativas de promoção da agricultura familiar, efetiva aquisição de produtos, discussão e proposição de modificação da legislação vigente e no debate e proposição de ações que visem o desenvolvimento sustentável, com o efetivo apoio à agricultura familiar.

O registro e as reflexões sobre esses aspectos acima mencionados, na perspectiva de proposição/intervenção em políticas públicas, não apenas refletem um resgate das ações ocorridas no ano de 2004, mas servem, também, como indicativo para o futuro, tanto para a atuação do Sub-programa de Agroindústria e Comercialização, quanto dos empreendimentos produtivos.

A busca da promoção dos produtos oriundos da Agricultura Familiar, que traz em si garantia de qualidade e de geração de renda para os agricultores/ as envolvidos na produção ou beneficiamento, tem resultado em compromissos de aquisição por parte de programas ou instituições públicas. Em alguns casos, este mercado institucional tem garantido, através de contratos, a aquisição dos produtos e fornecimento para unidades escolares e administrativas, não apenas como mais uma operação comercial, mais sim, com o reconhecimento da necessidade de garantir mercado para a produção local e de origem familiar.

Neste mesmo sentido, podemos destacar, também, os espaços de discussão sobre a legislação fiscal, sanitária e de acesso ao crédito. Mesmo em pequena intensidade, ocorreram eventos de discussão, debates e proposição de modificações nas legislações que interferem diretamente na produção e no funcionamento de empreendimentos que beneficiam produtos originados na Agricultura Familiar. A busca do acesso ao crédito, de forma desburocratizada e viabilizada através das instituições de crédito, cuja gestão é realizada por agricultores/as familiares, conta com a participação efetiva e consciente dos empreendimentos produtivos.

Por último, pode-se registrar o incentivo, a participação e a efetiva presença, de forma qualificada, dos empreendimentos produtivos e da ARCO Sertão dentro do CODES Sisal — Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia, que tem se constituído num espaço democrático e representativo de discussão e proposição de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento, principalmente, através do apoio à agricultura familiar.





## Programa de Comunicação



## 1. INTRODUÇÃO

Perceber a comunicação como estratégia de promoção do desenvolvimento rural sustentável foi a principal motivação do MOC para a implantação do Programa de Comunicação no início de 2003. A iniciativa buscou dar visibilidade às questões sociais do semi-árido da Bahia, em especial à Região do Sisal, através dos meios de comunicação.

Com uma proposta diferenciada, em que todos têm direito à voz e vez, a idéia foi promover o uso da comunicação social como ferramenta pedagógica e democrática de empoderamento de crianças, adolescentes, jovens e lideranças comunitárias, assim como de suas próprias organizações.

O desafio de transformar jornais, programas de rádio e informativos comunitários em instrumentos de controle social de políticas públicas, numa região em que as mídias tradicionais servem à legitimação do poder e da exclusão social, moveu o MOC e a equipe de comunicação. Interessante destacar: dois, dos cinco integrantes, que em 2004 compuseram o Programa, eram jovens oriundos do processo de capacitação de comunicadores comunitários. O ingresso de um cooperante internacional e de um estagiário da faculdade de jornalismo local, juntamente com a aquisição de equipamentos, potencializaram e ampliaram o leque de ações do Programa.

Entre suas estratégias de ação, o Programa de Comunicação investiu na democratização da mídia na região, com especial atenção ao processo de legalização e qualificação das rádios comunitárias, e no processo de formação de comunicadores populares. Como estratégia na promoção e controle de políticas públicas, as ações se desenvolveram nos âmbitos federal, estadual, regional e municipal. Nos municípios, a atuação buscou apoiar e fortalecer as rádios comunitárias na produção de notícias voltadas ao monitoramento de iniciativas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de debates pautados no desenvolvimento sustentável entre os candidatos às eleições. Territorialmente, o Programa de Comunicação desenvolveu estratégias de articulação entre atores sociais, na tentativa de construir uma política comunicacional diferenciada, plural e democrática, configurando-se em uma política pública voltada para a garantia dos outros direitos fundamentais, como educação e saúde. Para isso, também continuaram as mobilizações junto ao Governo Federal para a promoção de mudanças efetivas na política de concessão e regulação dos meios de comunicação.

Enfim, todas as ações desenvolvidas tiveram como princípio a busca por articulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Território do Sisal, tendo como estratégia o uso da comunicação social como instrumento de monitoramento das iniciativas do poder publico e sociedade civil organizada. O Programa de Comunicação do

MOC teve o apoio do Unicef, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Cordaid, da Horizont 3000 e dos movimentos sociais do Sisal e Vale do Jacuípe.

## 2. AÇÕES IMPLEMENTADAS

Como nos outros anos, o nosso trabalho se guiou por algumas situações finais, que caracterizam a performance a ser atingida pelos grupos e em função da qual se desenvolve nosso trabalho. É o que tentamos descrever a seguir:

#### Situação Final 01:

Rádios Comunitárias, Jovens Comunicadores e entidades regionais articulados e iniciando conjuntamente o desenvolvimento de ações de comunicação planejadas, articuladas e monitoradas.

#### QUADRO 01

ATMONUES	PLANEJADAS	REALIZADAS	PARTICIPALITES (POREVENTO)
Encontros de plane jumento entre radicomís (jovens comunicado- ros e entidades,	02	Ot	40
Encontros de Monito amento	04	04	30

COMENTÁRIOS: Na mobilização voltada para a articulação de ações conjuntas entre os comunicadores comunitários, ganhou destaque o Conselho de Desenvolvimento Territorial (Codes Sisal), tendo a Comunicação como eixo estratégico e inserido no Plano de Trabalho. Esta conquista permitiu uma maior atuação das entidades voltadas à comunicação numa perspectiva de desenhar uma política comunicacional para o território. A inserção da Uneb — Campus XIV como parceiro estratégico nos debates também contribuiu na ampliação e qualificação dos debates. Outro fator importante foi a realização de ações planejadas e monitoradas articuladamente entre radialistas e jovens comunicadores, como a construção do Marco Zero das Rádios Comunitárias e a realização de Consulta Popular com ouvintes das emissoras populares.

#### RESULTADOS:

- 40 lideranças do território envolvidas e sensibilizadas para as discussões sobre comunicação e desenvolvimento;
- 30 comunicadores comunitários participando das discussões sobre desenvolvimento territorial;



#### Situação Final 02:

Movimentos sociais do território sisaleiro com um registro histórico, quantitativo e qualitativo das experiências de comunicação da região (ênfase nas ações das rádios comunitárias).

#### QUADRO 02

ARMINDES	RANGADAS	PEALIZADAS	PARTICIPANTES (POREMENTO)
Reunides de debates e produção do voludo;	m	m m	25
Visitas para pesquisa de campo a 11 radios comunitárias.	72	2	25
Produçõe e Edição da Publicação de Diagnóstico das Radios Comunitárias	m	Ct	

#### RESULTADOS:

- 01 estudo diagnóstico sobre a realidade das emissoras comunitárias no território do sisal;
- Envolvimento da Uneb e de pesquisadores com reconhecimento público nesta área, na produção do estudo;
- O1 publicação produzida como estratégia de divulgação e mobilização sobre comunicação comunitária no Sisal.

#### Situação Final 03:

15 Rádios Comunitárias sensibilizadas para iniciar a construção/implementação de planejamento estratégico/político e de gestão e com documentação atualizada.

#### QUADRO 03

ATMOADES	PLANEJADAS	REALIZADAS	PARTICIPANTES (POR EVENTO)
Oficine Regional sobre Gestio	Ct	α .	-0
Visitas de Monitoramento	16	22	3
Viagem a Brastila para agrikação dos processos	α	Œ	CI
Encoritos de acompanhamento dos processos das radopmis	02	02	25.

COMENTÁRIOS: A gestão das rádios comunitárias começou a ser trabalhada em 2004. Além da fase inicial da iniciativa, é importante destacar a dificuldade em trabalhar mecanismos de gestão nas emissoras devido às constantes perseguições da Anatel e Polícia Federal. Neste sentido, a desburocratização dos processos no Ministério das Comunicações também não avançou e as lideranças comunitárias muitas vezes demonstraram sinais de cansaço com tantos anos de desgates. Como elemento chave na articulação e mobilização das emissoras, a Abraço Sisal ainda é frágil e o contexto aponta para a necessidade de trabalhar gestão também com a entidade representativa das rádios.

#### RESULTADOS:

- Mais de 25 lideranças mobilizadas e 150 comunicadores sensibilizados para a necessidade de melhoria da gestão de 16 emissoras comunitárias.
- O9 emissoras com documentação atualizada e aprimorando mecanismos de gestão, como reuniões de diretoria e adequação de estatuto. (Santaluz, Retiro, Ichu, Tucano, Quixabeira, Feira de Santana, Água Fria, Valente e Araci)
- Gestão das radcom do Sisal como referência para Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc)
- Faculdade de Comunicação da UFBA produzindo um vídeo sobre a região

#### Situação Final 04:

30 Comunicadores/as atuando com domínio de conteúdo nas áreas de direitos das crianças e adolescentes, cidadania e políticas públicas e comunicação e expressão.

#### **QUADRO 04**

ATTREACES	PLANEWOAS	PEALDADAS	PARTICIPANTES (POR EVENTO)
Oficinas de capacitação sobre temas como ECA, políticas publicas e territorialidade	- CB	04	35
Edições de CDs de apoio	10	2	
Assessoria a debates eleitorais	0	- 04	

COMENTÁRIOS: A Uneb do Campus XIV e a Abraço Sisal se constituíram como parceiros nas capacitações, disponibilizando profissionais para os momentos de formação. Ressalta-se a importância da atuação das rádios comunitárias na realização de debates públicos durante as eleições municipais, num processo inédito na Região do Sisal, favorecendo a formação de eleitores mais conscientes da importância do voto e introduzindo temáticas voltadas ao desenvolvimento do território na agenda dos candidatos/as.



#### RESULTADOS:

- 35 comunicadores de 15 emissoras com maior domínio dos conteúdos trabalhados
- 10 edições do programa Encontro com as Comunidades distribuídas para as Radcom
- 02 CDs com Campanhas sobre o Eca e eleições
- Pesquisa com ouvintes sobre audiência e veiculação de conteúdos.
- Cerca de 300 mil ouvintes dos programas com temáticas sociais em toda a região

#### Situação Final 05:

Jovens Comunicadores/as articulados com os movimentos sociais e com mais conhecimento técnico e político, além de iniciarem as discussões regionais sobre a implantação de um sistema que viabilize sua sustentabilidade metodológica, financeira e política.



#### QUADRO 05

ATMONDES	PLANE, ADAS	REALIZADAS	NºDE PARTICIPANTES (POREVENTO)
Oficina de Formação em técnicas de pesquisa em comunicação	01	O O	15
Oficina sobre legalização/estruturação da Agência Mandacaru de Comunicação e Duhan	Ott	(8)	15
Oficinas de qualificação em técnicas em comunicação	04	7	16
Encontrice de monitoramentos gerais do projeto	B	(13	5
Resnides de produção	(2	128	- 5
Seminario de comunicação e desenvolvimento tembrital	(1	Ot	83
Encontro com entidades regionais	a	Œ	30
Verte Municipale	œ	И	20

COMENTÁRIOS: O apoio do MDA - Secretaria de Desenvolvimento Territorial - nas capacitações do grupo foi fundamental para a melhoria da qualidade dos produtos e da formação dos jovens. O processo favoreceu, no início, as discussões sobre a formalização da Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura, contribuindo para a legalização da prestação de serviços em comunicação aos movimentos e à geração de renda para a juventude.

#### RESULTADOS:

- 15 jovens comunicadores desenvolvendo ações de comunicação com qualidade técnica junto ao movimento social de 08 municípios
- 34 entidades e 70 lideranças envolvidas e apoiadas nas suas ações de comunicação
- 68 Programas de rádio produzidos com temáticas sociais
- 32 boletins produzidos
- · 03 encontros assessorados, sendo 02 com Ministérios do Governo Federal.
- · Prestação de serviços em comunicação a 04 Clientes
- 04 programas produzidos em experiência piloto para a Rádio Nacional, em Brasília.
- Participação na Rede Sou de Atitude, no monitoramento do PETI

#### Situação Final 06:

Crianças e adolescentes com participação potencializada em experiências-piloto nos meios de comunicação comunitários (Rádios Comunitárias, Boletins, Giramundo).

QUADRO 06

ATMINADES	PLANEJAGAS	REALIZADAS	PARTICIPANTES (POR EVENTO)
Seministico Municipais sobre o Tia Regional da Comunicação	08	08	150
(Scinas comeducadores latores	œ	Œ	30
Encontro de Monitoramento	D	CI	30

COMENTÁRIOS: A introdução de discussões e processos Edu-comunicativos no Programa foi uma das novidades em 2004, sendo construída uma importante interface com o Programa de Educação para atuar na formação junto aos educadores-leitores do Baú de Leitura. A iniciativa deve se desdobrar numa parceria com o Instituto Simões Filho para a montagem de um processo constante de capacitação de educadores em comunicação. Na qualificação destas ações, o Programa de Comunicação investiu na formação de dois membros da equipe em metodologias e conceitos de educação pela comunicação em curso promovido pela Cipó — Comunicação Interativa. O Programa também participou da criação da Rede CEP — Comunicação, Educação e Participação, que reuniu organizações de todo o país que trabalham com a questão.

#### RESULTADOS:

 30 educadores sensibilizados diretamente nas oficinas e mais 50 envolvidos nas atividades nas jornadas.



- · 50 jornadas ampliadas envolvidas
- 1.500 crianças envolvidas nas atividades de mobilização pela comunicação
- Crianças produzindo textos, desenhos, poesias e entrevistas para boletins, jornal Giramundo e Programas de Rádio.
- 02 Programas de Rádio produzidos por crianças (Queimadas e Retirolândia)
- · 01 Jornal produzido por monitores de Capim Grosso.

#### Situação Final 07:

Jornal Giramundo com processo de produção, edição e distribuição implementado de forma eficiente e educativa servindo de base para formação e qualificação dos Jovens Comunicadores.

#### **QUADRO 07**

ATMOADES	PLANEADAS	REALIZADAS	PARTICIPANTES (POR EVENTO)
Edições do Gramundo	05	04	
Reunities de Pauta	(5	.04	.15

#### RESULTADOS:

- 04 edições produzidas com tiragem de 5.000 exemplares.
- Edições voltadas para a realidade local e com maior participação de crianças e adolescentes

#### Situação Final 08:

Ações e propostas do MOC ocupando espaços mais privilegiados na imprensa local/estadual e profissionais de mídia mais familiarizados com as temáticas sociais.

#### QUADRO 08

ATMONDES	PLANEJADAS	REALIZADAS	PARTICIPANTES (POR EVENDO)
Eventos de Divulgação de iniciativas de garantias de direitos	œ	02	150
Encontros com jornalistas em tematicas sociais	æ,	Œ	25
Releases e Plantes para jornalistas	25	55	1
Assestadia de imprensa a eventos de relevância institucional	0	26	



#### RESULTADOS:

- 60 profissionais de mídia em 19 veículos de comunicação
- 77 matérias impressas a partir das mobilizações do Programa
- 217 matérias publicadas espontanemante sobre temáticas do semi-árido (Região do Sisal e Feira)
- Parceria com o Sinjorba e a Cipó Comunicação Interativa na mobilização da imprensa
- Início de mobilização com 03 faculdades de jornalismo na tentativa de inserir temáticas sociais na formação profissional
- 04 impressos clipados; 14 programas de rádio em 5 emissoras, 02 Tvs e 08 sites monitorados regularmente.

#### Situação Final 09:

Comunicação institucional potencializada com produtos consolidados de forma eficiente, educativa e atrativa.

#### QUADRO 09

ATMOADES	RANEURAS	REALIZADAS	PARTICIPANTES (POREMENTO)
Absiltação do site	25	09	
Boldins Institucionais	0	41	979
Programs de Rédio Encentro com as Comunidades	40	51	
Produção de Video "Carte a Luia"	OT OT	CI	
Produção de Video "Águs e Gidadanka"	.Oi	Cf .	

#### RESULTADOS:

- Melhoria técnica e de conteúdos disponibilizados ao público sobre a instituição
- Início da construção do padrão visual do MOC, com reformulação de produtos como o boletim, capas de CDs, cartão de visitas, material para a imprensa, etc.
- Site com layout bem definido, com maior capacidade de atualização e incorporando informações em áudio, fotos, entre outras...
- · Média de 2.100 visitas por mês
- Encontro com as Comunidades com versão disponibilizada no site e para rádios comunitárias
- Acervo fotográfico digital com mais de 2000 fotografias

## 3. COMUNICAÇÃO e POLÍTICAS PÚBLICAS

Foi pensando a comunicação como direito fundamental ao ser humano, garantido na Constituição Federal, que o MOC investiu nesta área. Para o Programa de Comunicação, comunicar foi também uma estratégia de acesso a outros direitos, elemento característico da evolução do processo democrático, sendo essencial desde a elaboração ao monitoramento e avaliação de Políticas Públicas.

Em 2004, governadores de todo o Nordeste assinaram o Pacto pela Infância do Semi-árido. O documento, sugerido pelo Unicef, propôs metas e compromissos dos gestores públicos para melhoria da qualidade de vida em uma região que concentra os piores índices de desenvolvimento humano do país. A mídia esteve atenta em tornar pública esta agenda dos governantes, mas um problema tão grande e complexo seria preciso mais. Por isso, o Programa de Comunicação do MOC esteve empenhado em contribuir na promoção de um jornalismo que ajude na regulação, no debate e na mobilização através de denúncias e também ao apontar caminhos a políticas públicas como as empenhadas pelos governadores estaduais para erradicação de problemas como a mortalidade infantil.

A Região Sisaleria tem demonstrado esse potencial da imprensa através do PETI. Em 2004, a mídia nacional foi destaque ao repercutir junto à opinião pública e pressionar o Governo Federal para a importância da continuidade e da concertação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Ao pautar a mídia com temas como este, o MOC acredita ter contribuído na mobilização da sociedade civil e no controle das políticas públicas. Cresceu ainda o trabalho de formação de comunicadores em temáticas voltadas à melhoria da qualidade da cobertura de políticas públicas, como educação rural, conselhos de direitos, agricultura familiar e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Se no âmbito federal a comunicação surtiu bons efeitos, na região, a cultura do poder público local ainda não internalizou estas novas dinâmicas. Percebeu-se com certa freqüência a limitação das informações públicas disponibilizadas nas rádios comunitárias, dificultando ao cidadão o direito à informação qualificada sobre a gestão dos recursos públicos. Esta limitação do acesso à informação demonstrou a dificuldade da cultura de poder local em incorporar conceitos como transparência e prestação de contas, o accountability. É o acesso às notícias sobre o andamento das ações públicas que permite e estimula a participação popular nos mecanismos de gestão e controle das políticas. É, ainda, interessante lembrar que os meios de comunicação, como rádio e TV, são concessões públicas e a população também deve estar atenta à qualidade dos serviços prestados por esses mecanismos.

Entretanto, é difícil pensar em informação democrática em uma região

em que predominou o controle da mídia pelos grupos políticos locais. Neste sentido, o Programa de Comunicação priorizou o desafio da busca pela construção de políticas públicas de comunicação que assegurassem a democratização e o acesso aos meios de comunicação.

Um exemplo das possibilidades encontradas foi o apoio ao serviço de radiodifusão comunitária, que contribuiu para assegurar a pluralidade de vozes, o exercício da cidadania e o acesso à informação a uma população isolada geográfica e socialmente. Nas eleições municipais de 2004, comunicadores comunitários desempenharam um papel fundamental, estimulando o debate e a conscientização popular, numa comunicação autônoma e sem partidarismos. A riqueza das campanhas e debates, em que se privilegiou temas em áreas da agricultura familiar, crianças e adolescentes e convivência com o semi-árido, ainda não se traduziu na consolidação de práticas políticas mais transparentes e democráticas. Permaneceram as denúncias de compras de votos e fraudes eleitorais, mas o MOC acredita que a garantia de uma comunicação efetivamente democrática deve contribuir na construção de uma nova cultura política.

A busca por essa mudança impulsionou, em 2004, o início do trabalho do Programa de Comunicação em estimular educadores a utilizarem os meios de comunicação no processo de formação de meninos e meninas. Além da leitura crítica de jornais e revistas, a metodologia usada de maneira experimental junto a crianças do PETI, privilegiou a produção de matérias e a participação no rádio como instrumento pedagógico no processo formativo da Jornada Ampliada. O resultado é o número cada vez maior de garotos e garotas empenhados em participar da vida de suas comunidades através das mídias locais.

A relação entre juventude e comunicação também tomou novos rumos no sisal. Os Jovens Comunicadores amadureceram a idéia de constituição de uma entidade própria para prestação de serviços em comunicação aos movimentos sociais. Encarando o processo como o fim e o começo de novo estágio para o grupo, 15 jovens, agora, se preparam para uma gestão mais autônoma, em que será necessário dominar e enfrentar outros aspectos como gestão administrativa e financeira, e a dinâmica da relação com as entidades regionais. A Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura ainda está no esboço e no âmbito das discussões, mas já traz grandes perspectivas e demandas à estrutura da comunicação no território, além da possibilidade da geração de renda.

Um dos grandes atores capaz de mobilizar e ampliar o potencial, não apenas da Agência Mandacaru, mas também de todo o movimento da comunicação, é o Codes. Em 2004, o Conselho incorporou a temática da comunicação como eixo prioritário. O que poderia ser o embrião de uma política territorial de comunicação, entretanto, ainda enfrentou limitações, quer pela carência de

compreensão do tema, quer pela tendência à reprodução dos modelos mercantis. É preciso que o movimento popular representado no conselho perceba a necessidade de investir em modelos comunicacionais diferenciados, mais democráticos e descentralizados, que privilegiem a cultura e os valores locais.

Mas este processo não se dará de maneira tranquila. Continuaram as perseguições, a burocratização dos mecanismos federais de regulação, e uma legislação desfavorável à democratização da comunicação. A falta de uma política clara de comunicação por parte do Governo Lula tem desestimulado movimentos como o de rádios comunitárias e, principalmente, não tem contribuido para a construção de um sistema público comunicacional que estimule a regionalização e a produção independente. Persiste a barreira do controle da mídia como estratégia de manutenção do poder e manipulação da informação.

O MOC entende que mudanças deste âmbito só serão possíveis a partir de uma forte mobilização nacional, em que a sociedade civil compreenda e se aproprie destas discussões. Para isso, um registro, realizado em 2004, sobre a história da luta das rádios comunitárias da região vai ajudar não só preservar a memória local, mas apontar perspectivas e contribuir na busca por novos e relevantes parceiros que apóiem esta causa.

Enfim, 2005 começa cheio de velhas e novas bandeiras, em que a comunicação aparece como estratégia, mas também como demanda na garantia da efetivação de políticas públicas efetivas e eficazes, em que ainda é possível viver com dignidade no sertão.



## **Projetos Especiais**



### I - PROJETO VIDA NOVA

## 1. INTRODUÇÃO

O ano de 2004 fecha um ciclo em torno do tema "desenvolvimento comunitário" enquanto pano de fundo para um feixe de ações desenvolvidas em quatro anos. Por outro lado, com base nessa experiência, abre um outro ciclo centrado numa abordagem mais centrada em direitos da criança e desenvolvimento infantil. Em ambos os aspectos, o PVN buscou situar-se como referência para políticas públicas.

É essa reflexão que queremos partilhar neste relatório.

## 2. UMA RÁPIDA CARACTERIZAÇÃO DO PVN:

Trata-se de uma tentativa de apoiar as 7 comunidades onde o PVN atua para que esse conjunto, articulado e participativo, construa um ambiente com qualidade de vida e bem estar para o desenvolvimento das crianças.

#### 2.1. ESTRATÉGIAS GERAIS

- a) Formação de educadores/as leitores/as do Projeto Baú de Leitura<sup>57</sup> (PBL);
- b) Fortalecimento das organizações e lideranças locais em políticas públicas<sup>38</sup>;
- c) Formação de adolescentes e jovens na linha de Assistência Técnica Rural (ATER) para a geração de renda e convivência com o semi-árido<sup>59</sup>;
- d) Apoio para a viabilização de ações de saúde e saneamento<sup>10</sup>;
- e) Apoio a ações com crianças na linha de lazer, cultura e desenvolvimento infantil.

#### 2.2. COMUNIDADES

- São Pedro e Castro Alves (zona urbana do município de Santa Luz);
- Boa Esperança e Alagoinhas (zona rural de Santa Luz);

P. Na verdade, a ação é logicamente artiquiada com a Equipa de Educação do Campo do MOC. Tisto se, aqui, de contribuir para aspectició se oportunidades de formação mais singulares e com alguma especificatade, de modo que a estadoja geral de formação de educadores! as letores repairmentida e aque, com o PVN, seja reforçada conforme demandas locais das crianças e comunidades.

<sup>\*\*</sup> Trata-se basicamente de uma articulação com a Equipe da Políticas Públicas do MCC. O objetivo central e control e contro

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Aquise tota de uma ação attadada com a Equipe de Fortidecimente da Agricultura Familier. Podur se cum reforço de capacitar jovens mainima de assistência técnica e empreendedorismo tural, com base na participação pólitica e no protegorismo turente na linha de agreecologia, garação da renda e contribincia com o semi-indo.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Houve a interboe com a l'iguipe de Recursos Hidricos no que du respeto ao gerenolamento da agua. Na verdada, acias estitutoja funta visitalizar o acesso a água para consumo humano, atravia de culturais, é melhor qualidade nes moradas, atravia de reformas habitacionais.

- Mucambinho e Antônio Conselheiro (assentamentos de reforma agrária em Santa Luz);
- Nova Palmares (assentamento de reforma agrária no município de Conceição do Coité).

O projeto tem uma gestão coletiva realizada pela Comissão Gestora do PVN, composta por representantes das 7 comunidades, através de Associações, representantes dos municípios através dos 3 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), 1 Sindicato de Trabalhadores da Pedra (STP) e pelo CEAIC (Central de Apoio aos Interesses Comunitários).

A Comissão tem um papel central na estratégia de desenvolvimento quer das comunidades, quer do PVN.

Talvez o maior resultado que essa intervenção possa vir a ter, ao fim do PVN, em 2007, é o de ter contribuído no fortalecimento de organizações e no empoderamento de lideranças com experiência prática e capacidade suficientes para gerir seus próprios processos.



## 3.1. EDUCAÇÃO

Investir na formação de educadores/as leitores/as do PBL, que visa, grosso modo, a capacitação de professores/as e monitores/as do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para atuarem com um baú de livros no estímulo à leitura prazerosa e ao desenvolvimento intelectual, emocional e social de crianças e adolescentes<sup>41</sup>.

Essa ação visa despertar a criança para a arte, promover seu envolvimento lúdico e participativo, conforme melhor se verifica na tabela abaixo:

#### Situação Final:

Educadores leitores mais articulados e com maior qualificação para o desenvolvimento da leitura prazerosa.

#### QUADRO 01

ATMENCES	PLANEIADAS	HEAL VALVAS	Nº MÉDIODE PARTICIPANTES
Oficines de Produção Textral	03	CB CB	20
Reunios de Monitoramento.	104	01	25
Amaliação Fisal.	Ct Ct	α	35

Para maiores detables ver Programa de Educação do Campo, Sub-programa Bau de Leitura nesse Pietatório 2004 do MOC





É um processo que começa a trazer resultados, mas se necessita refletir pontos como:

- a) Relação com Poder Público
- b) Envolvimento de comunidades e organizações

#### 3.2. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Aqui estão diretamente enfeixadas duas estratégias. Aquela relacionada ao fortalecimento das organizações e lideranças comunitárias e locais na linha de políticas públicas e uma outra, que trata mais especificamente da formação de jovens, numa perspectiva de identificação e capacitação de novas lideranças. Com destaque, porém, para o seu foco maior: a formação de/as jovens empreendedores/as rurais para ATER e convivência com o semi-árido<sup>42</sup>.

Seguindo a linha de argumento acima suscitada, convém privilegiar à ação com as organizações e lideranças das 7 comunidades e do entorno mais imediato, local e regional.

Tratou-se de reunir um grupo de atores com poder de decisão e um outro com potencial para ocupar funções e papéis-chave na gestão de comunidades, movimentos ou organizações.

Investiu-se, pois, numa ação que variava desde o estudo de Estatuto, documentação, captação de recursos como de gestão da própria Associação e organização até mesmo elementos de sindicalismo, cooperativismo e economia solidária em sentido amplo. A situação final desejada foi parcialmente alcançada:

#### Situação Final:

Lideranças comunitárias com projeto político definido e capacitadas no gerenciamento de projetos e planejamento estratégico.

#### QUADRO 02

ATMOACES	PLANEJADAS	REALDADAS	MEMORIDE PARTICIPANTES
Oficinas de Projeto Político e Planepamento	04	03	30
Reunito de Monitotamento	a	00	a
Avallação Final	α	01	35

Wat, em Projetos Especiais, nesse Relatório, o projeto ATER JOVENS e o Sub-programa de ATER do Programa de Fortalecimiento da Agricultura Familia:

Assim como no tópico anterior, aqui também foram relacionadas aprendizagens e desafios, sempre colocados no rumo da autonomia, da construção coletiva de processos e de políticas, cujo maior desafio é conhecer e articular questões relativas ao universo das crianças, mais propriamente sua linguagem, demandas e direitos;

## 3.3. SAÚDE E SANEAMENTO

Um bom exemplo do que acima foi rascunhado é o Fundo Rotativo (FR). E aqui cabe um rápido retrospecto.

O FR foi criado como forma de: I) viabilizar recursos para a construção de cisternas e para reformas habitacionais; II) fortalecer as Associações em gestão; e III) buscar a maior organização das famílias, já que o acesso ao FR está vinculado a critérios de participação etc.

Um resultado mais vultoso diz respeito ao emprego sério e honesto desses recursos. Assim como ao grande número de famílias com acesso a água de qualidade para consumo humano, formação em gerenciamento de recursos hídricos e também moradias com banheiros, fossas sépticas, reboco, piso, etc o que aumenta a auto-estima e diminui as infecções e problemas de natureza sanitária. Pode-se agregar aí, como resultado, o fato de que as crianças e as mulheres foram as maiores beneficiárias diretas dessa ação.

O fato de os critérios e o gerenciamento do FR serem alvo constante de monitoramento coletivo, via Comissão Gestora, e da baixíssima inadimplência somam-se ao quadro de sucessos. Desse modo, investir em "time que está ganhando" seria o mais sensato, conforme se expressa na tabela a seguir:



#### Situação Final 1:

Famílias das comunidades mobilizadas e beneficiadas com cisternas, banbeiros e fossas e gerenciando água de qualidade.

### Situação Final 2:

Famílias acessando recursos para fins de reformas e construções babitacionais.

QUADRO 03

ATIVEIAGES	PLANEURDAS	REALIZADAS	NºMEDIODE PARTICIPANTES
Dursos de gerendiamento de rebursos hidificias	()4	B	30
Popasse de recursos pera construção de disternas (16.000 E) e rossas septicas	a	α	55
Reumões de mandoramento	05	15	25
Accompanhar e identificar as familias			30
Repartar recursos Versociações).	(18	03	25
Persones de mondamentento.	05	- 06	3
Avolisção final	α	OT.	

Entretanto, avaliações da própria Comissão e do conjunto do MOC exigiram desafios poderosos. E aqui se vai, talvez, perceber melhor a dimensão de integração entre as linhas do PVN e a centralidade estratégica referida na seção relativa à formação de lideranças e ao fortalecimento das organizações locais e regionais.

Ou seja: se é verdade que esses resultados fortaleceram as Associações e contribuíram na organização das famílias, também é verdade que geraram uma situação de relativa dependência política e financeira das Associações para com o MOC e o PVN. E mais: gerou uma aproximação das famílias que se traduz, em boa parte, como mero (bom) interesse pelo acesso aos recursos. E isso precisa ser refletido e reencaminhado.

Desse modo, a solução deve ser apontada ao longo de 2005. O destaque, porém, vai para além da clareza e da presença desse importante desafio. O destaque está circunscrito ao campo mesmo do incidente significativo, ou das situações geradoras, como quer Paulo Freire. Ou seja: a partir de uma situação concreta, o grupo, coletiva e democraticamente, reflete-a, e, então, a encaminha. Aqui está, talvez, um dos pilares da construção de políticas, e, por assim dizer, do fortalecimento de organizações, em especial da agricultura familiar no semi-árido baiano.

### 4. ENCAMINHAMENTOS E CONCLUSÕES PRELIMINARES

A essas ações acima expostas deve-se acrescer outras mais particulares e objetivamente destinadas às crianças, conforme tabela abaixo:

#### Situação Final:

Crianças e adolescentes com maior oportunidade e acesso à ações de desenvolvimento infanto-juvenil e participando de atividades de lazer.

#### QUADRO 04

ATMINDES	PLANEJADAS	REALEADAS	Nº MÉDIO DE PARTICIPATION
Haunièse planejamento (comunidade/escola/CAT/PRL).	05	0/	25
Chainas de produção de grentos e materiais.	18	(3)	40
24 Oficinas de elaboração de carbas e integração	24	25	40
Apoier comemorações que abordam jogos, os costumes e o respate outural feita pelas comorridades.	21	25	150
Reuniões de Monitoramento.	W.	Ø.	25
Amelação Final	m	OT.	25
AvalArte	Ot .	Ot .	250

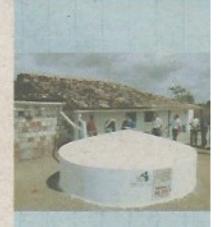
E aqui também cabe um breve comentário.

O resultado maior dessas atividades deve ser o bem estar das crianças e a qualidade de vida de suas familias. Buscou-se chegar a esse fim, cercando os atores relacionados ao universo decisório e de atuação para com as crianças, a saber, escola/educação, familia/saúde e saneamento, cidadania e sociedade civil/organizações. E mesmo as próprias crianças foram aos poucos crescendo como alvo sensível de reflexão política e pedagógica. E cresceram a partir de que passaram a participar de eventos e espaços de lazer e cultura.

Mais que isso, o PVN incorporou uma discussão acerca do seu foco, de sua concepção no que diz respeito a referência para proposição de políticas e projetos. Assim, após cerca de 2 anos, as comunidades passam a se orientar pelo foco ainda mais fechado, concentrado e circunscrito nas crianças.

Mais precisamente, as comunidades, a Comissão e a Equipe do MOC e do PVN entenderam que havia diversos bons resultados nas estratégias acima adotadas. Porém, há que se verificar 2 outros aspectos a serem melhor e diligentemente perseguidos:

- a) Um foco e uma abordagem mais precisos: Direitos da Criança, por exemplo;
- b) Um trabalho que já incorporasse o término do Projeto, de forma a gerar situações de maior sustentabilidade;



E, por fim, e principalmente, uma reflexão que continue a buscar a integração de ações e atividades, e que seja, efetivamente, uma experiência concreta a ser sistematizada. E assim possa ser alvo de proposição e referência para a constituição de democráticas e participativas políticas públicas de desenvolvimento das crianças e comunidades. A esperança é que se possa, em breve, reunir esforços para a formação de um pacto pela infância.



## Pesquisa enquanto instrumento de Políticas

### I - PESQUISA ENQUANTO INSTRUMENTO DE CONHECIMENTO DA REALIDADE E SUBSÍDIO À DISCUSSÃO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

## 1. INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil é, há muito tempo, objeto de discussão política por representantes mais diversos—intelectuais, entidades organizadoras dos trabalhadores rurais, a Igreja, o Estado - enquanto problemática social da maior relevância para a resolução das desigualdades sociais. No entanto, até o presente momento, a compreensão de políticas públicas voltadas para a população assentada restringia-se a: acesso a terra, assistência técnica e crédito rural. Outras questões, hoje consideradas fundamentais, ficaram de fora do debate.

Pode-se dizer que não há até os dias atuais uma proposta concebida de um ponto de vista integral que também (re) conheça como de relevância social para assegurar maior qualidade de vida outras questões presentes nos processos sociais de Reforma Agrária, tais como: a problemática da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos, do meio ambiente, da educação, da saúde, da segurança alimentar, da cidadania, do esporte, cultura e lazer, da moradia com saneamento básico, da comunicação, do transporte, crédito, ATER, dentre outras.

O desafio assumido nessa **proposta** dizia respeito a como fazer um estudo da realidade social das áreas de assentamentos com a participação direta dos seus atores sociais principais desde o momento da discussão da proposta e concepção da pesquisa, no levantamento dos dados/informações setoriais, na discussão sobre a sistematização dos dados e na formulação das diretrizes políticas setoriais.

A pesquisa, convênio MOC e MDA (SRA) e implementada em parceria com a CETRA-Ce e Coopagel-Pe, sobre as áreas de assentamentos de 03 estados do Nordeste (Ba, Pe e Ce), em 14 territórios reconhecidos pelo MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), buscou conhecer as reais dificuldades e potencialidades existentes nas experiências estaduais para subsidiar tecnicamente os diversos atores (movimentos sociais e poder público) diretamente envolvidos com a questão agrária no Brasil na discussão e formulação de políticas públicas setoriais (articuladas e integradas) voltadas para desenvolver e viabilizar as diversas experiências de reforma agrária.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a definição de políticas públicas de apoio às áreas de assentamentos dos territórios diagnosticados, de forma articulada e integrada, tendo por base o conhecimento da realidade setorial que foi construído com a participação social (os sujeitos sociais diretamente envolvidos), estaria valorizando a experiência inovadora de construção de conhecimentos para o desenvolvimento social com a participação direta dos próprios atores sociais dos assentamentos.

## 2. CONCEPÇÃO, OBJETIVOS, ÁREA DE ABRANGÊNCIA E PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.

### 2.1. CONCEPÇÃO

A pesquisa partiu da compreensão de que não se tratava apenas de um momento de levantamento de dados por pesquisadores externos para posterior elaboração de relatório. Mas da oportunidade *inédita* de formação político-pedagógica dos atores políticos de base (assentados, entidades representativas, técnicos, Ong's, etc) para *autoconhecimento* da realidade setorial das áreas de Reforma Agrária pelos próprios assentados.

Nesse sentido, o diagnóstico - enquanto retrato social amplo dos assentamentos - constituiu-se num instrumento de discussão e formulação de políticas públicas em bases ao conhecimento da realidade. O estudo, assim, procurou subsidiar o processo de discussão política (situação das áreas) e sobretudo técnico (o que fazer) das diversas questões setoriais que foram suscitadas.

A experiência deveria ainda assegurar a continuidade do processo, colocando os atores diretamente envolvidos e interessados com a questão agrária para discutirem e pensarem propostas concretas de políticas setoriais para serem implementadas com controle social dos representantes dos movimentos sociais do campo.

Para tanto, pensou-se num processo que assegurasse a participação dos atores de base: a) no conhecimento e discussão da proposta de diagnóstico, b) na apropriação crítica do conhecimento preliminarmente sistematizado, c) nos momentos públicos de debate com a participação das instituições governamentais responsáveis pela implementação de políticas nas áreas de reforma agrária.

#### 2.2. OBJETTVOS

A proposta originalmente conveniada para o diagnóstico das áreas de assentamentos estabeleceu basicamente os seguintes objetivos:

 a) diagnosficar a situação atual de assentamentos rurais em termos de suas necessidades básicas;

- b) Identificar as principais demandas de políticas públicas que possam assegurar a sustentabilidade dos assentamentos;
- c) possibilitar o debate entre representantes dos assentamentos, técnicos, representantes de organizações comunitárias e do poder público, visando o aprofundamento das questões relativas às experiências e a reunião de esforcos para a superação dos problemas;
- d) formulação de propostas de políticas públicas com a participação direta dos representantes dos assentamentos;
- e) possibilitar o enriquecimento dos debates territoriais com o conhecimento mais profundo da realidade dos assentamentos pelos Conselhos de Gestão, Movimento de Mulheres, Professores e Poder Público;
- f) dirigir, na medida do possível, os levantamentos para os assentamentos existentes nos territórios definidos ou em definição pela SDT/MDA.

#### 2.3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Aárea geográfica diagnosticada com o processo de trabalho teve como referência os territórios já constituídos ou em processo de formação, abrangendo os assentamentos de reforma agrária e de crédito fundiário, conforme abaixo:

Bahia. Os territórios do Médio São Francisco, composto de 13 municípios, Sisal (Semi-árido), composto de 19 municípios, Irecê, composto de 19 municípios, Chapada Diamantina, composta de 21 municípios, Sul da Bahia, composto de 25 municípios e, Baixo Sul, composto de 16 municípios;

Ceará. Os territórios do Sertão Central, composto de 11 municípios, Sobral, composto de 14 municípios, Itapipoca, composto de 18 municípios e Inhamus-Cratéus, composto de 20 municípios;

Pernambuco. Os territórios do Sertão do Araripe, composto de 11 municípios, Sertão do Pajeú, composto de 20 municípios, Agreste, composto de 16 municípios e Mata Sul, composto de 19 municípios.

#### 2.4. PROCESSO METODOLÓGICO

O processo metodológico de construção de conhecimento dos diversos assentamentos diagnosticados, contou com a participação dos próprios atores dos assentamentos: a) na discussão da proposta de pesquisa e sua finalidade, desdobramentos, b) na construção e discussão dos instrumentos de levantamento de dados, no aperfeiçoamento e inclusão de novas questões para maior conhecimento, c) na concepção pedagógica e do processo metodológico de trabalho a ser implementado, d) na indicação dos representantes de cada área de assentamento a ser tecnicamente capacitado para fazer a discussão da proposta e o levantamento dos dados/informações junto às áreas, e) na discussão,





análise e sistematização preliminar dos dados setoriais que foram levantados por assentamento/território, f) por fim, na discussão e formulação de propostas políticas públicas setoriais para serem consideras e apoiadas pelos órgãos responsáveis pelos processos agrários no Brasil, nos estados e municípios.

Dito isto, cabe ainda destacar os diversos passos concretos que foram dados no processo de implementação coletiva da construção de conhecimento:

- reuniões para definição e montagem dos instrumentos técnico-metodológicos apropriados para levantamento;
- a seleção dos assentamentos tendo por base os territórios, em cada estado;
- a realização de oficina de nivelamento da equipe técnica acerca das razões da proposta e dos propósitos da pesquisa;
- a realização de 14 seminários regionais para a discussão da proposta de pesquisa, dos instrumentos técnicos de levantamento de dados-informações, sensibilização e capacitação dos representantes e lideranças dos assentamentos para levantamento de dados junto às áreas;
- a realização de reuniões comunitárias nos assentamentos, pelos dirigentes de assentamentos, para discussão da proposta de diagnóstico e coleta de dados da realidade local;
- a realização de 14 seminários regionais para construção coletiva dos perfis de realidades dos assentamentos e territórios;
- a realização dos 14 seminários regionais de "devolução" e discussão dos dados sistematizados e as devidas complementaridades, com participação de representantes dos assentamentos, dirigentes das entidades representativas, técnicos de ONG's e de órgãos do estado envolvidos com as áreas no estado e regiões;
- a realização de Seminário Interestadual para apresentação às entidades da sociedade civil e do Estado, técnicos de Ong´s e representantes dos assentamentos — dos resultados preliminares do diagnóstico das áreas de assentamentos dos 14 territórios dos estados de Bahia, Ceará e Pernambuco;
- a realização de 03 encontros estaduais, com representantes das áreas de assentamentos e das entidades representativas dos movimentos sociais, bem como das instituições públicas dos estados, para conhecimento, discussão e complementaridade ao conteúdo da Versão Final (Preliminar) do Relatório da Pesquisa;
- a sistematização preliminar dos dados coletados para subsidiar o processo de devolução e discussão de políticas públicas em bases à realidade;
- a sistematização preliminar dos dados, por área de assentamento e por territórios, para subsidiar o processo de análise e elaboração do relatório;
- reuniões permanentes da equipe técnica para planejamento e avaliação das ações do projeto.

### 2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o processo de trabalho, algumas considerações finais podem ser tiradas:

- O diagnóstico das áreas de assentamos dos 16 territórios dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, representa uma experiência importante de produção de conhecimento da realidade social conjuntamente com os seus atores sociais diretos (os assentados/entidades) enquanto fundamento preliminar na definição e formulação de políticas públicas setoriais articuladas e integradas com a participação de representantes e beneficiários;
- A especificidade da participação dos próprios sujeitos sociais do campo no
  processo ativo e de autocrítica simultânea desde a concepção da proposta de
  pesquisa; a discussão, aperfeiçoamento e apropriação dos instrumentos técnicos de levantamentos de dados-informações das próprias áreas de assentamentos, até os vários momentos para sistematização primária dos dados
  pesquisados e discussão de propostas;
- O diagnóstico constitui-se num forte instrumento técnico que poderá subsidiar — havendo vontades políticas institucionais - a formulação de política e programa de incentivo e apoio a viabilização dos assentamentos;
- A importância do trabalho de desenvolvimento territorial enquanto estratégia consequente na definição e implementação de políticas públicas setoriais articuladas e integradas voltadas para a redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida em áreas e regiões de maior pobreza social.

### CONCLUSÕES GERAIS

No texto de abertura deste relatório, colocamos nossa concepção e entendimento do que significa construir e interferir em políticas públicas, assim como destacamos a orientação de nossa entidade na linha de trilhar esta estrada.

Ao final deste relato, impõem-se algumas conclusões e reflexões, a partir dos mesmos motes trabalhados no texto inicial. Convém, no entanto, ressaltar, que a análise dos programas não será exaustiva, destacando-se apenas alguns aspectos da prática dos mesmos, para não nos tornarmos enfadonhos e prolixos. Fica ao leitor, deste modo, a tarefa de desmembrar, relacionar, descobrir outros inter-relacionamentos. Missão esta a ser desempenhada, naturalmente, junto ao processo da crítica, da discordância, do debate que faz crescer o conhecimento e a vida.

## O QUE EMERGE DE NOSSA PRÁTICA?

- EMERGE O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL QUE VEM ATUANDO, CRESCENTEMENTE, NAS FRENTES QUE REFLETIMOS NA ABERTURA DESTE RELATÓRIO.
- A ação do Programa consubstanciada, por ex. no CAT Sub-programa de Formação de Professores Rurais já realizou duas sistematizações de sua prática, estando as mesmas publicadas em livros que ganharam dimensão nacional. Por conta disso o CAT é convidado nacionalmente a debates sobre educação do campo e sua experiência considerada e valorizada. Muitos dos seus princípios e propostas estão inseridos nos documentos oficiais da nação sobre educação do campo. A última reedição do livro foi assumida pela SDT Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário, como referência de trabalho. Sua prática tende a ser universalizada, pela adesão de prefeituras, Universidades e ONGs...
- O sub-programa Baú de Leitura vem disseminando sua proposta e prática entre outras ONGS e poder público. Sua prática também tende a ser universalizada, inclusive fora da área de ação do MOC o que se dá pelo Programa Estadual e Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Seu processo metodológico, de certo modo sistematizado internamente na equipe, encontra-se em processo de sistematização mais ampla, com participação de quatro parceiros: Centro D. José Brandão de Castro de Aracaju, UNDIME de Sergipe, Missão Criança de Aracaju e IRPAA de Juazeiro da Bahia. O Baú, assim, quer submeter-se ao debate público, na construção de uma política de leitura.
- O sub-programa de Jornada Ampliada do PETI é detentor, hoje, de uma proposta metodológica de formação e monitoramento dos processos de Jornada Ampliada. A proposta aqui executada se projeta também em nível nacional.

Através destes processos acima delineados, o Programa se tornou um centro de referências de experiências em educação formal, adotando princípios da educação popular e está constantemente fomentando o debate neste particular.

O Programa, assim, sai a passos largos, de projeto, para entrar no campo das políticas.

Se o Programa tem sido ágil em sistematizações, proposições e processos afins exerce, também, um nível elevado de **execução de políticas**, máxime naquilo que se refere a processos de formação de educadores, seu ponto forte. Os expressivos números de educadores e crianças com que lida são testemunhos disso. Finalmente cabe ressaltar uma fortaleza e duas fraquezas do Programa no campo das políticas públicas:

- Inter-relacionando os três sub-projetos caminha, interessantemente, para a
  construção de uma proposta de educação integral e a tempo integral e mobiliza a sociedade para esta finalidade; isso é fortaleza.
- Não consegue interrelacionar-se suficientemente com a sociedade civil organizada em termos de que ela assuma os projetos, tome-os para si, controle sua execução nos respectivos municípios e na região, o que fragiliza seu relacionamento com o Poder Público na linha da construção de políticas.
- Finalmente, é fato que o relacionamento com o Poder Público está mais no nível do executivo e que as instâncias municipais de elaboração e controle de políticas não assumiram ainda a caminhada. Isso é fragilidade.
- 2. EMERGE O PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FA-MILIAR NO SEMI-ÁRIDO, TAMBÉM ATUANDO EM QUATRO FRENTES IN-TERCOMPLEMENTARES:
- 2.1. O Sub Programa de Assistência Técnica criou, ao longo do tempo, uma metodologia de trabalho com as comunidades, centrada em três linhas básicas:
- De um lado, uma abordagem simples, eficiente para as comunidades e famílias planejarem suas propriedades dentro de princípios de convivência com o semi-árido;
- De outro uma assistência técnica centrada nas pessoas, convivência com o semi-árido, paciência pedagógica, construção comunitária dos processos;
- Um Fundo de Crédito criado a partir dos vários financiamentos recebidos da cooperação internacional, que evoluiu para o Cooperativismo de crédito na Região.

Hoje se evolui para uma assistência técnica envolvendo os jovens na sua elaboração e execução, trabalhando em conjunto com outras ONGS do semi-árido na busca de formulação de uma concepção/metodológica de assistência técnica para famílias do semi-árido.

O sub-programa tem sido capaz de mobilizar uma quantidade grande de recursos federais e estaduais, aplicá-los dentro de seus princípios e de trabalhar sempre em conjunto com os movimentos sociais e sindicais da região. Tornou-se, assim, referência regional e, em certos aspectos, estadual, de políticas.



No entanto, seu envolvimento grande com a dimensão da **execução** de políticas o fez deixar de lado aspectos mais refinados de formulação, sistematização e controle de políticas, incorrendo em certo perigo de perder sua identidade.

Revendo criticamente seus processos em fins de 2004, se projeta, para 2005, já em outras bases de trabalho.

#### 2.2. O Sub-Programa de Recursos Hídricos

Este sub-programa está nas bases do bem sucedido Programa um Milhão de Cisternas, construído e coordenado pela ASA — Articulação no Semiárido Brasileiro. Muitas de suas práticas foram incorporadas no P1MC e o MOC continua sendo uma entidade forte e influente na ASA. Deste modo, foi a sistematização regional, incorporada posteriormente em outros processos mais amplos a nível nacional, que gerou o P1MC, programa que se pode considerar uma política criada pela sociedade civil e assumido pelo governo, executada em nível de cerca de 80% pela sociedade civil organizada nos estados. Hoje o P1MC conta com verbas registradas no orçamento da União para sua execução, aprovação no CONSEA e outras instâncias federais de elaboração e fiscalização de políticas. Assim, a prática do Programa é sistematizada, se projeta, é incorporada e gera políticas de recursos hídricos para consumo humano. Aprofundando a reflexão vemos que:

- O número expressivo de cisternas e processos a ela correlatos na região mostra o acerto do passo dado ao sairmos de projeto para política e o significado deste programa.
- Uma grande preocupação com a execução, se bem que comece a espalhar a
  prática das cisternas por toda a região e gerar um movimento de busca de
  mais cisternas, mergulhou a equipe, demasiadamente, no processo do fazer,
  restringindo uma prática muito saudável que era a de reunir os grupos para
  interferir em políticas de água nos municípios. Essa prática, de certo modo
  protelada, volta forte em 2005, dada à importância da mesma e o fato de que
  trabalhar políticas públicas não é apenas executar processos. Não podemos
  esquecer de refletir, propor, negociar, sistematizar novas práticas, fiscalizar.
- Além disso, a prática do programa está muito centrada em água para consumo humano. A captação de água para consumo animal e produção ainda é embrionária e incipiente.

#### 2.3. O Sub-programa de crédito

Oriundo dos fundos rotativos com que trabalhamos durante décadas, este sub-programa desenvolveu-s para a criação dos processos das cooperativas de crédito da agricultura familiar na região, hoje coordenadas pela ASCOOB — Associação das Cooperativas da Agricultura Familiar e trabalha os fundos rotativos através do COGEFUR- Conselho Gestor do Fundo Rotativo. O grande objetivo era viabilizar poupanças para a região e implementar processos de crédito para a agricultura familiar. As experiências do programa ,que se espalharam especialmente pelo nordeste do Brasil, são tidas como referência de debates e processos de crédito. Reflexões apontam para questões como:

- A criação de muitas cooperativas, se bem que espalhe o processo pela região e fora dela, gera também problemas gerenciais e administrativos;
- Há, hoje, uma participação forte de representações da região em nível nacional, construindo com o governo e outras representações da sociedade civil, referenciais de políticas de crédito que sejam passiveis de ser trabalhadas a nível mais amplo, respeitando-se as características regionais, tendo as cooperativas um forte papel no repasse dos créditos; isso é sair de projeto para política.
- Possibilidade de administração de volumes altos de recursos para crédito da agricultura familiar, o que antes sobrecarregaria as organizações de base e ONG e inviabilizaria o crédito. Isso é projetar-se para a universalização.
- A inexistência de um forte processo de bases sociais que cobrem, participem, debatam, disputem, projetem com reivindicações e mobilizações aquilo que pretendem conseguir, fragiliza a caminhada das cooperativas rumo ao crédito oficial, seu grande objetivo.

#### 2.4. Sub-Programa de Pequenas Agro-Indústrias e Comercialização

Este sub-programa ainda se encontra em ações iniciais de organizar grupos que busquem beneficiar seus produtos e entrar por processos de agregação de valor e comercialização. Os grupos começam a surgir, organizar suas investidas, captar recursos, projetar processos mais ousados e articulados de interferência.

#### Exemplos se evidenciam:

- De um lado, grupos de mulheres artesãs que, ao se organizar, projetam seus produtos em nível nacional e internacional;
- De outro, uma incipiente entrada nos programas de alimentação escolar, que demonstram o grande potencial de redirecionamento deste mercado para produtos regionais e de geração de renda para as famílias. O caminho, no entanto, a percorrer, ainda é muito grande.



Os processos e caminhos trilhados mostram o sub-programa em bom caminho, embora necessite de focar mais suas práticas e processos.

## 3. EMERGE O PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EM SEUS VÁRIOS MATIZES, PRÁTICAS E SUB-PROGRAMAS

#### 3.1. Fortalecimento da Sociedade Civil:

Investindo em que as organizações da sociedade civil se fortaleçam pela definição de seu projeto político e de suas estratégias básicas de ação, o subprograma vem se rodeando de organizações mais autônomas, capazes de dizer sua palavra, de expressar seu plano de ação, de interferir em políticas, de dialogar com o Poder Público, construir processos que possam ir além do costumeiro ser contra isso ou aquilo. Deste modo estas organizações passam, pouco a pouco, para o campo das proposições, negociações, intermediação, fiscalização, execução de políticas.

Diante desse quadro emergem, entre outros, os seguintes resultados:

- Pólos Sindicais e Sindicatos que captam recursos governamentais para capacitar seus quadros na gestão de políticas;
- Pólos e Sindicatos e Associações e Movimentos de Mulheres que constroem, junto com outras organizações da sociedade civil e o poder público, o desenvolvimento de seus territórios, de modo mais avançado na Região do Sisal e mais embrionário da Região do Jacuípe. Os processos que aí se desenvolvem caminham desde o planejamento comum – poder público e sociedade civil – de linhas de políticas de educação, cultura, gênero, água, terra, renda, venda de produtos etc, até a execução comum ou especializada destas propostas, sempre monitoradas coletivamente;
- Movimento Sindical dinamizando e forçando a agilização da liberação dos créditos do PRONAF B e C, o que significa entendimento do significado do PRONAF e do papel das organizações na pressão, monitoramento e agilização de programas e políticas governamentais;
- Movimentos Sindicais trabalhando, através de créditos e assistência técnica negociados com o Governo Federal, a viabilização de assentamentos de reforma agrária;
- Jovens que se auto-organizam para descobrir sua missão, tarefa, redescobrir seu lugar no semi-árido e no desenvolvimento da região, para buscar seu espaço na organização da agricultura familiar e para interférir em políticas de jovens na região e em nível nacional.

Esses resultados emergem frente ao fato da descoberta, pelas entidades, de sua missão e função estratégica. E também ao fato de que na definição de estratégias a questão da interferência em políticas públicas se tornou crucial e central.

#### 3.2. Direitos da Criança e do Adolescente:

Aatuação em políticas públicas por parte deste sub-programa, se dá por algumas linhas de forte cunho de fiscalização e controle social, mescladas com processos de proposição de políticas.

Na nossa região, a expressão principal de políticas da infância e da adolescência, está materializada no PETI. E através do PETI tem se materializado muito a interferência do sub-programa. Vejamos:

- nas instâncias das comissões sub-regionais e regionais, se exerce um forte
  controle social sobre o desenvolvimento do programa PETI, voltando-se a
  atenção para a boa execução de suas metas, a freqüência das crianças à
  escola e jornada, qualidade da escola e da jornada, assim como sobre a
  manutenção do PETI. Os debates nestas instâncias foram fundamentais e
  decisivos para que o Governo Federal mantivesse, expandisse e colocasse
  mais recursos no PETI, programa que estava quase em extinção;
- nas instâncias do Projeto Agente de Famílias se formam as famílias e as organizações da agricultura familiar ligadas ao PETI para um entendimento do programa enquanto direito e não bondade, em ações voltadas mais concretas e diretamente voltadas para as políticas municipais;
- participando na Comissão Estadual se colabora na definição das políticas para a infância e adolescência no estado e para o bom exercício do PETI, agregando-se ao mesmo outras ações de caráter mais estruturante como: geração de renda, assistência técnica, formação de lideranças etc.

#### 3.3. Conselhos de Gestão

Os Conselhos são instancias de construção de políticas. Compostos de representantes do poder público e da sociedade civil, são responsáveis por processos de construção e monitoramento de políticas setoriais.

O sub-programa se dedica a formar os Conselheiros em processos políticos e de gestão, na linha de construção destas políticas.

Normalmente meio vazios, dada a quase impossibilidade de se interferir em políticas sem propostas mais efetivas, sem uma qualificação maior por parte da sociedade civil e sem um conhecimento de causa por parte dos conselheiros, o programa inovou em 2004 com um diagnóstico diretamente feito pelos conselheiros, que os levou ao conhecimento concreto da realidade de saúde e educação de seus municípios, decorrendo daí também ações concretas na linha de solucionar os problemas detectados.

Esta linha se pretende aprofundar e continuar em 2005.

#### 4. EMERGE O PROGRAMA DE GÊNERO

Uma de suas linhas é o fortalecimento do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, para que possam, através de seu movimento, estar presente em espaços de construção de políticas, interferir mais decisivamente em algumas políticas, a exemplo bem especifico da geração de renda e crédito.

Outra de suas linhas é estabelecer a dimensão transversal de gênero em programas do MOC e ações outras da região, atuando para isso em consonância com outros grupos e programas.

Resultados desta caminhada são:

- Apresença forte do Movimento e das mulheres na organização da Conferência Regional e Estadual de Mulheres e muitas das propostas da região incorporadas na Conferência Nacional. São as mulheres que descobrem a importância de sua presença em nível estadual e nacional, não apenas negociando projetos, mas construindo políticas. Saem de projetos para políticas.
- As mulheres ocupando mais espaços estratégicos nas cooperativas de crédito o que vai redundar, certamente, em políticas afirmativas para mulheres, a nível das cooperativas de crédito.
- Uma interessante rede de produtoras, centradas em produtos da agricultura familiar, ocupando espaços no campo e na cidade.
- Mulheres descobrindo e buscando implementar o PRONAF Mulher e construir políticas de água para a região.
- Conteúdos e práticas de gênero inseridos em processos de assistência técnica da agricultura familiar e de educação do campo.

#### 5. EMERGE O PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Num esforço interessante de se tornar instrumento de construção de políticas de convivência com o semi-árido, de melhoria de vida para as crianças e adolescentes e de desenvolvimento territorial sustentável, o Programa de Comunicação tem apostado fortemente em transmitir e dar visibilidade a processos de conquistas positivas da régio, de cada categoria, em ser instrumento de debate de direitos, em operar uma comunicação democrática.

Neste âmbito qualifica comunicadores, forma jovens que assumem processos de comunicação na região, ajuda a qualificar a comunicação nas

entidades, projeta para o Estado e o país o que de bom e positivo acontece em nosso meio, assim como profeticamente denuncia os problemas e desvios existentes.

Seus instrumentos principais são os jornais e rádios, assim como a parceria com as entidades de comunicação ou não da região.

#### EMERGEM AINDA DOIS PROJETOS ESPECIAIS: CRÉDITO FUNDIÁRIO E VIDA NOVA

O primeiro trabalha as políticas do crédito fundiário na perspectiva de fazer chegar às famílias e comunidades informações qualificadas sobre o programa e de ajudar a formar os grupos que desejam entrar nesta experiência.

O segundo trabalha em áreas especificas os direitos das crianças e adolescentes a partir de um conjunto de ações integradas: escola, leitura, jornada, crédito, melhoria habitacional, acesso à água e outras ações. A intuição é que políticas, a partir destas ações, tragam um respeito pleno aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Finalmente uma espécie de ápice do trabalho de políticas públicas do MOC é o assim denominado desenvolvimento territorial.

Há anos, estamos debatendo, errando e acertando, polemizando, interferindo e construindo políticas. Este processo teve sua caminhada imensamente potenciada no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Bahia e no Sisal, dado que este programa sempre fez questão de colocar no diálogo, frente a frente, poder público e sociedade civil, numa construção difícil mas democrática. Se é verdade que qualificamos o PETI com nosso trabalho, é certo também que ele proporcionou um certo ápice ao nosso processo de trabalho, no território. A partir daí procuramos debater mais processos, políticas e menos projetos, atores e sujeitos isolados.. Confluem, hoje, poder público e sociedade civil, de origens e partidos políticos variados, para a construção do desenvolvimento sustentável do território. E aparecem, na linha de um interrelacionamento, propostas de políticas de educação, de cultura, de juventude, de geração de renda, de alimentação escolar e outras. Evidentemente, ainda estamos longe e muito longe de estabelecer uma concepção sustentável de políticas e de definição de estratégias para consegui-las. Mas é animador constatar entidades as mais variadas da sociedade civil, os poderes públicos municipais, as organizações de cunho regional, em algumas ações o próprio Estado da Bahia, com um apoio forte do Governo Federal construindo um processo de confluências de políticas em torno do desenvolvimento territorial.

Olhando retroativamente, há uns 15 anos, o MOC e seus parceiros resolveram sair de projetos para políticas...sair de olhar apenas para si mesmo e para seus projetos, para olhar para processos mais amplos... sistematizar e



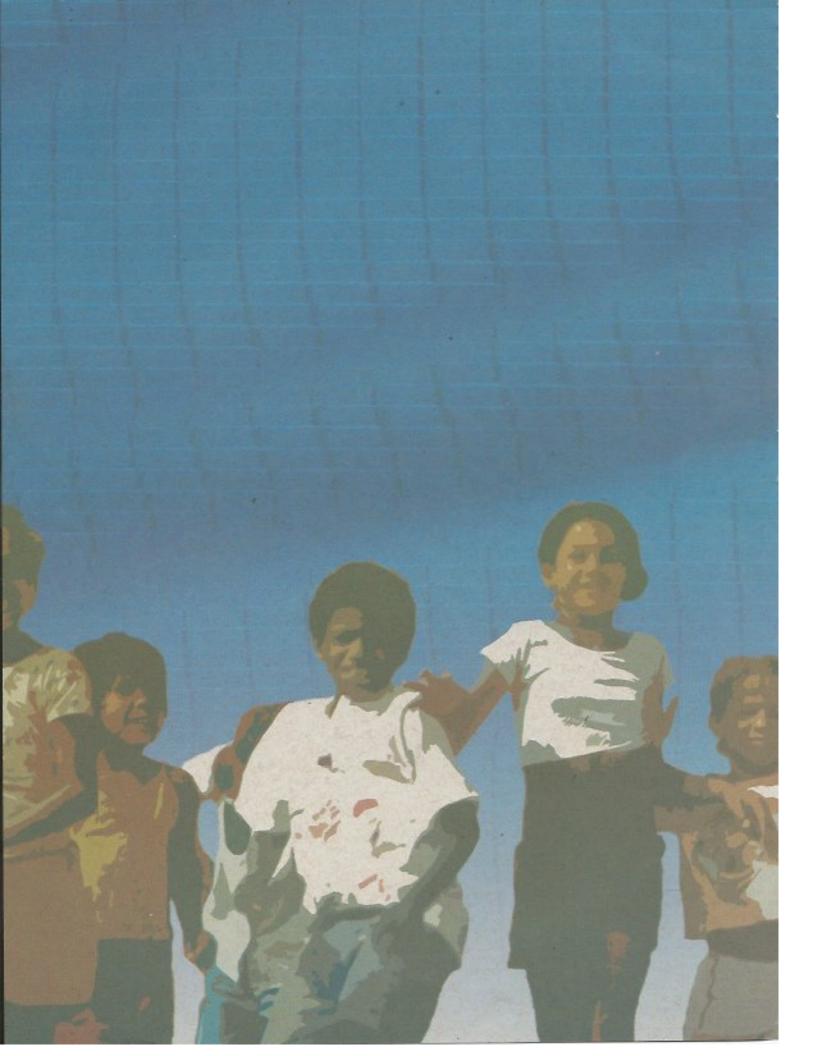


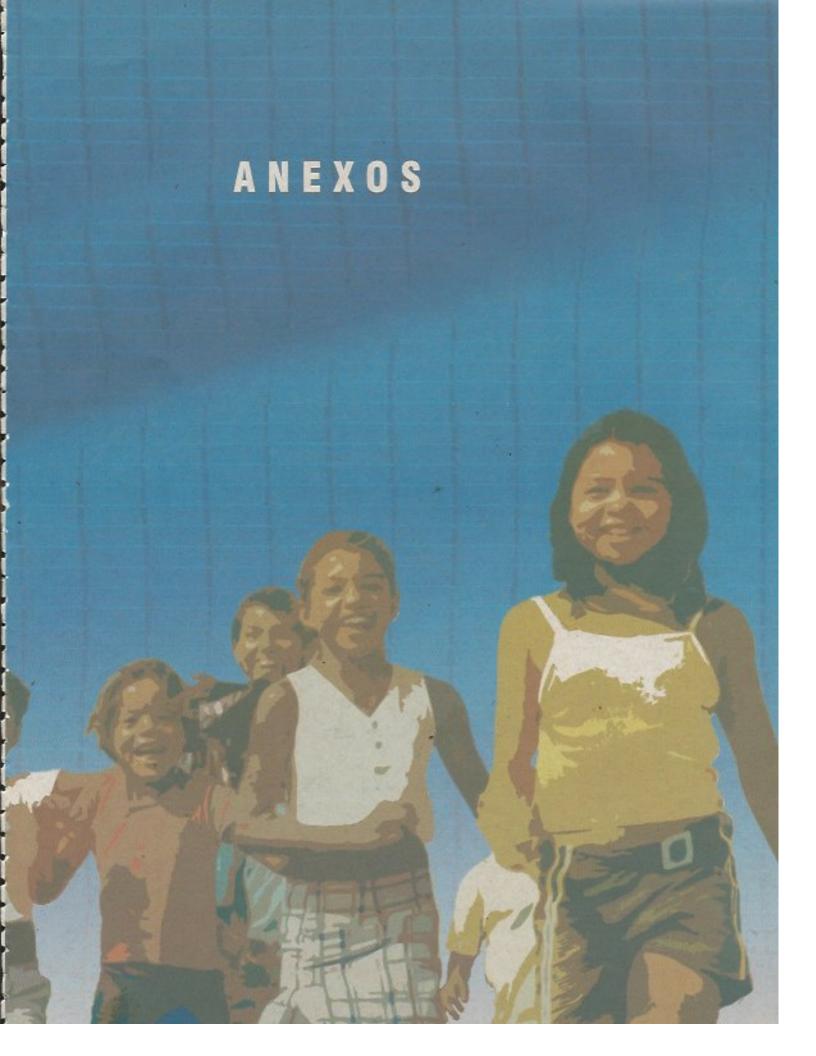
abrir suas experiências para a crítica e o debate das pessoas ...projetar na mídia suas experiências bem sucedidas em todos os campos referenciais. Hoje, conclui-se que:

- Todos os nossos programas apresentam sinais de ter assimilado a proposta e de querer buscar maneiras de atuar no campo de políticas públicas;
- Os resultados conquistados, principalmente se olhamos do ponto de vista das pessoas que não tinham e agora têm acesso a benefícios concretos de crédito, assistência técnica, saúde, educação, venda de produtos, são bons e animadores;
- É fundamental continuar-se no processo de fortalecimento da sociedade civil para que, organizada, com identidade e personalidade próprias, possa melhor dialogar e interferir nas políticas;
- Permanecem para aprofundamento e reflexão questões como o relacionamento com o poder público, maior controle social, equilíbrio entre execução, reflexão, proposição e fiscalização de políticas;
- Os desafios tornam se maiores de agora por diante, porque somos olhados como uma experiência interessante e, depois, porque queremos sair do nível municipal para aquele de território.









### **Encontros e Eventos Participados**

#### 1. NO ÂMBITO DE GÊNERO

- 1. Seminário Estadual sobre Violência contra mulher e religião
- Seminário Estadual para construção do PRRA 2004-2005 MDA-INCRA
- Seminário Estadual para criação do comitê gestor da Campanha de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural MDA-INCRA
- Reuniões do comitê gestor da Campanha de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural MDA-INCRA
- Seminário Internacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais com ênfase em gênero
- Oficina sobre instrumentos de construção de indicadores Rede Mulher de Educação
- Assembléia Anual da Rede Mulher de Educação
- Seminário Nordeste da Rede Feminista de Saúde sobre Controle de Políticas Públicas de Saúde
- 9. Reuniões com Fórum de Mulheres de Salvador
- 10. Conferência Regional de Políticas Públicas para Mulheres do Litoral Norte
- Conferência Estadual de Políticas Públicas para Mulheres
- 12. Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres

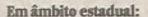
### 2. NO ÂMBITO DE EDUCAÇÃO

Através dos atores que o realizam, o Programa participou de vários espaços de debate político, em âmbito regional, estadual e nacional, apresentando sua experiência, aprendendo com os outros e contribuindo com a construção de uma educação de qualidade.

#### Em âmbito regional:

- Apresentação da experiência do Programa de Educação na Semana de Pedagogia da UNEB — Universidade Estadual da Bahia, em Serrinha;
- Apresentação da experiência de Educação em mesa redonda e mini-cursos na II Feira do Semi-árido, na UEFS — Universidade Estadual de Feira de Santana;
- Participação na Comissão de Educação do CODES contribuindo na elaboração de um Diagnóstico sobre a Educação do Campo que está servindo de subsídio para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável.
- II Conferência Regional de Educação do Campo, com apresentação da experiência e troca de saberes com outras da região;

- Intercâmbio Regional de Cultura e Educação do Campo, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário — SDT — Secretaria de Desenvolvimento Territorial e o MOC, onde diversas entidades da Bahia e de outros Estados (Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais) visitaram e conheceram as experiências em alguns municípios (do CAT, da Jornada Ampliada e do Projeto Baú de Leitura);
- Apresentação e debate do Programa de Educação no Encontro Microrregional da ASA – Articulação do Semi-Árido, realizado na Região Sisaleira.



- Participação no Seminário Estadual de Educação do Campo, realizado pelo MEC – Ministério de Educação e Cultura, SEC - Secretaria Estadual de Educação e FEEC - Fórum Estadual de Educação do Campo; neste Seminário, foi escolhido um Grupo Executivo (MEC, SEC e FEEC) do qual o MOC participa, enquanto representante do Fórum Estadual.
- Participação na II Conferência Estadual de Educação do Campo, junto com a sociedade civil, para avaliação das ações de educação do campo no estado e construção de políticas públicas.

#### Em âmbito nacional:

- O Programa de Educação do MOC organizou a participação de 50 educadores/as da região, para a II Conferência Nacional de Educação do Campo, realizada em Luziânia-GO. Este espaço serviu, além da troca de experiência, como momento de capacitação para os educadores de diversos municípios e fortaleceu a luta por políticas públicas de educação do campo. O MOC também participou do evento como expositor de temas e experiências;
- Apresentação do Programa de Educação no Encontro Nacional da ASA, debatendo a importância de uma educação do campo, voltada para a convivência com o semi-árido e o fortalecimento da agricultura familiar;
- Participação no Seminário sobre Tecnologia Social em São Paulo e apresentação e debate do Programa de Educação no Instituto de Tecnologia Social.

#### 3. NO ÂMBITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- Seminário sobre a 1ª Terra UEFS Feira de Santana;
- Reunião de implantação do CEDECA Feira de Santana
- Seminário Igualdade na Diversidade UNICEF CEAFRO MOC Cipó Salvador:



- Audiência com o Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sr. Patrus Ananias, em Brasília, para discutir os rumos do PETI;
- Reunião com a Secretária Nacional de Assistência Social Márcia Lopes, em Brasília, para discutir sobre a possibilidade de ampliação do PETI;
- Conferência Regional de Mulheres Feira de Santana, Alagoinhas e Estadual em Salvador;
- Reuniões do Fórum Estadual da Criança e Adolescentes e da COMPETI Salvador;
- Lançamento da Campanha de Erradicação do Trabalho Infantil nos países do MERCOSUL – Salvador;
- Reunião sobre Saúde e Educação Núcleo de Educação Feira de Santana;
- Capacitação sobre Competências Familiares e aplicação do Marco Zero Juazeiro — BA;
- · Reuniões com o Grupo de Estudos sobre Família Salvador;
- Oficina da CORDAID para discutir Projetos das entidades e a inserção em Mercado-Salvador;
- Mostra de Arte e Cultura do PETI Feira de Santana;
- Seminário sobre Família: Relações sócio-culturais e ambientais Instituto da Família – Salvador;
- · Reunião do CODES Sisal C. Coité, Valente;
- Visita do Comitê Espanhol do UNICEF à Região Sisaleira Conceição do Coité:
- Visita da Consultora do UNICEF realizando uma pesquisa sobre a educação de criancas de 07 a 16 anos – Feira e Riachão do Jacuípe;
- · Encontro sobre a Política Nacional de Assistência Social Brasília;
- · Encontro Nacional sobre o PETI Brasília;
- Encerramento da Caravana Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
  com uma audiência com o Presidente da República Luiz Inácio Lula da
  Silva em Brasília, onde foi entregue uma carta para o mesmo reivindicando melhorias para o PETI, bem como sua ampliação para atender a
  todas as crianças e adolescentes que trabalham no país;
- Conferências de SAN Regionais (Feira, Irecê,...), Estadual (Salvador) e Nacional (Olinda-PE);
- · Festa em homenagem ao Dia dos Canteiros Santa Luz;
- · Encontro com parceiros de Miserior Salvador;
- Seminário Internacional do COEP, em Maceió, representando a ASA—COEP;
- Seminário Municipal sobre Novo Código Civil OSCIP Antonio Cardoso – Ba;
- · Seminários e reuniões com comissão do DLIS Santa Luz;
- · Curso de Formação da REFAISA (Alagoinhas);
- Oficinas de definição e monitoramento do Plano Estratégico do MMTR-FSA;

- Lançamento do Relatório Anual APAEB Valente;
- · Semana de saúde/cidadania no semi-árido UEFS FSA:
- Seminário de fortalecimento da COOHAFES FSA:
- Seminário de Planejamento estratégico das associações ligadas ao PVN— S. Luz;
- Sessão na Câmara: apresentação do diagnóstico dos conselhos de gestão Queimadas;
- Reunião da COMER/SAN—Salvador;
- Seminário de desenvolvimento da paróquia/comunidade do Bravo Serra Preta;
- · Oficina da Cordaid sobre Planificação de Resultados Ciclo SSA;
- · Encontro Estadual com entidades da sociedade civil e controle das POLPUB;
- Seminário sobre Segurança Alimentar e Nutricional CEDITER Irará;
- Seminário sobre Controle Social das POLPUB Fórum da Cidadania Itaberaha
- · Seminário sobre Associativismo Rafael Jambeiro;
- Reuniões e Seminários sobre Reforma Agrária territórios da Bahia, Ceará e Pernambuco;
- Seminários sobre Relações Sociais de Gênero com trabalhadores da Pedra— S. Luz;
- · Encontro com representantes da OIKOS e da CORDAID;
- · Seminário estadual EBDA Itapoã Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Reunião da coordenação da área de proteção ambiental da Pedra do Cavalo

   Feira;
- · Festa e romaria de Canudos Canudos:
- Avaliação do UNICEF Brasil Seminário Meio Turno Salvador, São Luis MA e Brasília – DF;
- Audiência publica Sociedade civil e prefeita eleita Antônio Cardoso;
- Encontro com empreendedores urbanos de Camaçari CEAPE;
- · Festa de Aniversário do CEAPE Feira de Santana Ba;
- Oficina de Avaliação 2004 e Planejamento 2005 da REPARTE Feira de Santana;
- · Jornada Avaliativa de Projetos Econômicos e Sociais JAPES;
- Seminário de Avaliação Secretaria Agricultura Alagoinhas —Alagoinhas;
- · Seminário de Avaliação PETI 2004 Feira:
- Festa de Aniversário do assentamento de Nova Palmares C. Coité Bahia;
- Oficinas de elaboração do Plano CODES Valente;
- Seminários sobre Qualidade da Educação e Grêmios Estudantis Santa Luz e Araci;
- Seminário de Avaliação PNCF 2004 e Plano 2005;
- · Encontro com poder Local de Itiúba para Planejamento municipal;



## 4. NO ÂMBITO DE AGRICULTURA FAMILIAR/COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

- Encontro Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Brasília-DF;
- Seminário CONAB sobre "Diagnóstico Participativo: produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e do agroextrativismo";
- Oficina Regional com parceiros do Cooperativismo, Negócios e Comércio -Recife-PE;
- Seminário "Desenvolvimento territorial na Bahia: uma política articulada";
- Romaria da Água Feira de Santana-Ba;
- Inauguração das Cisternas Lamarão-Ba;
- Exposição e Debate sobre o P1MC na Feira do Semi-Árido UEFS Feira de Santana-Ba;
- Planejamento da UGM de Vitório do Espírito Santo;
- Avaliação da CRS Feira de Santana e Serrinha-Ba;

### 5. NO ÂMBITO DE COMUNICAÇÃO

- Participação de radialistas em Seminário Nacional da Amarc, em Brasília;
- Visita de Intercâmbio ao Jornal A Tarde e à ONG Cipó;
- Apresentação da experiência na Cúpula Mundial de Mídia pela Infância;
- Encontros de articulação entre entidades regionais para construção do Plano de Comunicação do Território (MOC/Abraço/Uneb/CODES);
- Conferência Estadual de Educação no Campo Salvador-Ba;
- Encontro de Formação de Jovens Lideranças do CAA Gameleira do Assuruá-Ba;
- Encontro de Planejamento da Comunicação para o Plano Nacional de Assistência Técnica – MDA – Brasília-DF;
- Seminário de Formação da Rede CEP Comunicação, Educação e Participação — São Paulo-SP;

#### 6. AO NÍVEL INSTITUCIONAL

- Participação no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Brasilia-DF;
- Participação no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Salvador-BA;
- Participação no Coletivo de Coordenação da ASA-Brasil Recife-Pe;

- Lançamento do Filme sobre a atuação do MOC no Programa de Erradicação do trabalho Infantil – Áustria;
- Conferência Nacional de Educação do Campo Luziânia -GO;
- · Seminário Estadual de Educação do Campo Salvador-Ba;
- · Encontro Estadual da Asa Brasil Teresinha-Pi;
- · Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Recife-Pe;
- Audiência Pública sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil Salvador-Ba;
- Palestra "Estratégias de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Semi-Árido" — Universidade Estadual de Feira de Santana — Feira de Santana-Ba;
- Seminário "Os sentidos da democracia e da participação" Rio de Janeiro-RJ;
- Encontro "Diversidade Pobreza e Diferenças Regionais" Brasília-DF.



1. A Diretoria Eleita em dezembro de 2002 para o biênio de 2003-2004 foi a seguinte:

#### A) Diretoria Efetiva

- João Dias de Araújo
- Clóvis Ramos Lima
- José Jerônimo de Morais
- Maria da Conceição Portela Ramos Lima Diretora Secretária
- Maria das Graças Araújo

- Diretor Presidente
- Diretor Técnico
- Diretor Tesoureiro
- Diretora de Relações Públicas

#### B) Conselho Fiscal

#### Efetivos:

- Roberto Celso Cavalcante
- Maria das Virgens Alves de Almeida
- Vilma Simões Vieira

#### Suplentes:

- Maria Conceição Borges Ferreira
- José Ferreira Sales

#### C) Secretário Executivo

- Naidison de Quintella Baptista
- D) Coordenador Técnico
- Clodoaldo Almeida da Paixão
- 2. Equipe de Trabalho

#### A) Equipe Técnica Básica

Alvaiza Conceição Cerqueira da Cruz, Analice Carvalho do Rosário, Célia Santos Firmo, Cidália Pinheiro Trindade (\*\*), Cleonice dos Santos Oliveira, Cosme Arisvaldo Leal do Nascimento, Eliene Novaes Rocha(\*\*), Emanoel José Mendonça Sobrinho, Francisca Maria Carneiro Baptista, Fredson Mileno Bacelar de Carvalho, Ildes Ferreira de Oliveira, Gisleide do Carmo Oliveira, Gislene Moreira Gomes, Jerônimo Rodrigues Souza, José Nélio Monteiro Corsini, José Gonçalves do Nascimento (\*\*), José Ivamberg Ferreira Silva, José Paulo Crisóstomo Ferreira, Josevonne Dias Serafim, Jussara Secondino do Nascimento Alves, Klaus Minihuber(\*), Lorena de Almeida Cerqueira Lima, Luiz Lisboa de Oliveira, Márcio Fróes da Motta Mascarenhas, Nayara Cunha da Silva, Orlando Sampaio Freire de Mello(\*\*), Paulo Marcos Queiroz dos Santos, Roselice Maria da Silva Van Gastel, Thomas Vogel(\*\*), Sueli Maira Gonçalves Hitti, Valquiria Lima da Silva, Vera Maria Oliveira Carneiro, Zhara Leite Souza e Wilson José Vasconcelos Dias.

#### B) Equipe Específica do PPETI

Conceição Eliana Carneiro, Joseane de Assis Santos e Miralva Alexandre Jorge.

#### D) Equipe de Monitores Vida Nova

Berenice da S. Trabuco, Célia Monteiro Alves Santana, Elias dos S. Santiago, José Eugênio de Souza(\*\*), Luzivaldo Souza dos Santos(\*\*), Maria Márcia Costa dos Santos.

#### E) Equipe do Programa Um Milhão de Cisternas

Aline Nunes Lima, Ana Glécia da Silva Almeida, Antonio Batista da Silva, Gilson Rodrigues do Bonfim(\*\*), Joelson dos Santos Silva, José Macedo de Souza, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos, Nilton Sampaio Freire de Mello, Rosiler da Silva Santos, Sirleide de Oliveira Rodrigues e Silvaney Santiago Souza.

#### F) Equipe Administrativa

Adel Ruy Dantas Cerqueira, Alexandro Lima de Meireles, Darlan de Lima Torres, Dinalva Leite das Virgens, Domício Cerqueira Lima, Donato da Silva, Edivânia Santos de Lima, Everaldo Leite das Virgens, Gilberto Carlos de Oliveira, Gilvan Rogério Vieira de Araújo, Helio Menezes Lisboa, Lorena de Oliveira Cruz, Luis Silva Lima, Margarida Maria Pereira de Jesus, Maria das Graças Souza Bittencourt, Miralva Leite das Virgens, Rosenice Alves de Souza, Sandra Regina Alves Vergne de Morais, Soneide Cristina Oliveira Rios Teixeira, Sônia de Carvalho Souza (\*\*), Soraia Jane Oliveira Rios Carvalho e Vera Lúcia de Lima Torres.

G) O MOC continua contando com a colaboração de voluntários, professores, advogados, médicos e outros, que oferecem sua parcela de contribuição ao trabalho.



### **Recursos Financeiros**

Durante o ano de 2004 contamos, novamente, com a valiosa colaboração de várias pessoas e instituições. Abaixo relacionamos os principais apoios/ parceiros que nos permitiram a sustentação dos trabalhos durante o ano.

#### 1. Fontes de Recursos

#### 1.1. Locais/Nacionals

- · AMANCO;
- · CAR:
- CESE Coordenadoria Ecumênica de Serviços;
- · DED;
- · ELETROBRÁS;
- FEBRABAN Federação Brasileira dos Bancos;
- MDA/SAF Secretaria de Agricultura Familiar;
- MDA/SDT Secretaria de Desenvolvimento Territorial;
- MDA/SRA-Secretaria de Reordenamento Agrário;
- · PFIZER;
- MDS Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome;
- · REDECARDS.A:
- · SETRAS Secretaria do Trabalho e Ação Social;
- · SODVAY:
- UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância.

#### 1.2. Exterior

- · BERLI-Espanha;
- · CORDAID Holanda;
- CRS Catholic Relief Services Estados Unidos;
- · DISOP Bélgica;
- EVERYCHILD—Inglaterra
- HORIZONT 3000 Austria;
- KINDERMISSIONWERK—Alemanha;
- MANUS UNIDAS Espanha;
- · MISEREOR Alemanha;
- · OMICRON-Austria;
- PAO PARA O MUNDO Alemanha;
- RESOURCE FUNDATION (PFIZER) Estados Unidos;
- SOS-PG Bélgica;
- UNICEF/Comitê Suíço.







NESHOU

#### Livros pelo sertão

State de Leitura chega la cidades potres

N Christian Color Color

The final and the self-transport of the self

Common confidence of the confi

STATE OF THE PARTY.

alle Mangari Strade via dropter "toposition for an exercisionine rise in agentyletical del coloriero per crismigate, complementale difference de etc. see see de linger", certificiales di projeto nice attiago semante se

An age on the larger towards as a relation of the depth of the selection o

ZO and

designe (Tipe, region, or their property and a transfer of a transfer of transfer of a transfer of transfer of a transfer of transfer of transfer or property open onto association of an appearance of property on a separate or property on a separate or property on a separate or property

25486-029

Deple students for hole

Projeto Ater Jevens, do MDC - Mevimento de Organização Comunitaria

BEVISTA JOVEMONDA

Charde (person a reservorate, pared the spiritude of the



ACCEPTED TO A STATE OF THE PARTY OF THE PART

REVISTA ÉPOCA 24 MAIO 2004



REVISTABITO E/29 SETEMBRODO04

SECA

#### Água para quem tem sede

O projeto Água e Cidadansa for a entrega, na quarta-feira 22, em Lamarão (BA), de mais 80 cisternas para familias do semi-ándo. Já tinham sido entregues 60. O projeto é uma parcerta entre as empresas Solvay e Amarco e o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e integra o programo nacional de um milhão de cisternas.

SAME ALL THE PARTY OF THE PARTY.

EVENTERED THE WAY THE PER

3,000

### \_ Empowering children, changing lives

Every how over 1,200 children under the age of fire the hum. I preventable diseases. 150 relicon dilaton across the world are maintenabled. 145 relicon children are desired the oppositority of an education, and sensity 250 million children are forced to work to exceed the uncert. 198(CEP). Every day, the basic rights of children are seniously violated.

the destination are spice on an extension, briefly our region of the complete of the property of the property

We trained the foliaglighting, quickness of hinter highs; you may not greater on generations and large death greaters are generations and one-way and appear to engine of missions. By the recognition of missions and officialisms, we can chance the new order of the control of the service of the production of the control of the production of the control of the control of the assessment of the control of the control of the control of the control of the production of the control o

A first injury in a sent of when your probled has don make in the problem of the

Makasan Brough hat mid-the children

Des aless acreal piller blanchis

Del vision acreal piller blanchis

Del vision del trace children

De la blanchista del t

The antique protons, printings with the linguistic protougal than results in teach of the substitution from the TESE of problems, which is most important problems, which is most important property of their visits of inch things the contents and inch things the contents of the contents and the important of their visits of the inches of property demonstrate protons are property of protons of the property of property of the contents of the inches of the contents of the property of property of

REVISTACHEDWORLD







2.AULA 13 10 04

Miercoles solidario

#### SUPLEMENTO ESPECIAL

fue galardonado con el Premio Periodistico 2003 que otorga Unicer a los medios de comunicación que se comprometeñ con la defensa de los derechos de la

infancia. Además del reconocimiento, el premio consistia en visitar alguno de los países donde esta organización desarrolla su labor. El destino elegido fue Brasil a donde viajamos durante el mes de julio-

### AULA visita los proyectos de Unicef en Brasil

prime tres solidarios con les que l'inici d'estaberta en aquel pais suberevisção.

La historia de esse vaje habit commundicimados aries, el 19 de nesimbre de 2008, marsio mostro replembro for galacticario con eleptines permis periodicia en la residadad de persoa que tracefotogo cada atras los regidos de cumuricación que se in voluceran en la deferma de los derechos de la infancia.

El perses comission en viajar a alguno de los defendos de la infancia.

El perses comission en viajar a alguno de los defendos de las defendos de la infancia de las defendos de la infancia de las defendos de la infancia de las defendos de la infanciación respuesada de las defendos de la infanciación respuesada porque allí as Beroan a cabo racios propuratos en la capacidade con el trabaje que nosariros replacamas.

Nacerto vega discurrio por los desentos con el trabaje que nosariros replacamas.

nen todos les bijos irregirables mierrasis machos rifica ao gas-dentra la escuela perque tirona que tiralogar desde que tirrem sobo años para pedir cartes. Pero lambién pudienos com-probar como pas auren gene-ración, de biasa-letos po está da-



#### RECORRIDO

SALVADOR DE BAHÍA

FEIRA DE SANTANA, ESTA segundo ciudad del citudo de llahia. Appi victimens el MCC (flovenicenso de Organización gos belta, cetro citus muchas coses, para croadicar el trobago sistensi.

SERRINIA, Estadoros en usa

CONCIENCAD DO COITÉ.

opernes de familia que fratan de ovejorar las ceraficiones de toda de las familias más política.

RETIROLANDIA. En outr

1832, Samuel Morse conche y risuadve printicamente la sicu de su telégodo electrico durante

#### El hambre y la pobreza obligan a los menores a trabajar

e calcula que en Brand 37 milhones de minos y adobesceries vorme en la milita es das que entre todos am nicastario de gama tuno de 31 entre al militario de parteras de citam en cama que interpreta de citam en cama que interpreta de citam en manara proderir distincción de parteras obtiga a militario de minostre en largo de citam en prodere actualmente para poder administra manara poderir as la militario en citam en citam en citam en como de 14 años entán ras poderes en minos sumas poderir as contra en citam en citam en como de 14 años entán ras como en mora dificial sobre en citam en como de 15 años en como de 16 años en la agrico en mora dificial en citam en como de 16 años en la agrico en mora de las principalmentes de mora de consente con el cama podera en como de securido en como de las militar que no creen que se pueda hause al agrico en minos en como de 16 años en la militar que no creen que se pueda hause al agrico en minos en como que en como de 16 años en la militar que no creen que se pueda hause al agrico en minos en moras de 16 años en la agrico en mora de 16 años en la militar de 16 años en la agrico en mora de 16 años en la agrico en mora de 16 años e



INFANCIA DESPROTEGIDA. Admini de puro



#### Identidade cultural no Baú de Leitura



### Educadores de sete estados conhecem experiências do MOC

acretace em Feira de Santana, oescentro intescirabio de Expenhacus de Educação do taria (MOC). O Tod de Leita Campo, que contazá com a gur- va", um dos projetos do prograticipação de educadores, profes nos de fidacação da entidade, sores, desgentes e lideranças arra pela Habra com 42 coordedos movementos sociais, alexirenderes, 697 movidantes e procos de organizações governa Sessores, em 41 manicipios atisnortais e allo geremunentais giodo 16.854 emaças que atrem no educação do Bakin, Alogous, Cears, Pereuroluco, Micas Germs, Sergipe e 500 professores, 302 cornerida

O mieschelsio será para

No manhà desta quierto feira, conhocer an experièncias est educação do campo, do Movimento de Organização Comuni-

Ouno projeto. "Conheces. Analmis e Transformar a Realidade do Campo" stabulto comdes, 304 escoles, sen hoje 23.566 alagos restriculados.

Auum, o objetivo do encon tro é fortalecer as relações com cursis exidades do puis, para agrender, trocar e corepatilhar assendiragem que combinars para uruz educação de campo de qualidide construindo o desen

Na opertundade, o MOC extra apresentação curar expe nextus para as paracipartes, alem de promover a visita em cisco menetpos code ana, pura mellon conhecimento do upe acontroru sa base.

### Caminhada pela erradicação do trabalho infantil no sábado

Forum Municipal de Prevenção - ção a Sentana da Criança. e Emidicação do Induíto Infantil e Proteção ao Trabalho-

No pascarso sábado, o balho latami? em concessora-

A attrictude será restitoda pela worbă, com concentração encernamento às 11530 "Estados Adolescoure de Ferra de - na proça Pedes da Morza, raida - mos planejando con esento ani-Santona, promovora a "Carn- em direção da puaça D. Pedro II. nhada Pela Erradicação do Tra- a do Nordestiao, unbindo pela

Prefeirara, onde facemos o etado, com tratta alegria e paz" disse Graca Porto.

JORNAL FOLHA DO ESTADO/ 07 DE OUTUBRO/2004

### JORNAL ATARDE/12 DE JUNHO/2004



### Você entende o que lê?





65% 9%

26%

Vida de campeã

Núhia da Silva, ex-oluna do Peti, vai carregar a tocha olímpica

Vincian City





# Ele tocou o presidente

Menino que reixindicos de Lula mais esforço no combate ao trabalho infantil quer um curado brinco de Natal

MINORAL EXCENSIONS

Comments of your breaks of the control of the contr

Charles de contra contra porce de l'Archive de l'Archive

THE COLUMN TWO IS NOT THE COLUMN TWO IS NOT

plane come descriptions come de la comme de la laction de la companyadorn accession de la companyadorn de la companyación de la companyala de la com

There are no cold from the constant deliver

of popular histories

Commence of the commence of th

A PARA DE LA PARA DE ANGUERO DE COMPANIO D

Tribe Barto Sortina (Newson, St. States, Sortina (Newson) and the protein comlement and the states of the control of the states of the states of the control of the states of the control of the states of the sta

to below a compression. We'll talk the a getting a getting a getting a getting a familia with a second a second as a second as

ment of the control o

#### "A gente precisa fazer milagre"

Critically de Ultimate A, comMichael Service (Company) and processed of the
Agency of the Company of the Company of the
Agency of the Company of the Company of the
Company of the Company of the
Company of the Company of the
Company of the Company of the
Company of the Company of the
Company of the Company of the
Company of the Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Company of the
Compa

Tricks not signly request, up payorings or as in 1980. Stage phase of an incidenon ER-IV down or articular

The recognition of the control of th

A telephonesis for perlam explanation of produclet approximation to find pl. 1 are presented to 200 per

St. CO. T disks.

The method on your residence of the control of t

AND DESCRIPTION OF THE PARTY OF

Programa na Bahia

Action of Standings, or Standings of Standin

The two tracings of the second part of the habital placestoning part of the habital placestoning part of the second part of the

Personal de Laboration de Capital

Control of Control of

# una Feirense

Naidson Baptista

# Feira tem um representante no Consea

Monomila peli peralema Lilia arian del mandre del Lilia de

de Physiolica II progressionistic response ministrate que se delimen en revisos para fator se mobilho rectel se dede se parte do Consea?

30 ann Andrew Ville e

samplion de Cones

mot formali per remines. Tributes Forerate ditionar de produkte é par Come a sember recobera

Nucleo Bayests - Eu pel nidere e asseguala solo que é un misibas popita distante a redeir : perte pela tetralio que



NE dowletking within Break com success state question are possible to success action are do manufactured to pour allows
the type of
types name open per come made. TV - Ros local sets to developmented for the Min of common absolute results space open a program harde one

opiniso quides ushes s TF Diants decis n o t s absorbs a florerso nalario sinda ten endite justo minimo a população, quarto in brankers! prosentes no camps

NB - O social!

sides and NB Contr. sucher

All cognitives of the control of the

JORNAL A TRIBUNA FEIRENSE/23 DE MAIO/2004

## Crianças ajudam na produção de ovos

Experiência de sucesso, em Serrinha, foi destaque no Encontro de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabelho Infantil





# Ele tocou o presidente



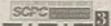
## "A gente precisa fazer milagre"



#### Programa na Bahia é referência nacional

Fores de Sontano, domingos, Node sesembro de 2004.

Folha do Estado



## Um milagre chamado água

A interpretation of the control of t

Processor Speed Speed, procedure of the season of the seas



A PARTIR DE AGORA A ESCOLHA DO SEU CANDIDATO FICOU MELHOR DE SER FEITA. ACESSE O SITE

www.conhecaseucandidato.com.br E ANALISE O PERFIL DELES.

SE VOCÉ E CANDIDATO E O SEU PERFIL AINDA NÃO SE ENCONTRA NO SITE ENTRE EM CONTATO 223-7677.





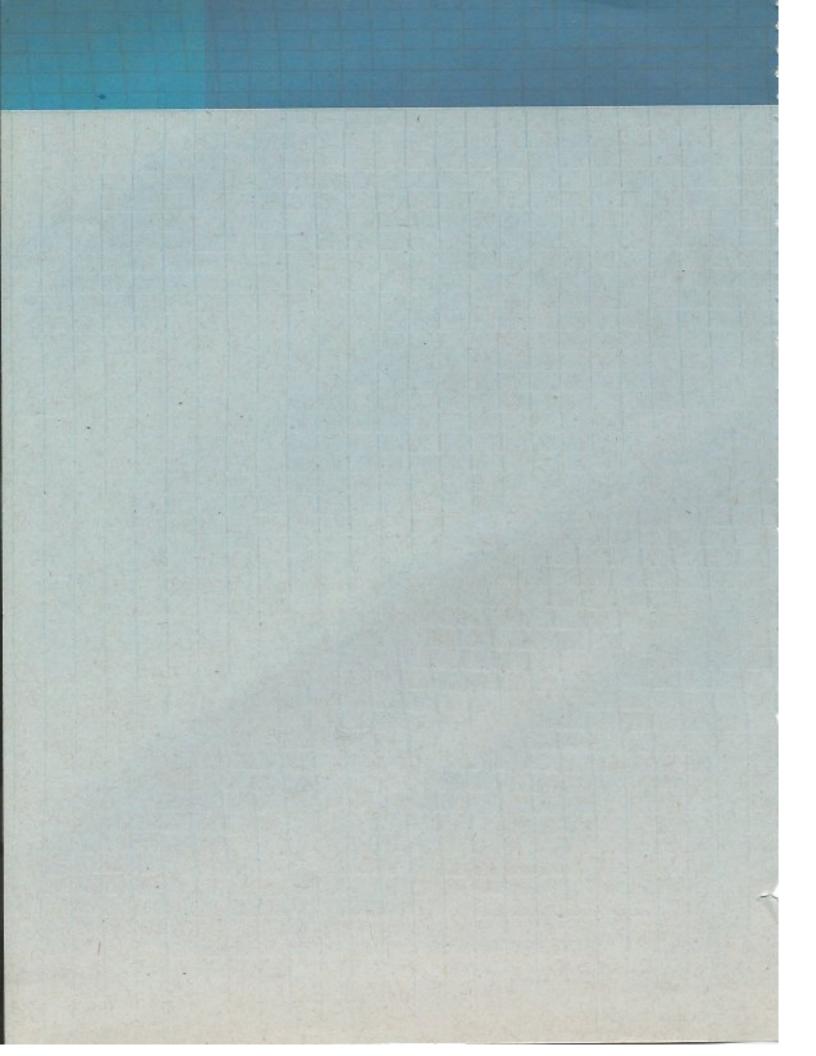
A SYNDE KELIZADO

O grade relegge to the part of the p

#### Como é construída uma cisterna

de odo parter. Cartecção do plação A construção dos cintentes : No-chargano de pos-





### Glossário

PETI-Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

CEAIC - Centro de Apoio aos Interesses Comunitários

CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

PAF - Projeto Agente de Familia

COMPETI - Comissão Estadual do Programa de Erradicação

do Trabalho Infantil

POLPUB - Políticas Públicas

SERTA-PE - Serviço de Tecnologia Alternativa

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

DISOP - Desenvolvimento Integral para Programas Sociais

STR-Sindicato dos Trabalhadores Rurais

FATRES - Pólo Sindical da Região do Sisal

DST/AIDS - Doenças Sexualmente Transmissíveis

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

P1MC-Programa um Milhão de Cisternas

LOA-Lei Orçamentária Anual

LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias

PPA-Plano Prurianual

PVN - Projeto Vida Nova

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores

ONG - Organização não Governamental

FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar



Tel.: (75) 221-1393 - Cxa. Postal 338 CNPJ: 16.260.713/0001-24